

Gimima Silva
Lúcia Puga
Otávio Rios
ORGANIZADORES

PODER E SIMBOLISMO:
cidadania e redemocratização no Brasil

Gimima Silva
Lúcia Puga
Otávio Rios
Organizadores

**PODER E SIMBOLISMO:
cidadania e redemocratização no Brasil**

LETRAPITAL





AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

Wilson Miranda Lima
Governador do Estado do Amazonas

Secretaria de
**Desenvolvimento
Econômico, Ciência,
Tecnologia e Inovação**

Pauderney Tomaz Avelino
Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico,
Ciência, Tecnologia e Inovação - SEDECTI



Márcia Perales Mendes Silva
Diretora-Presidente da Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado do Amazonas

Esta obra foi financiada pelo Governo do Estado do Amazonas com recursos da
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Wilson Miranda Lima

Governador do Estado do Amazonas

Tadeu de Souza Silva

Vice-Governador do Estado do Amazonas

André Luiz Nunes Zogahib

Reitor da Universidade do Estado do Amazonas

Kátia do Nascimento Couceiro

Vice-Reitora da Universidade do Estado do Amazonas

Nilson José de Oliveira Junior

Pró-Reitor de Administração da Universidade do Estado do Amazonas

Raimundo de Jesus Teixeira Barradas

Pró-Reitor de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Amazonas

Darlisson Souza Ferreira

*Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários
da Universidade do Estado do Amazonas*

Valber Barbosa Martins

Pró-Reitor de Interiorização da Universidade do Estado do Amazonas

Joésia Moreira Julião Pacheco

Pró-Reitora de Planejamento da Universidade do Estado do Amazonas

Roberto Sanches Mubarc Sobrinho

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade do Estado do Amazonas

Copyright © Gimima Silva, Lúcia Puga e Otávio Rios (Orgs.), 2023

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.

Esta obra pode ser reproduzida e distribuída parcial ou integralmente desde que citada a fonte.

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA Luiz Guimarães

*Fotos: www.ecodebate.com.br
e dos organizadores*

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Pat Dassi

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P797

Poder e Simbolismo [recurso eletrônico]: cidadania e redemocratização no Brasil /organização Gimima Silva, Lúcia Puga, Otávio Rios. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

Recurso digital ; 4 MB

Formato: ebook

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87594-69-9 (recurso eletrônico)

1. Poder (Ciências sociais). 2. Brasil - Política e governo - História. 3. Portugal - Política e governo - História. 4. Democratização. 5. Livros eletrônicos. . I. Silva, Gimima. II. Puga, Lúcia. III. Rios, Otávio.

23-83016

CDD: 321.8

CDU: 321.7

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

Esta obra foi financiada pelo Governo do Estado do Amazonas com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) mediante Edital PAREV.

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3553-2236/2215-3781
www.letracapital.com.br

Conselho Editorial
Série Letra Capital Acadêmica

Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Lina Boff (PUC-RIO)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sergio Azevedo (UENF)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)

Comitê Científico

Dra. Carla Monteiro Souza (UFRR)
Dr. Djalma Thürler (UFBA)
Dr. João Miguel Teixeira Lopes (UPORTO)
Dra. Edma Socorro Moreira (UNIFESPA)

Sumário

Apresentação.....	9
<i>Profa. Dra. Gimima Silva</i>	
BRASIL E PORTUGAL: TRÊS DÉCADAS DE REDEMOCRATIZAÇÃO E DUAS DISTINTAS REALIDADES.....	11
Portugal e seus 45 anos de democracia	12
<i>João Miguel Teixeira Lopes</i>	
Redemocratização no Brasil e o contexto pós 30 anos.....	24
<i>Alfredo Wagner Berno de Almeida</i>	
PERSPECTIVAS FUTURAS PARA A DEMOCRACIA NO BRASIL	39
Roteiro da degradação democrática: da pluralidade ativa das ruas, em 2013, ao golpe de 2016 e à canalização do ódio racista, em 2018.....	40
<i>Luiz Eduardo Soares</i>	
A tentação de se perder em uma torrente humana.....	52
<i>Djalma Thürler</i>	
Por uma escuta atenta e metódica na identificação das metamorfoses autoritárias.....	59
<i>João Miguel Teixeira Lopes</i>	
PESQUISAS SOBRE CIDADANIA E RELAÇÕES DE PODER NA CENA PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO.....	65
A organização social Apurinã, o poder e o neoconstitucionalismo latino-americano	66
<i>Izaura Rodrigues Nascimento</i>	
<i>Pablo Ítalo Batista Cunha</i>	
<i>André Luiz Machado das Neves</i>	

A Escola do Legislativo da ALEAM e as interfaces
da participação política 83

Hérika Cardoso

Gimima Silva

Representações sobre democracia e política:
jovens de Brasil e Portugal numa perspectiva
comparada..... 99

Gimima Silva

Apresentação

A publicação em tela resulta de atividades inseridas na proposta do Projeto “Cidadania negativa no Brasil e contexto atual após 30 anos de constituição cidadã”, que incluiu uma série de atividades de pesquisa e extensão, propondo a reflexão sobre a redemocratização brasileira, tendo como marco referencial a promulgação da Constituição Federal de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”. Os textos aqui inseridos resultaram de pesquisas desenvolvidas em diferentes níveis acadêmicos: Iniciação Científica, Mestrado e Pós-Doutorado, bem como dos debates estabelecidos em mesas temáticas que integraram a programação do V Encontro de Perspectivas, evento promovido pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que realizou, ao longo de três dias, no mês de junho de 2019, uma série de debates em torno do tema central “Poder e Simbolismo em três décadas de cidadania e redemocratização brasileira”.

Foram mesas temáticas, grupos de trabalho com apresentação de comunicações e a realização do IV Fórum do Observatório da Cidadania e Relações de Poder, o braço extensionista do PPGICH/UEA, que desenvolve uma gama de atividades, dentro e fora da universidade, os quais contribuíram de maneira significativa para o apoio à análise da realidade social e às iniciativas de assistência a demandas sociais vigentes. As atividades, além de contribuir para construção de conhecimento e conteúdo científico, serviram como mediadoras entre comunidade e academia, buscando construir uma relação mútua de troca de saberes. As propostas das atividades evocaram reflexões acerca de fenômenos políticos e buscaram difundir as questões pertinentes a minorias que fazem parte dos habitantes da cidade de Manaus e do Amazonas como um todo.

Assim, percebe-se que a problemática social das condições de vivência da cidadania perpassa as iniciativas desenvolvidas pelo Observatório da Cidadania e Relações de Poder, enquanto Laboratório de Práticas Sociais com foco em ações extensionistas que

dialogam com o Ensino e a Pesquisa na UEA. Os debates promovidos ao longo dessas atividades compõem a presente publicação, que se apresenta como um registro histórico das reflexões acerca das questões enfrentadas pela intelectualidade brasileira e lusitana em torno de um cenário de questionamento sobre a condição democrática, oficialmente instituída a partir da promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, alcunhada de “Constituição Cidadã”, e o contexto de metamorfose de formas autoritárias que se revelam a partir de um movimento crescente no cenário político nacional e internacional.

O V Encontro de Perspectivas foi contemplado com auxílio do edital PAREV, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, o qual, além de realizar a interação de forma presencial em Manaus entre o público-alvo e os convidados de diversas instituições superiores de ensino nacionais e uma internacional, também contou com a transmissão de parte dessa programação aos municípios de Manaus, Tefé e Parintins, por meio do sistema IPTV.

Acreditamos que os esforços de promoção dos debates e das reflexões sobre esse cenário complexo, que afeta a todos, só tenham aspectos positivos, no sentido de que ampliam as relações de parcerias institucionais entre grupos de pesquisa de diferentes IES, nacionais e internacionais. Tais discussões, acima de tudo, enriquecem o estímulo ao pensamento crítico, promovendo a interação da Pós-Graduação e da Graduação, contemplando o compromisso da Universidade Pública de aproximação com a sociedade externa, conseguindo, dessa forma, a ampliação dessa inserção social.

Profa. Dra. Gimima Silva

**BRASIL E PORTUGAL: TRÊS
DÉCADAS DE REDEMOCRATIZAÇÃO
E DUAS DISTINTAS REALIDADES**

Portugal e seus 45 anos de democracia

João Miguel Teixeira Lopes¹

Muito bom dia. Obrigado a todos e a todas pela vossa presença. Queria também agradecer calorosamente o convite que me foi enviado para estar aqui presente e, particularmente, à prof. Gimima e à prof. Lúcia.

É um prazer enorme voltar ao Brasil, desde 2014, em um novo contexto político, bem difícil, aliás. Hoje, vou falar-vos do meu país e, em breves 40 minutos, tentarei condensar 45 anos de história. Aliás, vocês verão que será um pouco mais.

Parênteses, eu sou sociólogo, mas a Sociologia precisa da História e da Geografia para fazer aquilo que de melhor sabe fazer, que é contextualizar, que é relacionar. Claro que, ao falar de um país, ainda mais sendo o meu país, tenho sempre um problema, que é óbvio, pelo fato de que eu faço parte dessa comunidade imaginada que é um país.

Esse será sempre um mito, ou seja, é uma história que contamos a nós mesmos, mas, como sociólogo, como alguém que quer ver para além das fachadas, como alguém que quer ver para onde vão as construções oficiais da realidade, tenho a obrigação profissional de desmitificar, de desconstruir o mito. Então, é um pouco isso a que me proponho, a partir dos 45 anos de democracia.

45 anos de democracia, por quê? Porque Portugal, na verdade, somente tornou-se uma democracia em 1974, no dia 25 de abril de 1974. Para mim, contudo, não houve democracia anteriormente a esse período. O que se verifica em Portugal, nesse período, é a existência de alguns regimes.

Como sabemos, a Primeira República tinha uma democracia, uma tentativa de democratização, mas, na verdade, quanto ao seu conteúdo real e às práticas objetivas desse regime político, não

¹ Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Diretor do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia.

poderíamos considerá-lo democrático, pois houve uma oligarquia que mostra que o regime não foi democrático.

Então, diante disso, podemos dizer que ainda estamos experimentando, ensaiando a democracia. A democracia é um grande ensaio geral, uma balbúrdia organizada, se assim quisermos, e, quando deixar de ser balbúrdia, deixa também de ser democracia. Por esse motivo, 25 de abril de 1974 é um marco, por ser a data em que ocorre a chamada Revolução dos Cravos. Adiante, conheceremos o motivo pelo qual o evento recebeu esse nome.

No século passado, século XX (a expressão “século passado” faz parecermos uma espécie de dinossauros), tivemos três regimes.

Iniciaremos nossas análises pela Monarquia Constitucional, que durou até 1910, considerada uma monarquia clientelar, oligárquica, profundamente corrupta no rotativismo, isto é, dois grandes partidos se iam substituindo no poder, sem colocar em causa o essencial deste mesmo poder. Essa monarquia, depois de vários episódios, foi derrubada em 5 de outubro de 1910, instaurando-se uma República, que ficou conhecida como a Primeira República.

Essa República foi, como veremos mais adiante, uma democracia mímica. De 1926 a 1974, tivemos uma ditadura militar, que começou nos moldes de um golpe militar, como muitos outros que já tinham existido, e que se transformou em uma ditadura feroz, com um período claramente fascista e inspirado, particularmente, no fascismo imperial.

Esse é um esboço da Primeira República, da generosa Primeira República, com uma grande inspiração na Marianne Francesa, a república conduzindo as massas. Aqui, podemos ver os curas e os padres serem presos, centenas deles, à época, uma vez que a república teve uma grande inspiração anticlerical. Aliás, Portugal rompeu com o Vaticano ou o Vaticano com Portugal e, nesse cenário, bispos e padres foram presos. Até então, bispos, padres, o clero e, em particular, o alto clero eram um pilar essencial da monarquia.

Essa monarquia governava em nome de Deus, e toda a rede da Igreja Católica era um instrumento, ou seja, um dispositivo crucial da monarquia para impor o seu poder e a sua influência. A igreja tinha um enorme domínio à época.

A república foi também resultado de uma espécie de pacto entre as pequenas burguesias, em particular Lisboa e Porto. Portugal não tinha muitas cidades, aliá, não tem muitas cidades, ainda hoje. À escala do Brasil, são cidades pequenas. No início do século passado, havia duas grandes cidades, considerado um país macrocéfalo. Havia a plebe, a raia miúda, o povo, as camadas populares da pequena burguesia, dos comerciantes, dos pequenos e médios industriais que se consideravam vilipendiados e afastados da monarquia. Esse bloco que se formou com a participação da Carbonária e da Maçonaria conseguiu arrastar a infantaria popular, ou seja, a plebe mal armada, para uma revolução, que foi vitoriosa.

A república teve alguns avanços, por exemplo, a greve, a redução do horário de trabalho, a laicização, a instrução pública. Fabricar um cidadão português, fabricar um ensino obrigatório, uma consciência de país, isto é notório, o imposto progressivo sobre o rendimento, o divórcio a igualdade formal de direitos entre homens e mulheres. Na verdade, essa é uma democracia mímica, mímica no sentido dos mimos e da imitação, ou seja, mimética. Não era, no seu ponto real, uma democracia, uma vez que não havia sufrágio universal. Para tanto, basta-nos uma pergunta: quem é que votava? Os homens, ou melhor, os homens escolarizados. Porém, o número de pessoas escolarizadas, no início do século XX, não chegava a 10% da população.

Obviamente, essa não é uma imersão democrática, por outro lado, verifica-se que se trata de um universo 100% masculinizado, apesar da igualdade formal de direitos entre homens e mulheres. O cenário também foi marcado por rotativismo, partidos republicanos, tal como acontecia na monarquia, fortemente marcada por repressão popular e pelo movimento sindical socialista. Esse regime teve alguma força e apoiou, inicialmente, as elites burguesas, mas rapidamente foi por elas reprimido, porque, no essencial, o programa da Primeira República foi um programa elitista, liberal, de recuperação de privilégios. Recorremos ao termo “democracia mímica”, utilizado também para descrever outros regimes e para caracterizar a república. Formalmente, esse era um Estado democrático, mas, na prática, em seus meios concretos, não apresentava características intrinsecamente democráticas.

A participação na Primeira Guerra Mundial foi desastrosa, registrando perdas imensas, com o apoio de um exército mal preparado, que foi rapidamente dizimado. Vivia-se, assim, uma situação de crise econômica intensa, organizando-se para tentar recuperar a monarquia, para impor um regime autoritário.

É provável que já tenha ouvido falar do Milagre de Fátima. Esse evento, que aconteceu precisamente nesse contexto histórico, foi, fora as questões de crença as quais não abordaremos aqui, objetivamente, um instrumento de politização de um setor mais conservador do regime: o setor monárquico, autoritário, para repor a influência da igreja.

Em 1926, depois de muita ingovernabilidade e pressão popular, a ditadura começa a implantar-se, por meio do golpe militar, e vai impor um partido único, além de mecanismos de censura que, ao longo do tempo, vão se tornando cada vez mais fortes, ou seja, instala-se uma censura prévia.

Em sequência, será imposta a polícia política, que tinha uma rede de informadores, sabendo-se que, depois da Revolução de 25 de abril, boa parte da população tinha sido colaboradora e informadora da polícia política. Registra-se que muitos democratas ficavam admirados diante do fato de que vizinhos, amigos e familiares faziam parte dessa rede de informadores.

Vivia-se, assim, uma visão antiliberal, o que é importante, uma vez que o regime, dito imperial, era, simultaneamente, anticapitalista e anticomunista, isto é, anticomunista porque odiava qualquer tentativa de socialização das forças produtivas e dos meios de produção, pois acreditava-se que o comunismo era um vírus perigoso. Isso culminava na autoridade comum e na autoridade da própria igreja que, nesse regime, volta a implantar-se. Contudo, esse era também um regime anticapitalista, ou seja, criou-se um capitalismo doméstico, porque o regime sabia que o capitalismo traria cidades melhores, indústrias. Desse modo, o regime vai sempre utilizar o mito do bom e velho rural idealizado, folclorizado, essencializado, para melhor construir sua narrativa.

Diante disso, podemos entender que o povo não é o povo urbano, que o povo trabalhador não é o povo que quer valer seus direitos. Esse é o povo da pequena propriedade agrícola, da alto

subsistência, e que, por isso mesmo, terá também uma visão anti-capitalista, no início.

Salazar, o ditador, diz, em uma carta escrita a um diretor da Coca-Cola, que não queria ver os caminhões da bebida invadirem as ruas portuguesas; preferia ouvir o trote das carroças transportando os produtos agrícolas que vinham da periferia para alimentar a cidade. Era esse imaginário ruralista e anti-individualista que predominava. A ideia de indivíduo sobreposto à nação é perigosa, assim como a ideia do livre pensamento e de alguém que tem uma subjetividade, que é um sujeito político. Assim, o regime afasta-se tanto da visão socializante quanto da visão capitalista, sendo esse um regime colonialista.

Portugal teve o último império colonial, que se desfez, historicamente, mais tarde, com o caso de Timor Leste. Timor Leste foi invadido pela Indonésia logo após uma tentativa de independência. A Indonésia fez uma intervenção sangrenta e Portugal democrático manteve a ligação com o Timor Leste como potência administrante, reconhecida como uma forma de devolver a independência a Timor. Então, o que aconteceu? Quando a Indonésia enfraqueceu, em fins da década de 1990, depois de muita luta sangrenta do povo timorense, Portugal democrático soube defender muito bem a independência do povo timorense, sendo esse um dos mais longínquos e duráveis confrontos da história contemporânea.

Portugal era uma potência colonial, tinha um império. As colônias africanas, Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique e as colônias da Índia, até a década de 1960 do século passado, foram invadidas pela união indiana, além de Macau, na China, uma espécie de cidade-Estado.

Esse império colonial esteve claramente na origem do fim do regime, porque a partir de 1960/1961, nos países africanos, particularmente em Angola, eclodem revoltas anticoloniais. A partir de movimentos de libertação, os povos colonizados começam a organizar-se em termos de luta armada e de guerrilha e, assim, Portugal envolve-se em uma guerra colonial. Esse conflito constituiu-se em uma guerra colonial sangrenta, marcada por massacres. Esse é um tema cujo debate é, ainda, evitado; contudo, falar a respeito

dos massacres ocorridos é de suma importância, uma vez que nós massacrámos, como no Brasil, os indígenas, fomos responsáveis pelo tráfico negreiro e também massacrámos, durante a guerra colonial, populações inteiras.

Essa é uma reflexão importante, pois Portugal faz parte de um mito e de uma comunidade imaginada de que ainda é um país de brandos costumes e de que tudo em seus cidadãos é manso e brando. Porém, como sabemos, o país foi autor de inúmeros atos de violência.

Observe o cenário e os símbolos que se apresentam, típicos do Estado Novo: o homem camponês que regressa à casa depois de um dia de trabalho. Em casa, vê-se a mulher a preparar-lhe o jantar, a prole, os filhos, que também trabalham na unidade doméstica e que, muito alegres, recebem-no de braços abertos e a mesa posta. A cruz, evidentemente, representando a onipresença da Igreja Católica e seu lema: “Deus, Pátria, Família”, a trilogia da educação nacional, tão propagada nos últimos tempos, infelizmente.

Voltando a Salazar, esse tem um discurso muito célebre, cujo conteúdo é: “Não se discute Deus, não se discute a Pátria, não se discute a autoridade”, ou seja, valores considerados absolutos e que não podiam ser discutidos.

Em 1974, o país estava em crise econômica e absolutamente dilacerado pela guerra colonial. O destino de um jovem, à época, era, aos 18 anos, participar por quatro anos, pelo menos, de uma guerra estúpida, com a qual ele não se identificava, uma vez que isso significava matar outras pessoas.

Essa guerra começou, cada vez mais, a ser posta em dúvida sua legitimidade esvaindo-se rapidamente. Em 25 de abril de 1974, então, ocorre o golpe de Estado, que derruba a ditadura, praticamente sem derramamento de sangue, a não ser pelo fato de que a polícia política mata quatro pessoas. Contudo, foi um golpe relativamente fácil e rápido, a partir do qual tem início um processo de ruptura.

Em Portugal, é importante dizer, houve uma intentona, um golpe militar de Estado, que se transformou em uma revolução pela pressão popular, ao contrário do que aconteceu na Espanha, por exemplo, em que se verifica uma transição negociada. Por esse motivo, ainda hoje, o país não consegue exumar os restos mortais

do ditador, que é uma espécie de monumento falangista fascista da guerra civil espanhola.

A Espanha, é bom ressaltar, tem ainda vínculo com o regime franquista, por ter sido uma transição; em Portugal, houve uma rotura, e essa é uma marca genética da democracia portuguesa. Em Portugal, como dito anteriormente, a revolução teve forte pressão popular, com reforma agrária. Isso porque, em Portugal, existiam enormes latifúndios, ocorrendo uma grande vaga de nacionalizações, momento no qual os bancos foram todos nacionalizados. Houve também uma proliferação de partidos políticos e uma verdadeira laicização, mas, dessa vez, sem um afronte à Igreja Católica e sem a detenção de padres, pois não fazia sentido afrontar de maneira tão dura a instituição, como foi feito na Primeira República, até porque a Igreja Católica passou a ter um papel importante no pensamento decolonial. Nesse momento, os papas recebiam os líderes dos movimentos de libertação, oferecendo algum suporte e apoio ao movimento da decolonização.

Sob uma esfera pública vibrante, o período revolucionário em curso durou dois anos. O chamado PREC, considerado por muitos balbúrdia, nas ruas, significava a conquista. Foi um período de sucessivas manifestações, englobando a alfabetização popular. Pode-se dizer que foi um período de imensa alegria, de muita expectativa, de muitos projetos, um período tenso e de confronto entre a burguesia e as classes populares.

O momento foi tão intenso, que os EUA chegaram a dar como perdida a influência sobre Portugal, chegando a considerar que seria melhor que Portugal seguisse a via socialista, consagrada pela Constituição de 1976, na qual se afirma que Portugal é um caminho em transição para o socialismo. Diante disso, os EUA entendem que Portugal estará isento da influência norte-americana. A intenção era que nenhum país da Europa seguisse a via socialista, formada, ao seu ver, por balbúrdia, caos, desordem e desorganização social. Sob esse pensamento, acreditava-se que os outros países europeus iriam perceber que esse é um caminho a ser evitado. Em linhas gerais, pensava-se que Portugal seria a Cuba europeia.

No entanto, em 25 de novembro de 1975, é lançado um contra-golpe, chamado Movimento de 25 de Novembro, uma reação que,

sem destruir a marca genética da democracia, vai tentando enfileirá-la no sentido do capitalismo liberal. Tem início, assim, um caminho paulatino, contraditório, que é o que vivemos hoje, em que as nacionalizações estão revertidas.

Ao longo do tempo, muitas privatizações serão realizadas, e o controle popular cada vez mais bulido. Os mais conservadores dizem ser esse o retorno da realidade democrática, enquanto outros dizem se tratar de uma retomada da globalização neoliberal em Portugal.

Vamos acompanhar alguns dados que ilustram as enormes mudanças que ocorreram em Portugal desde a Revolução. Portugal é considerado por muitos estudiosos internacionais um caso singular de aceleração histórica, isto é, desde a Revolução, em poucas décadas, houve uma espécie de compressão do tempo histórico, que levou a avanços notáveis. Isso somente foi possível porque, de fato, a revolução, ainda que com o contragolpe, é uma marca genética que nunca foi perdida.

Veja bem, temos aqui uma comparação dos dados mais recentes: muitos idosos e poucos jovens, quando, na década de 1960, esse era um país onde não existia planejamento familiar nem qualquer tipo de educação sexual. Muito pelo contrário, segundo os cânones católicos, havia, sim, a obrigação de ter muitos filhos.

Hoje, Portugal é um dos países mais secularizados do mundo, isto é, em um país que seria a referência católica, o aborto foi legalizado até a 16ª semana, o casamento e a adoção por pessoas do mesmo sexo foram legalizados, discute-se a questão da eutanásia, há mais divórcios do que casamentos, a maior parte dos casamentos ocorre fora do rito católico ou de qualquer rito religioso e há mais uniões de fato do que casamento. Todas essas transformações ocorreram muito rapidamente, de forma acelerada e comprimida no tempo, em razão de sua intensidade.

Era impensável, na década de 1970 do século passado, que essas mudanças pudessem se prefigurar. Essa secularização dos hábitos, das práticas, dos costumes e das representações é um dado muito importante do período em questão.

Com uma urbanização muito intensa, Portugal é hoje um país formado por cidades de grandes e de pequenas dimensões,

com uma concentração no litoral enorme. O país rural, do bom e velho mundo, do dócil mundo rural, hoje, é um mundo profundamente urbanizado. Se antes não havia população estrangeira, hoje tem, sendo também um país de imigração, tal qual uma plataforma logística das migrações, uma vez que Portugal continua a ser um país de emigração, cerca de 100 mil por ano. Ainda diante de uma crise econômica recente, há emigrantes qualificados, altamente escolarizados, médicos, enfermeiros, cozinheiros, técnicos de informática, o que é uma forma, também, de captar por parte dos países do centro da Europa.

Há duas formas que o centro da Europa utiliza para captar os recursos dos países do sul periféricos ou semiperiféricos: o serviço da dívida e a imigração. Portugal tem uma grande dívida externa, que é a origem, aliás da crise econômica, verificada com a entrada no FMI. A dívida é uma dessas transferências do país para o centro da Europa.

A outra forma de captação de recursos diz respeito à imigração e aos recursos mais qualificados. Portugal tem essa dupla realidade, é um país que recebe imigração: muitos brasileiros, cidadãos do leste europeu, da África, asiáticos, ao mesmo tempo em que é um país de emigração.

Observe bem que as famílias diminuíram, os divórcios aumentaram, os casamentos não católicos também, fatos completamente impensáveis no final do século passado, representando uma profunda transformação social. O índice de fecundidade é um dado fundamental, que mostra também uma marca da revolução, assim como o serviço público, o Estado Social, o Estado, que redistribui o salário indireto em forma de serviços públicos: educação, saúde, habitação.

Lembrando de uma música revolucionária, do 25 de Abril, cujos versos diziam: “Paz, pão, saúde, educação, habitação”, traçamos um paralelo com alguns dados: a mortalidade infantil diminuiu de 77,5 por mil para 2,7 por mil, isso chama-se serviço nacional de saúde, serviço público. Público não é privado. É importante que se diga expressamente que houve, de fato, roturas, mesmo levando em conta a contrarrevolução. De forma resumida, podemos entender que roturas são fundamentais e uma marca genética da democracia.

Essa é uma fotografia da revolução da qual eu gosto muito. Ela retrata o golpe e dá pistas sobre o motivo da escolha do nome Revolução dos Cravos.

Como sabemos, em abril, é primavera na Europa, estação marcada pela presença de cravos. Quando os soldados – de baixa patente e que não queriam mais a guerra colonial –, chegaram, a população, de imediato, saiu às ruas também. Foi, então, essa pressão popular que transformou o golpe de Estado em revolução. Nesse momento, as pessoas ocuparam as ruas e, imediatamente, como uma panela, uma válvula de escape, sentiram que estavam libertas. Observe o momento retratado, no qual as pessoas à volta colocam, nos fuzis, os cravos da primavera.

Esses são alguns dos fenômenos referidos aqui, considerados roturas importantes. Para termos uma ideia, na década de 1960, com o aumento da escolarização (importante dizer que somos ainda um país com déficit de escolarização), a probabilidade de um filho de classes populares entrar na universidade era seiscentas vezes inferior à que um filho da elite tinha. Hoje, essa taxa é três vezes inferior, ou seja, há desigualdade, porém, ela é bem menor. É importante ter em mente que a tensão na análise dos dados não acabou com a desigualdade, mas ofereceu uma queda acentuada. Urbanização, terceirização da economia, aceleração da transição demográfica, recomposições sociais, expansão, em contraciclo do Estado Social, porque, no restante da Europa, estava-se entrando no período neoliberal.

Desse modo, não se perdeu a herança genética, uma vez que as liberdades foram conquistadas e não outorgadas, essa é a marca de uma Revolução. Não foi como aconteceu, por exemplo, na Espanha, mas, ainda assim, é uma modernidade inacabada. Houve grandes avanços, mas o que permanece é uma elite rentista e cooptada.

Em um estudo chamado “Os burgueses”, elaborado por mim e por outros dois colegas, é mostrada a transição entre o mundo do trabalho e o mundo dos partidos políticos do governo, entre o arco do governantismo e o do rotativismo, o centro-direita e o centro-esquerda, como essa cooptação das elites ocorre. Apresentando fortes desigualdades sociais, Portugal tem um índice de Gini de 33,5. Ao se pensar que zero é ausência de desigualdade,

Portugal ainda está em uma posição, em contexto europeu, desfavorável, pois há muita desigualdade ainda, inclusive, desigualdade de gênero: as mulheres recebem menos 17,8% que os homens. São, assim, acentuadas as desigualdades de gênero, de classe e de etnia. Os afrodescendentes em Portugal, por exemplo, têm muito menos oportunidades.

Esse sistema de desigualdade é hoje ainda algo muito fincado no contexto europeu. Observam-se os contratos a prazo e a precarização do trabalho, que afetam diretamente os jovens, cujo futuro, em uma cultura de precariedade, é impossível de ser previsto. Essa parcela da população, constantemente, é levada a circular entre trabalho/desemprego, entre estágio/desemprego/estudo e, novamente, entre o desemprego. Esse vaivém constante faz do jovem uma espécie de híbrido social, que não consegue completar a transição para a idade adulta.

Além disso, a pobreza ainda afeta 18,3% da população, 41% das famílias constituídas por dois adultos e 45% dos desempregados, o que é inaceitável. Por esse motivo, a ideia de uma modernidade inacabada parece ser um bom conceito, porque dá conta da tensão, contudo, em muitos aspectos, permanecem as desigualdades estruturais. O nível de escolaridade, por exemplo, era muito baixo; hoje, a escolaridade obrigatória é 12 anos, e metade dos jovens consegue entrar na universidade, mas, em comparação aos países do centro da Europa, temos níveis de escolaridade muitíssimo mais baixos. A escolaridade superior, universitária, é mais elevada entre os jovens de 20 e 24 anos, porque é mais recente, apanhada já pela revolução. Nas pessoas mais velhas, contudo, ela é muitíssimo reduzida, havendo um hiato entre os níveis de escolaridade dos mais jovens e dos mais velhos.

Agora, os deixo com a música de Chico Buarque, “Tanto mar”, a qual se transformou, em Portugal, no hino da nossa revolução.

Tanto mar²

Foi bonita a festa, pá
Fiquei contente
Ainda guardo renitente
Um velho cravo para mim
Já murcharam tua festa, pá
Mas certamente
Esqueceram uma semente
Em algum canto de jardim
Sei que há léguas a nos separar
Tanto mar, tanto mar
Sei também quanto é preciso, pá
Navegar, navegar
Canta a primavera, pá
Cá estou carente
Manda novamente
Algum cheirinho de alecrim
Canta a primavera, pá
Cá estou carente
Manda novamente
Algum cheirinho de alecrim
(BUARQUE, 1970)

² Composta por Chico Buarque de Holanda no final da década de 1970, “Tanto mar” tem como ponto de partida para análise o contexto político de 1970, quando, em Portugal e no Brasil, estava instalado o regime ditatorial. Em 1974, Ernesto Geisel assumia a presidência da república no Brasil. No mesmo ano, em Portugal, era derrubado o presidente Américo de Deus Rodrigues Tomás, dando continuidade a um regime ditatorial que durou cerca de 41 anos, idealizado por António de Oliveira Salazar, o Salazarismo.

Redemocratização no Brasil e o contexto pós 30 anos

Alfredo Wagner Berno de Almeida¹

Iniciarei nosso diálogo com uma música cantada por Chico Buarque, que faz um contraponto histórico relevante, propiciando uma reflexão detida para a compreensão de nossa formação social e do tema desta nossa conversa. De autoria de Chico Buarque e Rui Guerra, os versos ecoam distopicamente por nossos corpos entre a ironia e a crueldade:

“Essa terra ainda vai cumprir seu ideal, ainda vai tornar-se um imenso Portugal”.

É uma canção de protesto, do período da ditadura, que expressava uma maneira de nos colocarmos contra a violência, contra a tortura, contra os instrumentos de horror que tem o corpo como alvo e contra todos os elementos de uma situação colonial, no sentido de desumanidade, que lhe empresta Georges Balandier num registro acadêmico bastante preciso². De fato o versos traz a referência absoluta de um capitalismo tardio ou melhor de um capitalismo autoritário marcado por uma dominação intensa da instância política, como assevera Otávio Velho (1976) em seu livro **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. Trata-se de uma vertente do capitalismo autoritário, que nos leva às primeiras indagações sobre essa denominada redemocratização: voltar a ser o que jamais foi? Retornar ao modelo colonialista de governo dinástico com suas desumanidades e imposições brutais? Reconstruir o governo republicano com seus pressupostos positivistas gerenciado pela mão militar mediante a fraqueza da dominação econômica da classe dirigente?

¹ Antropólogo, coordenador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, docente permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH/UEA).

² Cf. Balandier, G. – “A Situação Colonial: Abordagem teórica”. **Cahiers Internationaux de Sociologie**. Vol. XI. 1951

Ora, como interpretar essa recente transição no Brasil? Em apenas 18 anos de democracia, houve quatro golpes militares, entre 1946 e 1964, e estamos, agora, vivendo exatamente 31 anos desde a Constituição de 1988. Talvez, seja o período mais estável, que estamos tendo a oportunidade de viver, porém, o momento presente, no qual estamos refletindo sobre essa chamada redemocratização, é um momento em que o desenvolvimento do capitalismo prescinde da democracia, embora não prescinda da retórica democrática. Espero que todos atentem para esta distinção. A modalidade de governar, neste momento, prescinde da democracia, prescinde de procedimentos democráticos, tanto que vivemos um paradoxo: **temos um governo de exceção eleito**. Este é um obstáculo político que dificulta a maneira de se entender o que é essa redemocratização. Dificulta, também, a maneira de agir, inclusive dentro da universidade, dentro da sala de aula, tão caracterizada por desautorizações, por negacionismos e por temores.

É muito difícil explicar com discernimento um governo de exceção, que prescinde da democracia, que a viola de maneira recorrente, embora mantendo uma retórica pró-democracia.

Então, as possibilidades de interpretação deste processo paradoxal, não são muito simples. Como foi então explicada essa referência a que os 30 anos do título fazem menção? Por exemplo, um autor como Florestan Fernandes diz que essa foi uma “transição transada”, entre 1985 e 1988, que foi o ano da nova Constituição. Mesmo não sendo muito criativo, fiz um artigo naquele período intitulado “Intransitivo da Transição”, ou seja, inspirado exatamente no que Florestan afirma. Não há, pois, originalidade alguma, somente uma ideia para poder ajudar a pensar. O “Intransitivo da transição” revela algo muito próprio e que está muito presente neste momento. O que seria essa ideia do intransitivo da transição? Diz respeito ao fato de estarmos diante de um pacto permanente das elites, tuteladas pela forças militar, e isso aqui reporta à situação colonial. Ao mesmo tempo nos leva a uma interpretação gatopardista.

Não sei se esta metáfora do gatopardismo é muito familiar a vocês, mas trata-se do maravilhoso romance de Lampedusa, tendo como famoso registro a fala do príncipe de Salinas:

“Para continuar tudo como está, tem que mudar ou, em outras palavras, tudo tem que mudar para continuar tudo como está”.

Então, podemos dizer que o gatopardismo é um dilema constante da sociedade brasileira? É um dilema do capitalismo tardio, de uma sociedade que não teve uma revolução. Para tanto, basta olharmos a nossa passagem da Monarquia para a República ou nossa passagem da ditadura para o Estado chamado democrático. São sempre situações mantidas sob negociação, sem conflitos extremos. Diferentemente da Revolução Francesa, aqui não se levou a aristocracia agrária para guilhotina, nem o rei à decapitação, como no caso da Inglaterra de Cromwell. Também não se teve, como nos Estados Unidos, uma guerra de secessão, que levou à destruição das *plantations* do Sul. Pelo contrário, o elemento mais gritante da nossa redemocratização é a tendência político-colonialista à chamada reprimarização da economia. Diante disso, uma indagação elementar: o que o Brasil oferece como exemplo de alto índice de produtividade? Os empreendimentos do agronegócio? A desindustrialização crescente?

Vocês podem estar se perguntando: o que são esses empreendimentos do agronegócio? Se utilizarmos o índice de gini, para o caso brasileiro, concentrando-se na terra, estados como Alagoas e Maranhão, por exemplo, apresentam quase 90%, ou seja próximo de 1. A resultante evidencia uma profunda desigualdade social e econômica.

Uma tendência oposta à democracia? Sim. Historicamente as *plantations* consistem num obstáculo à democracia. Mas os empreendimentos dos agronegócios podem ser classificados como novas *plantations*? Espero que vocês se debrucem nesta questão que é central para compreender a vigência da democracia em nosso país. O produto de uma atividade econômica apoiada na instância política, mesmo apresentando elevados índices de produtividade pode consistir numa expressão autoritária. Este é o risco quando a camada dirigente se mobiliza politicamente para manter sua forma de monopólio do controle da sociedade.

Os empreendimentos dos agronegócios, requerem grande exploração e grande extensão territorial, ou seja, há de se dominar imensas extensões de terra. Tais empreendimentos não existem sem formas de imobilização da força de trabalho, sendo esta outra

característica do capitalismo tardio. Por isso é que as denúncias de trabalho escravo no Brasil são preocupantes, como são preocupantes também os números de desaparecidos.

Você tem ideia de quantos são os classificados como “desaparecidos” nos últimos dez anos em Manaus? Nos registros policiais é possível levantar dados e inclusive fotos de cada pessoa dada como desaparecida? Parece que sim. Seriam 65 mil pessoas, conforme dados oficiais da delegacia especializada. Vale a pena conferir, na primeira página de “A Crítica”, de duas semanas passadas, a imagem da delegada de polícia, á frente do painel com todos os desaparecidos, bem atrás de sua mesa.

Esses casos indicam uma sociedade sob situação colonial, e atrevo-me a chamar de “repetição das brutalidades”. Procedimentos de violência são reproduzidos, sendo a tortura um elemento constante na vida social. Qualquer pessoa que teve a experiência de ser detido, até por um acidente de trânsito, pode dizer dos constrangimentos que remontam à realidade de uma delegacia. Isso também pode ser visto em hospitais públicos e ambulatórios, cujos corredores estão abarrotados de pessoas que passaram por constrangimentos diversos.

Para termos uma ideia de como essa sociedade é montada e o seu conseqüente efeito, façamos uma reflexão mais crítica. Para interpretar essa ideia da redemocratização, teríamos começado nosso diálogo da seguinte forma: Peço desculpas, de antemão, pela minha insuficiência teórica, pelas minhas limitações e pelas minhas dificuldades de análise e de leitura crítica das nossas práticas de justiça na sociedade brasileira. As limitações são muitas e as insuficiências teóricas são demais tornando difícil ignorar as formas de justiça privada disseminadas em aparatos de justiça.

O segundo ponto a ser destacado seria: como pensar a redemocratização em um momento em que a própria noção de democracia se encontra em suspenso, marcada, inclusive, por uma instabilidade? L. Boltanski fala que, neste momento de crise, tem-se uma instabilidade semântica, que permeia os elementos de análise. Então, essa instabilidade semântica, no caso brasileiro, no que concerne à democracia, o que significa?

O que se tem em jogo e mais realça é a questão sobre o que seriam ou o papel dos partidos políticos. Desde junho de 2013,

está em jogo também o que é a política, porque esse foi um período marcado por uma crise da mediação dos partidos políticos, no qual os movimentos de rua, as mobilizações populares recusaram a presença dos partidos. Então, em primeiro lugar, nós estamos vivendo um momento de redefinição da noção de política, e, em segundo, vivendo um momento de redefinição dos padrões de relação política, que diferem da noção de política.

Um fator a ser considerado é a noção definida de um ente que move a sociedade; o outro é um sistema de relações sociais que disciplina essa sociedade. Neste sentido, deveríamos pensar nas nossas dificuldades teóricas, isso em um momento em que a questão de pensar a democracia já é, por si só, um ato que teria a exceção como norma. Se aplicarmos a noção de filósofos italianos recentes sobre a nossa sociedade, é isso que se vislumbrará.

Hoje, no caso brasileiro, o Estado de exceção é uma norma, e tem uma imprevisibilidade. Boaventura³ (2008) fala sobre a imprevisibilidade, que é própria de situações que ele chama de bifurcação. Há uma politização da justiça e, simultaneamente, há uma judicialização da política. A convergência desses dois processos gera uma imprevisibilidade, ou seja, não sabemos o que vai acontecer hoje à tarde, nem com as notícias de ontem, nem o que poderá acontecer amanhã. A imprevisibilidade é marcante, pois, em um dia, temos notícias sobre denúncias de vazamentos das relações entre juízes, magistrados e procuradores, e que, em razão disso, as eleições têm de ser anuladas, devendo ser revistos todos os procedimentos. Por outro lado, há a interpretação de que esse vazamento foi uma violação da regra do jogo. Então, nós vivemos um quadro em que, pela primeira vez, a própria ideia de interpretação pode ser vista como uma forma de ilusão. Ilusão não no sentido de mentira, mas de uma construção que não tem sustentação fracional, mesmo se apresentando realidades localizadas e observações empíricas. As informações não-fidedignas estão disseminadas pela vida social, violentando os mais elementares preceitos democráticos.

Então, é muito difícil analisar uma sociedade que tem uma dissociação tão profunda entre interpretações, situação interpretada e realidade localizada. Essa diferença política é um dos

³ Boaventura de Souza Santos – “Bifurcação na Justiça”. **Constituição & Democracia** n.22 maio de 2008 pág.24.

elementos que mais dificulta uma ação democrática e que traz também essa noção de inspiração colonialista da chamada “reprimarização da economia”.

Durante quatro séculos, quais foram os elementos mais estáveis da sociedade brasileira? Quais os pilares da situação colonial? Grandes plantações canavieiras, aldocoeiras e cafeeiras. O sistema de *plantations*, enfim. Estes foram os estabelecimentos de agricultura tropical estáveis durante 400 anos, abordados, inclusive, por Alberto Passos Guimarães em “Quatro séculos de latifúndio”. Pesquisados criteriosamente e detidamente por Moacir Palmeira e sua vasta equipe.

Essa é um tipo de sociedade regida pelo intransitivo, pelo que não muda. Apenas são refeitos os pactos políticos, mas estruturalmente nada muda. As prerrogativas se mantêm e alcançam vários setores. No judiciário, por exemplo, que não está sujeito à votação, vê-se perpetuado o nepotismo, que é considerado um crime depois da Revolução Francesa. O nepotismo era muito próximo do Estado dinástico, da casa Real. O vínculo de sangue era atributo para a pessoa ser parte da camada dirigente. Em uma situação racional legal, com Weber, o nepotismo passa a ser considerado crime e é o que rezam as normas legais atualmente. Entrementes hoje a criminalização alcança o direito a ter direitos. Os movimentos sociais, através de suas lideranças, são criminalizados.. Ao alcançar movimentos sociais, abre-se uma brecha na cena política. Vivemos uma crise de mediação, via partidos políticos, uma crise de mediação via entidades confessionais e via representações sindicais, que antes faziam essa mediação.

A própria CNBB não tem força, assim como os evangélicos não têm força política para exercer com autonomia a mediação e se abrigam na tutela militar. O poder político de entidades religiosas cresce inversamente à sua capacidade de autonomia? Parece que sim, aumentando a brecha no campo da mediação. No universo das periferias e da pobreza formas de banditismo vão assumindo, cada vez mais, o desenho acabado de certa modalidade de banditismo social. Uma mediação que parece estar se territorializando para além das periferias. Como exemplo para reflexão, podemos citar o assalto a bancos em Bacabal, em que foram roubados cem milhões. Desse montante, três milhões teriam sido jogados para as

pessoas na rua, que chegaram a aplaudir o assalto. Isso é o que se denomina de banditismo social, ou seja, a figura do bandido social, o qual se apresenta como mediador protegendo e redistribuindo,, em uma sociedade que passa por uma crise de mediação profunda. Nessa sociedade, nem o partido nem o miliciano a representam, uma vez que o miliciano cobra pelo serviço. A milícia é um sistema menos de proteção e mais de serviço. Uma forma de extorsão disseminada na periferia e em luta com o banditismo social.

No caso dos bandidos sociais, permite-se que as pessoas partilhem determinados benefícios, ocorrendo uma distorção na vida social e na forma de representação política. Estas modalidades de ação pode ser chamada de redemocratização? Ou essa seria mais uma extensão do capitalismo autoritário, que disciplina e cria instituições políticas que ambicionam ou querem reger a vida social.

Deixando de lado a figura de professor, levanto algumas perguntas, pois estamos diante de impasses que as limitações teóricas não nos permitem superar. Esse é um dado que teria de ser levado em conta.

Tivemos com a Constituição de 1988, um dado muito novo, que desorganiza nossa maneira de pensar. O potencial dessa Constituição não foi avaliado a contento, haja vista que o Partido dos Trabalhadores, por exemplo, recusou-se votar essa Constituição. Fato incompreensível, mas que desafia nossa compreensão política.. A Constituição permitiu, em primeiro lugar, juntar o fator identitário com a luta econômica, que não era mais tão forte em termos de mobilização social. Foi possível, assim, a emergência de grupos políticos inimagináveis, não só de grupos e de representação. Hoje, temos mais de cem representações, e isso aparentemente pode levar a uma dispersão. Faxinalenses, LGBTs, indígenas, quilombolas, comunidades de fundos e fechos de pasto, quebradeiras de coco babaçu assinalam não apenas termos novos, mas novas formas politico-organizativas.

Isto não parece exclusivo do Brasil. Mesmo na antiga metrópole, Lisboa, por exemplo, dentro da cidade, em um terreno árido, há muitíssimas roças. Os imigrantes das antigas colônias avançam com suas roças. Aqui, no Brasil, todavia a luta por território está garantida pela Constituição, e a luta identitária não se separa da luta econômica. No caso brasileiro, as análises de Zizek, Laclau,

Badiou e Bensaïd (2009) talvez não sejam muito úteis, porque elas, no que tange a seu desconhecimento de nosso País, dizem que “o advento de novas etnias e do identitarismo esvaziou a luta de classes”. Então esses intérpretes não seriam apropriados para compreender as mobilizações políticas em processo, no caso específico do Brasil. Parece que não compreendem com acuro o processo de lutas, que conjugam identidade e economia na sociedade brasileira. A partir da junção do dado identitário com o dado econômico é que poderiam ser explicadas as mobilizações políticas.

O dado identitário voltou a ser politizado no caso brasileiro, sendo diferente da oposição história entre etnia e nação do período colonial. Esse dado traz, também, no plano teórico, uma outra complicação, um tanto desconfortável, mas que somos levados a trazê-la para a discussão. Os partidos políticos foram esvaziados, mas as novas formas organizativas, que surgem colocam outro problema. Por exemplo, quantas associações de indígenas existem? Quantas associações de quebradeiras de coco babaçu? Essas são formas político-organizativas, absolutamente inéditas, que a ciência política tem dificuldade de entender. As pressões das organizações indígenas e dos povos e comunidades tradicionais existem. Hoje, a população tradicionais estariam crescendo em termos demográficos, diferentemente da situação em colonial, que tendiam ao decenso e à assimilação.

Demograficamente, em termos de território, eles também avança. O Brasil tem 850 milhões de hectares, e cerca de 12%, hoje, são de terras indígenas, que representam conquistas, e isso é relevante que seja ressaltado. Os quilombolas têm 5%, e exigem mais 5%. Essas são demandas em que a luta identitária juntou-se à luta econômica. Não houve separação nem esvaziamento. Não ocorreu uma grupuscularização.

O que é considerado política na Europa, nos esquemas interpretativos franceses, ingleses e italianos, parece não ter poder explicativo nem força explicativa aqui.

O potencial da Constituição de 1988 ainda não foi bem avaliado, havendo disputas em torno de emendas o tempo todo. Utilizando um dado de biografia, sem visar à autopromoção, no final da ditadura, entre 1984 e 1985, estive em Brasília, a convite do governo, para fazer uma avaliação da situação das terras indí-

genas, juntamente com João Pacheco, da FUNAI. Posteriormente, fui para o Ministério da Reforma Agrária, onde permaneci por um ano e meio. Esse foi um tempo de luta, porque as pessoas não estavam acostumadas às novas formas. Muitos comportavam-se como se o Estado fosse uma extensão de suas fazendas. Não havia a ideia de que o Estado se separava do interesse de quem dominava a vida econômica e política, nem que o Estado era para a sociedade, e não para, apenas, um determinado grupo dessa sociedade.

Essa transição não ocorreu, em razão de vários obstáculos. Para tanto, basta vermos as farsas das condenações e de repetidos processos. Portanto, não devemos nos iludir, na esperança de que haja alguma mudança profunda nesse cenário, pois essa será só mais uma tristeza e, e esse acúmulo de tristeza pode gerar muitas lágrimas. Então, se quisermos represar lágrimas, é recomendável duvidar disso, pois não há forças para ocorrer essa passagem com os fantasmas autoritários que assolam no planalto central.

As novas formas organizativas funcionam, hoje, como um divisor de águas da sociedade brasileira, mas novas tutelas estão surgindo, e isso merece também reflexão. Surgem as tutelas ambientais e, muitas vezes, o protagonismo de grandes ONGs. ambientalistas passam a ser seus artífices. Surgem as tutelas e a intervenção conservadora nas universidades públicas. O mundo intelectual ainda possui, um viés de elite muito pronunciado, e, muitas vezes, nos arvoramos como tutores de situações em que o protagonismo deveria estar na mão daqueles que estudamos, e não na nossa. Desse modo, talvez, sejamos pessoas autorizadas a fazer uma apreciação crítica de narrativas, mas não somos narradores. Querer entender o nosso papel como mediadores e protagonistas é muito complicado, porque não foi uma elite ilustrada que explicou essa passagem.

No caso português, por exemplo, há um aspecto importante relativo à Amazônia: a luta de Pombal, a qual via a razão como

o Estado, opondo-se ao modelo teológico de colonização vindo dos jesuítas, que foram expulsos daqui. Contudo, fica a reflexão sobre como os Jesuítas saíram e se essa razão do Estado veio de fato, pois esses poderes têm seus limites, e esse é o dado central. Por isso, o instrumento analítico do gatopardismo nos ajuda a entender.

Essa não é uma visão catastrofista nem pessimista. Adiante, faremos uso da frase de Antonio Gramsci (1930), autor que, aliás, voltou à moda no Brasil, inclusive no discurso conservador. Gramsci ficou onze anos preso, e morreu logo que saiu da cadeia, em decorrência de uma tuberculose. Escreveu sem grandes pretensões, sem que seus escritos tenham sido um grande projeto, com textos fragmentados em cadernos e notas, mas que dão uma boa contribuição ao tema. Um dos aspectos registrados por Gramsci diz respeito ao fato de que, **nas sociedades em que o velho ainda não morreu e que o novo ainda não nasceu, pode-se estar parindo monstros.**

No nosso caso, infelizmente, temos um falso “profeta”, que, no caso, está no poder, e que, talvez, não seja a besta-fera, pois falta-lhe tirocínico político para isso. Assumir a figura da besta-fera exige alguém com maior lucidez. Há, assim, uma outra transição que, também, está em jogo, com retórica democrática, e que não sabemos para onde vai, uma vez que é muito difícil um regime que endureça mais do que este.

Quem viveu a ditadura sabe que ainda há muito arsenal para apertar o torniquete, mas temos de pensar que, quando um “profeta” anuncia o que está por vir é muito grave, há a possibilidade de que esse profeta tenha passado por um processo eleitoral de sufrágio, trazendo o perigo que está marcando nosso cotidiano e que muito incomoda.

Na nossa ilusão democrática, sabíamos que esse não era o melhor regime. Rancière (2014) entende que deve existir, por parte da figura em questão, um ódio pelo que se chama de democracia, porque ela instaura e reforça a desigualdade. Porém, falar isso agora pode parecer uma coisa absurda, pois, no momento, necessitamos afirmar os princípios democráticos. Então, tudo isso está em contradição, sendo mais uma oportunidade de reflexão.

Durante muitos anos sob a vigência da Constituição de 1988, criou-se uma tradição de debate muito aberto dentro das universidades, que não está acostumada a certos freios que estão vindo e que já se pronunciaram desde o ano passado.

No ano passado, na Universidade do Pará, uma mineradora, a Belo Sun, invadiu um seminário de pesquisa, retendo os professores em cárcere privado, fotografando e interrogando todo mundo durante 40 minutos, sem que a polícia tenha feito qualquer

intervenção. Há, pois várias formas de banditismo em pauta, que atentam contra a coisa pública.

Nesse sentido, a ideia de se pensar no plano da redemocratização passa pela figura do bandido social. Na outra face, há o miliciano, que está pouco se importando com o fator social, fazendo da relação com a sociedade uma forma de lucro a todo custo. Essa, talvez, seja a lógica da milícia. A conferência de Luiz Eduardo Soares (2019) ajuda a explicar este cenário, dando uma contribuição importante.

A lógica da milícia é de venda de serviço e bastante diferente dessa ideia de bandido social. Robin Hood doava as coisas que roubava dos nobres, então, é um pouco diferente. No caso de Manaus, nós vivemos isso de uma maneira muito profunda, pois é um local que tem um grau de ocupação de terrenos baldios muito elevado. Nas ocupações, verificam-se, constantemente, tentativas de criminalizar, com o argumento de que são conduzidas pelo tráfico. Esse também é um exemplo de perversidade, haja vista que, em janeiro de 2017, acordamos em Manaus com uma rebelião nos presídios, com 64 degolados, e, este ano, o número também se reforçou. Uma pergunta: como o sistema prisional reflete essa forma de sociedade redemocratizada? Os EUA, por exemplo, estão se tornando um Estado prisional, com quase 2 milhões de presos. Nós somos o país cuja população carcerária mais tem crescido nos últimos cinco anos, mas não creio que sejamos candidatos a um sistema prisional, porque, aqui, o grau de execução física é muito elevado. Então, talvez o que esteja sendo ampliado seja o número de covas rasas em cemitérios, como já parece ser uma realidade. Aqui, as pessoas assassinadas no presídio ficaram dentro do frigorífico, penduradas como gados, de cabeça para baixo, com ganchos. Esse é o nosso cotidiano, divulgado pela imprensa regional. Essas são práticas não democráticas, absolutamente autoritárias, violentas, que seriam próprias de regimes ditatoriais, mas isso é feito “naturalmente”, e muitos acham que se esteja fazendo o correto, porque não se pensa criticamente sobre o fato.

A ideia da redemocratização, deste nosso ponto de vista, exige de nós uma outra maneira de pensar e de refletir. A primeira delas seria abandonar a visão economicista. que alimenta a visão de que, permitindo às pessoas o acesso aos bens de consumo, resolver-se-ia

o problema a desigualdade. Contudo, a desigualdade social não se resolve com o aumento de consumo e da renda.

Há, assim, um problema fundamental, que é uma das características do capitalismo e que está no livro “O imaterial”, de André Gorz. Não é o chão da fábrica que disciplina, mas sim o conhecimento. Contudo, o conhecimento fica nos grandes países, e não no solo das fábricas, na Ásia e por aqui. As mercadorias produzidas a baixo custo, com força de trabalho mal remunerada, produzindo tênis no Vietnã, camiseta no Camboja, belos óculos e tecidos em Bangladesh, mas o conhecimento necessário para produzir tudo isso está em outro local. Essa desterritorialização é uma reflexão do Boltanski (2009), que diz que não está havendo desinstitucionalização, como Trump imagina nos EUA; está havendo, sim, uma nova divisão do trabalho, e ela também é uma divisão econômica. Tal divisão, no plano internacional, mudou de muitas maneiras; então, a situação colonial está mudando com essa nova feição do capitalismo. O capitalismo está ligado a uma sociedade de conhecimento, a uma economia de conhecimento e não acredite que, aumentando a renda ou o consumo, você estará transformando a sociedade.

Para essas mudanças de fato ocorrerem, é preciso que muitos elementos sejam dirigidos para outros aspectos, para os pilares que sustentam essa parte da economia do conhecimento, e é isso o que tem de ser trabalhado.

Nosso governo atual não está preocupado em aumentar o consumo ou a renda. Esse não é o problema, porque a racionalidade ultraliberal prescinde de qualquer sinônimo de igualdade. Para eles, a Revolução Francesa nem existiu e a Terra pode ser plana também, pois não estão preocupados com isso. Esses não são fatores que conseguem conspurcar o plano de governo, e foi isso que mudou.

Então, vamos lidar com absurdos, que não necessariamente levam à sociedade do absurdo, e que podem persistir na vida social.

A Idade Média durou séculos, então, a inquisição e as fornalhas podem virar uma forma de “queimar as feiticeiras”. Essa mortalidade domina nossa maneira de refletir e a forma de pensar o social. Nesse sentido, é prudente que pensemos, em primeiro lugar, nos novos parâmetros, para, assim, refletirmos e interpretarmos a

vida social, e isso só se consegue fazer por meio de estudos de uma análise concreta de situações concretas. Nesse ponto, a universidade pública tem uma responsabilidade muito grande, porque nós não precisamos voltar a uma perspectiva empírica, mas sim entender que a teoria não abre mão de observações empíricas. O entendimento das realidades localizadas e dos processos reais passa por análises pormenorizadas, detalhadas, descritivas, ou seja, pelo conhecimento concreto dessa situação real.

O contrário de tudo isso é o fato de continuarmos no mundo da situação colonial, no qual a elite está em uma situação bastante desfrutável e simplesmente ignora ou acha que os problemas da sociedade vão se resolver por si sós, como durante muito tempo se imaginou. Contudo, não há uma força natural que empurre as contradições para um ponto X. Tem de haver uma ação do sujeito, ou seja, tem de haver um sujeito nessa história, porque a transformação social não é uma ação sem sujeito. Assim, é o sujeito que reflete, que tem recursos, teorias, métodos e conceitos.

Esse não é um afastamento da realidade ou de um estudo conceitual, pelo contrário, é uma forma de aproximação. Não acredite que a intuição nos leve a algum lugar. Também não podemos imaginar que somente com a teoria chegaremos a algum lugar. Temos de fazer esse exercício de colocar o trabalho de pesquisa em prática, compreender os processos reais e as realidades empíricamente observadas. Acho que esse dado de uma análise concreta de uma situação concreta propicia novas formas de se pensar questões complexas, como a da redemocratização desses 30 anos.

O exercício comparativo com Portugal é muito mais complexo, não sendo possível fazê-lo neste momento, mas muitas das questões, como o professor neste debate bem lembrou tal como o caso do aborto, por exemplo, são discussões travadas aqui, mas que apresentam uma dificuldade muito grande. A comunidade europeia continua com prerrogativas e pressupostos de ser o espelho do mundo, e isso se reflete nas antigas colônias. Na África, por exemplo, ainda vemos os juizes e os magistrados usando perucas inglesas ou togas; aqui, no STF, aquelas capas pretas ainda fazem parte do nosso ritual de justiça, ou seja, as pessoas continuam a imaginar que aquele é o modelo que mais se aproxima do

ideal. Em Coimbra, o traje, talvez, fizesse sucesso, na Baixa certamente, podendo até mesmo fazer parte de um desfile coimbrã, mostrando os detalhes de uma capa. Isso não seria ironizar um poder, mas sim mostrar o absurdo em cima do qual esse poder está construído e o que ele tem efeito sobre as nossas vidas.

Enfrentar estes efeitos todos se conjuga com o princípio da “redemocratização” e com nossas dificuldades de reflexão mais profunda nestas tres décadas de tantas mobilizações e embates.

Desculpo-me perante vocês do desalinhamento desta breve exposição e convido-os a aprofundá-la mais detidamente..

PERSPECTIVAS FUTURAS PARA A DEMOCRACIA NO BRASIL

Roteiro da degradação democrática: da pluralidade ativa das ruas, em 2013, ao golpe de 2016 e à canalização do ódio racista, em 2018

Luiz Eduardo Soares¹

Foi um prazer estar com os colegas da mesa e um privilégio ter recebido o convite. Agradeço, em particular, aos organizadores e às organizadoras do encontro e cumprimento as amigas e os amigos na audiência. Este é um tema que angustia a todos e nos mobiliza: “perspectivas futuras da democracia no Brasil”. Se há essas perspectivas, quais seriam? É claro que isso tende a desvelar as nossas limitações, as minhas limitações, a precariedade da minha própria percepção e do meu próprio conhecimento, porque as prospecções são, de alguma maneira, o exercício que envolve ficção e imaginação. As emoções se mobilizam, assim como as paixões e os temores. Como dizia Pedro Nava (1979) “A experiência nos serve apenas como um farol voltado para trás”. É como se nós pudéssemos conhecer a trajetória, o itinerário, mas isso nos serve pouco para caminhar, porque ilumina pouco o que está diante de nós. Então o que eu posso fazer, reconhecendo, portanto, a limitação do meu conhecimento e da minha capacidade preditiva, é apenas compartilhar algumas reflexões fundadas no passado recente, talvez menos perspectivas para o futuro do que um esforço de diagnóstico sobre questões-chave que nos desafiam hoje. Se tivesse de contar a história recente, talvez mencionasse dois pontos-chave, dois pontos cruciais, dois momentos: o processo constituinte, que instaura uma repactuação na sociedade brasileira, e, mais uma vez, as mudanças, revelando a transição pelo alto, de caráter fundamentalmente autoritário.

¹ Antropólogo e Cientista Político. Professor visitante da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), professor aposentado do Instituto de Ciências Sociais da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e ex-professor do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro) e da UNICAMP (Universidade de São Paulo).

As elites se reorganizavam, havia a crise econômica. A degradação que a ditadura representava já não se podia esconder, pois a erosão do que restava de sua popularidade era evidente. A crise econômica gerada pelo endividamento crescente produzia efeitos ostensivos e dramáticos. A inflação também era fonte de desgaste para a ditadura, os movimentos sociais começavam a florescer e as pressões ganhavam volume. Esse conjunto acabou implicando ou permitindo o desenlace que nós conhecemos: a transição negociada para a institucionalidade democrática.

Não quero subestimar ou desvalorizar a importância do processo constituinte. Nós tivemos, a partir daí, a primeira Constituição que mereceria um qualificativo democrático em nossa história. Isso não pode ser subestimado, mas devemos reconhecer as limitações, a distância entre a forma e a substância. Sei que essa é uma dicotomia insuficiente, mas ela nos ajuda a lembrar que o pacto desenhado desse modo para reconfigurar as instituições não se traduz, necessariamente, em práticas reais, não transforma as relações sociais, as relações de produção, as relações econômicas etc. Ou seja, o capitalismo continua se reproduzindo com as suas contradições, as formas de dominação se reproduzem com a violência que é característica e que lhe é própria. Entretanto, o arranjo institucional, de fato, oferece outras oportunidades de resistência, de organização dos movimentos sociais e de elaboração de agendas alternativas.

Esse, portanto, foi um momento importante, que pode ser assim resumido: um novo pacto envolvendo a circulação das elites no poder. Um pacto político eleitoral. Torna-se possível a substituição das elites por método eleitoral e alguma distribuição que visa a alguma redução de desigualdades. O novo pacto admitiu que o Estado tem responsabilidades sociais e que há direitos a respeitar. Houve toda uma articulação em torno da educação, da assistência, da saúde e de políticas sociais, tornando-as políticas de Estado, não apenas de governo. A legislação trabalhista foi assumida como patrimônio histórico, e algumas conquistas se reafirmaram ou ampliaram.

Esse pacto está, de alguma forma, em risco, ou, mais que isso, esse pacto foi rasgado, rompido, desde o impeachment, o golpe parlamentar do impeachment. Portanto, o segundo momento a

destacar é o próprio impeachment como uma ruptura desse pacto, com uma série de implicações.

O terceiro momento, embora quebrando a cronologia, é 2013, que merece uma reflexão específica, assim como, subsequentemente, merecerão as eleições de 2018 e a mudança na correlação de forças, que permitiu a afirmação de um poder proto ou cripto-fascista, que é esse sob o qual nós vivemos neste momento, ainda que a institucionalidade permaneça, até o momento, relativamente estável, com todas as suas limitações.

2013 correspondeu, a meu juízo, a um deslocamento de placas tectônicas da sociedade brasileira. Surgiram novas linguagens, novos protagonismos, a experiência de voltar às ruas, em diálogo com o que se dava em outros países, a partir de uma mobilização sem os personagens tradicionais, sem as lideranças institucionalizadas, a tal ponto que as descrições que se faziam à época eram mais negativas do que positivas: “Essas mobilizações não têm foco, não têm direção, não têm centro, não têm pautas claras, não têm vínculos orgânicos etc. Era uma coleção de negatividades, e a coleção de negatividades não constrói a positividade. Era preciso dar conta da positividade que nos desafiava. Que novidade era essa? Havia algo pulsante e novo, que tinha valores específicos inaugurando-se, ali, uma nova intensidade.

Veja, vou utilizar uma metáfora na ausência de conceitos, que não estão à disposição, ainda, porque se trata de uma experiência histórica muito recente. A metáfora utilizada à época foi a das energias que se precipitavam. Era como se um conjunto de fontes despertasse e precipitasse energias sem alvos claros, e ali encontrávamos potenciais que se desdobrariam em direções diversas e seriam capturados para caminhos dos mais distintos. Algumas pessoas, até hoje, como o presidente Lula e certas lideranças do Partido dos Trabalhadores, veem, em 2013, o berço do fascismo, o berço do salto à direita, o berço, digamos, do golpismo que se imporá mais adiante. De minha parte, os textos que escrevi, entre testemunhais e etnográficos, sobre as manifestações de junho, no Rio de Janeiro, procuram demonstrar o cenário: grupos dos mais diversos pronunciaram-se, chocaram-se nas ruas. De um lado, havia os que clamavam até pela presença de bandeiras da direita, pela volta dos militares, pela ditadura etc.; de outro, grupos que apre-

sentavam fortes marcas de esquerda, com características que poderíamos descrever como anarquistas ou que cultivavam a crença de que manifestações espontâneas conduziram a transformações profundas, policêntricas e anárquicas. Além desses, havia grupos tradicionais de esquerda, os quais buscavam vincular-se àquela mobilização que tomava as ruas, dada sua magnitude, sua escala e sua evidente relevância.

O fato é que uma nova geração, ou novas gerações, não necessariamente composta, apenas, por jovens, reencontraram outras linguagens políticas. As ruas foram redescobertas como palcos para manifestação e para atuação política. É claro que, quando há algum espaço para o acontecimento, para a iniciativa, para a criatividade e para a liberdade, palavra que uso aqui com cautela e prudência teórica necessárias, na outra ponta emergem a imprevisibilidade e a indeterminação. Se incluímos na pauta a liberdade e a possibilidade de uma iniciativa disruptiva – imprevisível porque autorreferida, em sua própria constituição, isto é, que se constitui a partir de si mesma como um evento, –na outra ponta da história nós colhemos a abertura do indeterminado. Surge, portanto, o risco, agora definido por todas as forças políticas como o incontrolado, o indisciplinado. Nós passamos a viver com essa pulsação e as contradições se acirraram com uma intensidade absolutamente nova.

2014 foi marcado por uma eleição que não captou essas energias. O que significam essas energias? Não sei dizer precisamente. Esse não é um conceito, é um recurso metafórico para compartilhar um caminho de reflexões. Não se trata, portanto, de uma análise propriamente, mas de uma descrição que lhes apresento, tomando a licença de recorrer a expressões que nos oferecem possibilidades de entendimento mais analógico e alusivo, mais intuitivo e subjetivo. O fato que nos parece incontestável é que as eleições de 2014 não captaram, canalizaram ou drenaram essas energias. Houve um resto, um excedente, que ficou nas ruas. Entre as ruas e a institucionalidade havia, ainda, um precipício, um abismo. As eleições nacionais de 2014 poderiam ter sido um enlace entre as energias precipitadas em 2013 e os caminhos institucionais, o que não ocorreu, por diversas razões. Essa energia que restava, que não foi absorvida pela institucionalidade, corres-

pondia a potencialidades quase ilimitadas. Quem capturou parte significativa dessas energias? A direita viu na crise econômica do segundo governo Dilma, em seu esforço de adaptar-se às expectativas conservadoras, assimilando a pauta neoliberal de seu adversário, um enfraquecimento político óbvio. Essas atitudes da presidente Dilma a afastaram de suas próprias bases populares de sustentação. O afastamento a deixou mais e mais prisioneira dos jogos políticos que visavam, oportunisticamente, aprovar pautas-bomba para debilitar seu governo. Nesse momento, a lava-jato, que já existia, assumiu dimensões mais expressivas.

Abro aqui um parêntese para um recuo histórico, de 2006/2007. Lembremo-nos que a descoberta do pré-sal tornara o Brasil mais cobiçado no jogo geopolítico global. O Brasil já apresentava relevância, e os governos Lula projetaram o país no cenário transnacional como um ator estratégico, a partir das articulações dos BRICS, que abriram a perspectiva de construção de um quadro mundial policêntrico, menos regido pelo império norte-americano. Nesse contexto, quando o Brasil se afirmava crescentemente como um *player* global, surge o pré-sal, elevando o país a outro patamar. É importante recordar que, naquela oportunidade afortunada, de ascensão de resultados e expectativas, o barril de petróleo chegou a valer U\$120, mas, no rescaldo da crise financeira mundial de 2008, coincidindo com o início do segundo governo Dilma, o barril caíra a U\$30. Isso resume um pouco o quadro trágico da crise ou do prenúncio da crise nacional. Os Estados Unidos demonstravam interesse evidente no Brasil e no pré-sal, o que se comprovou pelos documentos divulgados por Snowden.

Não por acaso, relembremos um dos heróis do nosso tempo, Edward Snowden, porque as questões voltam à baila, nesse momento, graças a Gleen Greenwald. Como vimos nas denúncias de Snowden, os Estados Unidos acompanharam a presidente de perto e acompanharam a Petrobrás, em cada lance de dados, em cada movimentação. É evidente que, se associarmos os fatos, independentemente de teorias da conspiração e das intenções dos atores mais ou menos explícitas, veremos que havia um interesse renovado, digamos assim, nas riquezas potenciais brasileiras. A quebradeira das principais empresas brasileiras, a destruição da engenharia nacional e as fissuras importantes na proteção da sobe-

rania nacional – independentemente, das intenções dos atores que se aplicavam nas investigações sobre corrupção – foram efeitos da lava-jato. A operação minou a economia brasileira profundamente, ao vulnerabilizar empresas de grande porte, criando condições políticas para que o salto na direção do abismo se desse, com o afastamento de Dilma. Seu governo foi, assim, corroído por dentro e por fora, desde o “estelionato eleitoral” até as próprias questões econômicas, que começaram a gerar desemprego e a reverter conquistas sociais importantes.

Retomemos a problemática das ruas, das energias não canalizadas, da intensidade disponível, aquele potencial que permaneceu provisoriamente adormecido. Coloca-se em prática, então, um projeto que vai se mostrar extremamente bem sucedido, um projeto que envolve a grande mídia brasileira. Ressalta-se que não estou supondo, necessariamente, que os atores se reuniram em torno da mesa e planejaram ações convergentes, direcionadas para um alvo determinado, para um objetivo comum, embora tampouco possa descartar essa hipótese. Isso tanto faz, pois o modo como o processo foi posto em marcha é indiferente. Sendo assim, o fato a ser destacado é que esse processo cumpriu papel decisivo.

A grande concertação midiática e política, envolvendo agentes do grande capital e representantes do imperialismo, se dá na prática e, graças à espetacularização da lava-jato e à politização da justiça, a problemática da corrupção, lida de forma enviesada e seletiva, desloca-se para o centro da agenda pública. A mídia gera um discurso ou, se preferir, uma narrativa, segundo a qual o Partido dos Trabalhadores é a fonte de todos os males e as esquerdas, sinônimo de corrupção. Com esse novo quadro, manifestações na rua ecoam a possibilidade que emergira em 2013, como a nova disposição para participar dos atos. Essa nova intensidade, reavivada nas ruas, alimentada pela mídia e pelas redes direitistas, acende paixões, que estão acesas desde então. Essas energias encontraram um canal para fluir, e esse canal acaba constituindo um dos fenômenos políticos e culturais mais relevantes dos últimos tempos no Brasil: o antipetismo, ou seja, a repulsa ao PT e às esquerdas de uma maneira geral.

Constatar esse fenômeno vai ser extremamente importante para o último capítulo deste brevíssimo *flashback* diagnóstico. O

repúdio às esquerdas encontra ressonância em camadas médias, que se sentem autorizadas a sair do armário enquanto agentes ultraconservadores e racistas. O Brasil é um país profundamente desigual e marcado pelo racismo estrutural.

Os governos Lula, com todas as suas limitações, trouxeram, de fato, avanços significativos na luta antirracista, com políticas afirmativas, políticas de acesso à universidade, políticas de educação e políticas de cotas. O fortalecimento das mais diversas formas de organização popular democrática começou a apontar para o embrião de uma certa hegemonia moral em torno da ideia de igualdade e justiça, na contramão do racismo, da misoginia, da homofobia e da transfobia. Isso provocava reações muito duras em setores profundamente racistas das camadas médias, as quais se manifestavam diretamente, por exemplo, ironizando o fato de aeroportos estarem sendo frequentados pelos pobres, que antes só usavam rodoviárias. Membros das classes subalternas não pertencem, na concepção hierárquica brasileira, quase aristocrática e racista, aos aeroportos, signos de *status*. Evidentemente, os sentimentos racistas acabam encontrando conexões com o antipetismo e com uma forma de definição da moralidade pública muito peculiar, a qual exige de nós toda uma reflexão que eu não teria tempo de desenvolver aqui. Confluem, portanto, o sentimento de ódio racista represado e o antipetismo, construído, midiaticamente, em aliança com o processo da lava-jato, estimulado por interesses norte-americanos. Essa convergência alimentou o movimento que conduziu ao impeachment, abrindo caminho para uma alteração mais estável na correlação de forças.

Qual a grande oportunidade que as elites percebem nessa quebra de institucionalidade do pacto constituinte que tivemos em 2016? É a da implementação de uma agenda neoliberal selvagem, com a rapina dos direitos, inclusive trabalhistas. Essa parecia ser a grande oportunidade para a implantação da agenda neoliberal, intrinsecamente impopular, com o apoio popular a um governo que passava a representar a moralidade. Michel Temer passou a ser o representante da moralidade pública, o PMDB. Então, esse é o nosso país, não é? Isso de fato aconteceu, em meio a turbulências e a contradições que acabam escapando do controle, porque ninguém controla o processo histórico. Houve esforços nesse sentido, mas o

processo histórico é indomesticável. Houve e há forças que buscam moldá-lo, conduzi-lo, com disputas políticas, na tentativa de disciplinar o indisciplinável e de determinar o indeterminável. As energias desprendidas, finalmente capturadas e canalizadas para o golpe, e toda aquela intensidade ultrapassam qualquer esforço de circunscrição e de limitação. Abertas as portas do inferno, os espectros livram-se das cadeias, dos constrangimentos e dos “escrúpulos de consciência”, para citar a fatídica intervenção do coronel Jarbas Passarinho, ministro da ditadura, na famigerada reunião que decidiu a decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968: “Às favas todos os escrúpulos de consciência”.

A grande surpresa é que, nessa corrida de cavalos premiados, um pangaré, no qual ninguém prestava atenção, acelerava sua marcha, à sombra. Enquanto os outros bebiam champagne e se alimentavam com caviar e elevadas expectativas de poder, o pangaré seguia seu curso, à margem. Até que ocorre a surpresa: o pangaré torna-se a verdadeira ponte para o futuro do neoliberalismo extremado, isto é, o atalho mais viável para a vitória que garantiria a aplicação do programa neoliberal, mesmo ao custo da democracia e ao preço da ameaça fascista, afinal, as elites nunca tiveram pruridos ou escrúpulos.

Termino com uma observação que me parece interessante. Desculpem o contrafactual, pois nada mais anticientífico do que o contrafactual. Contudo, isso pode nos ser útil à imaginação, à especulação, e a especulação, no terreno das prospecções, tem lugar, embora não tenhamos a pretensão de prever cenários futuros.

Até 21 dias antes do primeiro turno das eleições de 2018, segundo as pesquisas de opinião, Lula seria eleito com 39% dos votos. Bolsonaro vinha com cerca de 15 ou 16%, desde que se tornara candidato. Alcançou 16%, uma marca considerável, mas estacionou nesse patamar, ao longo de muitos meses. Quando observamos o quadro a 21 dias das eleições, vemos que ele já crescera e se aproximara dos 20, 21%. Ou seja, havia, claramente, uma polaridade, Bolsonaro e Lula, com o dobro das intenções de voto. Os demais candidatos estavam bem abaixo. Lula é impedido de concorrer e, assim, a lava-jato cumpre seu abominável papel histórico, abrindo espaço para a reconfiguração da política brasileira, para o triunfo do fascismo e para a emergência de uma nova

agenda econômica, que envolvia a destruição de todas as barreiras que defendiam a soberania nacional. Esse é o processo que deriva de toda a movimentação desde 2013: Lula é retirado do páreo e Haddad o substitui, começando com 3% ou 4% e, em uma ou duas semanas, aproxima-se dos 20%, mostrando o grande potencial – mas não absoluto – do PT e de Lula promoverem a transferência de voto. Nesse momento, Bolsonaro é vítima de uma tentativa de assassinato, o que o torna foco da mídia, resolvendo três de seus problemas: ele não gerava empatia, tinha poucos segundos de televisão e não conseguia disfarçar, nos debates na TV, seu despreparo, sua desqualificação, sua completa incapacidade de enfrentar um diálogo em termos republicanos. Como vítimas suscitam empatia, ele passa a frequentar as manchetes da mídia, em viés positivo, e ganha o álibi ideal para ausentar-se dos debates. Em função dessa convergência de fatores – deslocamento de Lula, empatia nutrida pelas novas circunstâncias e afastamento justificado das situações que exporiam suas debilidades –, Bolsonaro chega, rapidamente, a 27% das intenções de voto.

Estamos falando de um tempo veloz, a 10 ou 15 dias do primeiro turno das eleições, mais ou menos, em que Bolsonaro já apresentava 27%, Haddad entre 22% e 23%. Havia, ainda, expectativas de que Haddad superasse seu principal competidor, porque a transferência de intenções de voto ainda estava em curso. Nesse momento, abre-se outra senda: a uma semana da eleição, realizam-se grandes manifestações a favor de Haddad, verdadeiras festas democráticas, das mais belas da história recente do Brasil, cujo mote agregador era a expressão “Ele não”. Paradoxalmente, o efeito não intencional foi antecipar a lógica bipolar do segundo turno, introduzindo-a no primeiro, o que fez com que todo o potencial de ampliação de alianças de Bolsonaro se realizasse, com inusitada celeridade. O resultado foi uma votação maior do que se previra, que quase garante a Bolsonaro a vitória definitiva. A importação da lógica do segundo turno para o primeiro tem o condão de produzir esse tipo de alteração do quadro. No segundo turno, as dificuldades de Haddad e Manuela, do PT e do Pcdob, para ampliar alianças e arregimentar votos revelaram o peso negativo do antipetismo. Embora Bolsonaro prescindisse dessa ajuda, a uma semana das eleições, o juiz então responsável pela lava-jato, Sérgio

Moro, divulgou para a mídia um anexo, já antigo e conhecido, da delação premiada de Palocci, o qual não mereceria maior atenção, até porque era relativamente irrelevante. Mesmo assim, demonstrando a inclinação antipetista da mídia convencional, as acusações requentadas alcançam vasta divulgação, turbinada pelas redes sociais bolsonaristas, que não economizaram em *fakenews*. Em outras palavras, o juiz da lava-jato divulgou, a poucos dias do segundo turno, uma delação que atingiu fortemente um dos candidatos. Trata-se de uma intervenção de natureza eminentemente política, que nada tem a ver com a lógica judicial. Ou seja, a politização da justiça é toda uma questão da qual nós deveríamos tratar, mas não há tempo.

O resultado nós conhecemos, mas o que compartilho com vocês, finalmente, é que há muito de circunstancial e contingente na situação que se constitui antes e a partir das eleições. Em 21 dias, um país não se torna fascista. O mesmo país que poderia ter elegido Lula, em 21 dias, elegeu seu antípoda, por artes da fortuna, para citar nosso velho Maquiavel. Esse fato tem consequências gravíssimas, que, evidentemente, vão marcar a história do Brasil. No entanto, o modo pelo qual se construiu o resultado mostra quão limitada seria uma análise que extraísse do pronunciamento das urnas qualidades permanentes e estruturantes da sociedade brasileira.

Se, a 21 dias, o resultado poderia ter sido o oposto – penso, contrafactualmente, de uma maneira imprópria –, é porque estivemos muito próximos de uma outra eleição. O outro resultado, muito provavelmente, se fizessemos essa mesma leitura, nos mostraria quão ilusória seria a suposição triunfalista de que o Brasil efetivamente se democratizara e se tornara um país plenamente progressista, que abraçara profunda e definitivamente valores democráticos. Esse diagnóstico imaginário de uma eventual vitória de Lula seria ilusório, como é ilusória a suposição de que nós somos um país fascista, embora o bolsonarista o seja e as elites sejam cúmplices do fascismo. Há um núcleo duro presente na defesa de propostas de natureza fascista, que gira em torno de 15%, provavelmente, e que, talvez, mantenha sua adesão ao líder e a seus valores, não importa o que aconteça. Diante disso, teremos de aprender a conviver com a presença do neointegralismo, do

fascismo à brasileira, uma extrema direita que se articula crescentemente em plano internacional, como temos visto. No entanto, por outro lado, as circunstâncias da vitória revelam que o futuro permanece aberto, que o atual arranjo de poder é frágil e que essa precariedade pode vir a ser, em breve, exposta, a depender da ação política dos democratas.

Questão: Prof. Luiz Eduardo Soares, a questão é se existe uma relação entre o “Ele não”, que foi o movimento, como você falou, que tentou frear inclusive o pangaré, não é isso? Com a questão do conservadorismo religioso? Porque uma hipótese que eu e outros colegas tivemos, muito forte, é que, pelo menos nas nossas experiências de onde a gente reside, Tocantins, percebemos esse movimento. O conservadorismo religioso, principalmente nas igrejas neopentecostais, claramente, não é a única explicação, até porque isso é complexo, contribuiu muito, não decisivamente, mas contribuiu muito para frear o “Ele não”, o que possibilitou que o pangaré, o profeta, como diz o professor Alfredo Wagner, chegasse lá (Prof. Plábio Marcos Desidério).

Respondendo ou compartilhando algumas informações, claro que o universo evangélico é plural, é múltiplo, e que nós temos de evitar uma classificação que homogenize e aprisione essa multidão em uma categoria unívoca, evidentemente. Contudo, há um dado importante: a três dias do segundo turno da eleição de 2018, aproximadamente, o Datafolha fez uma pesquisa que incluiu questões relativas a filiações religiosas, alinhamentos religiosos e intenções de voto. O resultado foi o seguinte: entre os católicos, houve uma divisão quase meio a meio, 50% a 50%, uma vantagem de Bolsonaro sobre Haddad da ordem de 120 mil votos – cito de memória, portanto, os números são aproximados. 100 mil votos, no universo de dezenas de milhões, não são quase nada, mas, entre evangélicos, a diferença pró-Bolsonaro foi de cerca de 11 milhões de votos, de 70% a 30%. Aí se definiu a eleição. No grupo afro-brasileiro, mais ou menos 70% a 30%, pró-Haddad; entre os sem religião ou ateus, a mesma proporção, aproximadamente. Entretanto, são núcleos diminutos.

Esse é um caminho a explorar. Entre os homens, houve uma vantagem expressiva de Bolsonaro, entre as mulheres, uma vantagem diminuta. Os eleitores estão, de alguma maneira, nesse

universo masculino e evangélico. Isso é dizer muito pouco, mas é uma pista, talvez, relevante para nossa reflexão.

Obrigado a todos vocês, mais uma vez. Eu também só posso agradecer a Otávio, a Gimima, a todos os organizadores e organizadoras e a todas as pessoas que contribuíram para a realização do evento. Foi um privilégio poder ter estado com vocês. Um privilégio também poder ter ouvido os professores Djalma e João Miguel, que fizeram intervenções tão ricas e tão inspiradoras.

A tentação de se perder em uma torrente humana

Djalma Thürler¹

Pimeiramente, agradeço o convite, pois é sempre bom estar em Manaus, ainda mais em tempos em que “ninguém solta a mão de ninguém”. Encontrar Otávio, Gimima e Lúcia é sempre uma alegria, assim como os professores e as professoras da REDE de Pós-Graduação do Norte, que conheci hoje à tarde, e, claro, a companhia dos colegas da mesa, Luiz Eduardo e João Miguel.

O tema da nossa mesa, “Perspectivas futuras para a democracia no Brasil”, é muito rico e importante, principalmente, quando a comissão do evento convida pessoas com experiências tão diferenciadas para falarem sobre o tema em questão.

Diferentemente do Luis Eduardo, vou recorrer à segurança da leitura. Tenho lido muito Deleuze, que tinha uma estratégia da qual passei a compartilhar. Deleuze era um ótimo professor, que dava aulas em Paris, na Universidade de Vincennes, na França, muito conhecida pelo importante papel de uma rebelião estudantil, em maio de 1968. Alguns anos mais tarde, essa famosa universidade mudou-se para um bairro operário na periferia de Paris e, num galpão pré-fabricado, com piso de terra batida e sem calefação, centenas de jovens de todos os cantos do mundo amontoavam-se para ouvi-lo. Deleuze acreditava que havia uma verdadeira diferença entre a palavra viva, que se desdobra, aqui e agora, com vocês à minha frente, e a palavra diante do computador e do caderno. Esse professor podia ter gestos extremamente fortes diante da folha de papel, mas havia algo a mais na palavra viva, na presença física: uma filosofia viva, que pulsa, que vibra. Deleuze era parecido com

¹ Ator, Diretor artístico e dramaturgo da ATeliê voadOR Teatro, Coordenador do Núcleo Universitário de Estudos de Cultura e Sexualidade. Professor Permanente do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da UFBA (Universidade Federal da Bahia).

Sócrates, pois ele sabia que cada um tende a aprender por si mesmo e que ensinar não é comunicar nem informar, mas discorrer, deixar o discurso fluir diante dos ouvintes para que ele próprio decida em que momento entrar no fluxo do pensamento, que momento o seu pensamento começa a pensar. E é esse aqui o meu desejo, que, em algum momento desta noite, cheguemos a algum ponto na discussão. Que todos despertem no momento exato, e o momento exato é o momento que lhes convier.

As aulas de Deleuze eram muito ensaiadas, como um ator que treina para conseguir enfiar na cabeça o que tem de dizer, de modo que, quando desenrola, diante do público, apaixona-se pelo que diz. Somente assim é possível inspiração, esses dez minutos de inspiração, no máximo, que justificam todo um trabalho anterior ao ensaio.

Gostaria de compartilhar com vocês a citação e a epígrafe que escolhi para abrir esta fala. Trata-se da citação do livro “O que é o poder”, de um filósofo sul-coreano, que dá bem a medida do que tivemos no Brasil nos últimos anos pós-golpe. O autor fala sobre a sensação de fraqueza do poder hegemônico, refletida em ações de truculência e de censura a artistas e a obras que tratam, em especial, de questões de gênero e de sexualidade: “Quanto mais silencioso for o poder, mais silenciosamente ele atuará. Onde ele precise dar mostras de si, é porque já está enfraquecido” (BYUNG-CHUL, 2019, p. 10).

Passemos, agora, a uma série de *slides* da exposição “Queer-museu”, que começou em Porto Alegre. Essa performance ficou muito conhecida pelo fato de uma criança ter se aproximado do performer Wagner Schwartz. “O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu” foi proibido em várias cidades do país, inclusive, em Salvador.

Em julho de 2018, antes da eleição que elegeu Jair Messias Bolsonaro presidente da república, realizei a leitura pública da obra “Da filosofia como modo superior de dar o cu”. Enigmático e provocativo, esse é um texto de Paul Preciado, filósofo espanhol, trans, que faz o anti-Édipo, de Deleuze. Trata-se de um texto extremamente sofisticado, no qual investi dois anos trabalhando na tradução para o teatro, em uma espécie de conferência performativa ou peça conferência. Ainda em julho de 2018, uma semana antes das eleições, esse *card* foi feito para a divulgação dessa peça. A leitura desse texto foi financiada pelo Governo do Estado da Bahia

e pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, onde trabalho em Salvador, e teve um público de cerca de 40 pessoas. A divulgação do *card* da leitura agitou o Facebook, numa clara estratégia em ofender seus realizadores. O ocorrido foi um pouco constrangedor, pois era véspera de eleições e alguns deputados de direita imprimiram o *card*, utilizando-o no horário eleitoral. Nas redes de televisão, exibiam o meu rosto, dizendo que era isso que o Governo da Bahia fazia e que deveriam fechar a Universidade Federal da Bahia. Durante uma semana, fiquei em pânico, tentando entender o que tinha acontecido, porque nenhuma dessas pessoas havia assistido à leitura pública, inclusive.

Passado esse susto – a eleição já havia acontecido –, em maio, meu grupo de pesquisa realizou um evento acadêmico. Eu tenho um grupo de pesquisa que coordeno na Bahia chamado NUCUS, é o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Cultura e Sexualidade da UFBA. No final desse evento de três dias, realizei uma nova leitura daquele texto para as pessoas que não tinham comparecido em julho de 2018.

Três de maio é o dia do meu aniversário, e eu fui para São Paulo. No dia 5 de maio, uma senhora do Rio de Janeiro, não sei como, pois eu tinha retirado o *card* das redes sociais por causa do ocorrido em julho, encontra-o. Então, essa senhora, que é autora e ganhadora do Prêmio Jabuti de Literatura Infantil e Juvenil, no dia 5 de maio de 2019, postou o *card* em sua página. Trata-se de uma pessoa que tem muita influência, muitos compartilhamentos, e, de 5 a 8 de maio de 2019, esse *card* teve mais de 932 compartilhamentos. Não preciso dizer que minha vida virou um inferno até o dia da leitura, 15 de maio. Desta vez, a publicação foi ainda mais avassaladora do que em 2018, porque as pessoas começaram a invadir a minha conta no *Messenger*. Daí em diante, sofri muitas ameaças, de morte inclusive, com pessoas dizendo que iriam assistir à leitura, quebrar a universidade, que eu era um depravado e que era para isso que servia a Filosofia. Enfim, fiz a leitura com dois seguranças na porta do auditório, revistando as pessoas que entrassem. Um susto. Uma nostalgia não vivida.

Mobilizados, certamente, por movimentos de jovens da extrema direita, como MBL, e em associação com conservadores e religiosos, essas tentativas de silenciamento me fizeram ter mais segurança

ainda de que sim, a arte é capaz de mudar subjetividades. E essa mudança de que os conservadores têm medo ocorre porque sabem que, hoje, no Brasil, há uma efervescência artística, que propõe outras narrativas sobre os corpos e questionam as normatividades. A intenção dessa fala é mostrar que a arte tem se constituído, nos últimos anos, um terreno fértil para produção de conhecimento dissidente em campos muito disputados, hoje, pelas políticas conservadoras, como os campos do gênero e da sexualidade.

O título da minha fala, “A tentação de se perder em uma torrente humana”, é o final de uma crítica que Walter Benjamin faz a Engels, e que demonstra um certo desagrado com a multidão que tomava conta das ruas de Londres, a maior cidade europeia nos idos de 1840. O interesse das pessoas pela rua se dava pelos efeitos das grandes revoluções sociais e urbanas a partir da Revolução Industrial. Tudo incomodava Engels, que chegou a dizer que “o tumulto nas ruas tem algo de repugnante, algo que revolta a natureza humana”. Benjamin, ironicamente, concluiu, que o autor provém de uma Alemanha ainda provinciana. Talvez não tenha sido confrontado jamais para a *tentação de se perder e uma torrente humana*. A leitura crítica de Benjamin a Engels é uma primeira pista para entender como eu tenho pensado a democracia no Brasil e o que aconteceu comigo a partir da “Filosofia como modo superior de dar o cu”, pois continuo me recusando a aceitar que estamos retrocedendo. Recuso-me a pensar que estamos voltando à Idade Média e que os conservadores são em maior número do que aqueles que lutam pela liberdade. Eu me recuso.

Nós somos o país da festa, do carnaval, do samba, do axé, de Parintins, da catarse do futebol. O país de Zumbi dos Palmares, Tiradentes, Caetano, Gil, Chico, Antonio Conselheiro, Antônio Brasileiro, Vinicius de Moraes, Carlos Drummond, Bandeira, Ilda Hilst, Elza Soares, Mário Lago, Alcione, Beth Carvalho, Ivete, Anitta, Pablio Vittar. Somos Zé Celso, Antunes, Aderbal, Fernandona e Fernandinha, Rogéria, Portinari, Lígia Clark, Niemeyer, Aleijadinho. Somos tantos bons e belos, somos aqueles que amam e distribuem amor, porque amor é para gastar, ninguém economiza no amor.

Acontece, porém, que uma minoria triste ocupou o Planalto Central e fez dali o seu tempo de inquisição. Como existe mídia

espontânea, suas fogueiras da moral e dos bons costumes são vistas de longe. Alguns incautos vão atrás do fogo sem saber que podem se queimar, afinal, se um deputado, senador ou presidente pode falar de ódio, eles se sentem legitimados para repetir o mesmo discurso fascista. Precisam urgentemente se sentir parte de algum grupo, solitários e perdidos que são – e como fazem barulho. São poucos, são infinitamente em menor número que nós, mas como não sabem nem cantar nem dançar, somente fazem barulho. Às vezes, batem panelas também. Eles odeiam tudo aquilo que não conseguem entender e, logicamente, tudo aquilo que não têm. Se não têm amor, é o seu posto, o seu inverso que vem à tona. Nós precisamos trazê-los para a luz, não à luz de uma fogueira inquisidora, mas à luz solar, aquela que dá vida. Precisamos fazê-los dançar, cantar, beber, sonhar. Ter alguém para dividir o prazer de querer bem. Levá-los a uma roda de samba, a um bloco de carnaval, a uma peça de teatro, a um baile *funk*, descer até o chão, rebolar e, finalmente, gozar. Trocar fluidos, sujeirinhas, suores, tremores e coração aos pulos, tudo aquilo que nos faz sentir vivos. Quem sabe assim, suados, rindo, gozados, eles compreendam, enfim, que Deus não proíbe nada. Que Deus é tudo aquilo que ri, que chora, que vibra que dança, que pulsa. Que plenos, não precisam vigiar a vida de ninguém. Eu me recuso a desistir desses moços. Recordemos a música de Lupicínio Rodrigues cujos versos dizem: “Pobres moços, ah, se soubessem o que eu sei...”.

Nossa educação e nossa cultura colonial fizeram revelar prejuízos sem tamanho na construção das nossas subjetividades, a favor de um arquivo escrito pelo grupo dominante e seus agentes, assim como seus dispositivos de poder e de controle, cujo *status* é parcialmente constituído do seu domínio da cultura letrada, impondo, dessa maneira, um projeto de nação que não passava de um projeto de hegemonia política, que depende de alguns fatores, como o embranquecimento do homem e, claro, a assimilação física aos europeus e o desaparecimento de negros e mestiços. Para recuperar a especificidade histórica desses sujeitos, nós, os homens de esquerda, os intelectuais, os artistas, precisamos construir um pensamento de demolição da história universal e entendê-la em um processo de contínua revisão, sem nenhuma identificação com

o vencedor, ou seja, uma história mais humana, entendida em sua complexa rede de variantes entrelaçadas.

Quando disse que era um homem de esquerda, não estou, com isso, anunciando meu partido de preferência. Essa é apenas a minha posicionalidade, e, mais uma vez, dou as mãos a Deleuze.

Nos anos 1988 e 1989, durante um longo governo, o socialista François Mitterrand filmou uma série de depoimentos. Em um deles, ele apresenta duas ideias que me interessam muito. A primeira, ao ser perguntado sobre o que é ser um intelectual de esquerda, Deleuze afirma que seria se colocar no horizonte mais amplo de percepção, um olhar que abarca, primeiro, o mundo e a experiência coletiva. É saber que os problemas do terceiro mundo estão mais próximos de nós do que os problemas do meu bairro e, assim, definir a esquerda a partir de uma visão ampla de mundo que antecede qualquer individualismo. A segunda pista de Deleuze, nesse mesmo vídeo, é a associação da esquerda com um conjunto de minorias, e nunca com a maioria hegemônica. Nesse sentido, podemos entender que Deleuze expande a noção do que é a esquerda, tirando-a âmbito histórico-político para colocá-la no âmbito sociocultural.

Judith Butler, recentemente, no jornal “O Globo” (8/5/2019), concordou com Deleuze:

Existe um temor de que essas disciplinas, as de ciências humanas, tenham se tornado ideológicas, que elas representariam agendas políticas distintas, mas na verdade há debates e conflitos importantes dentro desses campos, e a maior parte dos estudos das ciências humanas não tem orientação partidária. Elas oferecem aos alunos habilidades necessárias de escrita leitura e comunicação para debaterem os valores que guiam a sociedade. Se as universidades se voltarem exclusivamente para as habilidades técnicas ou dedicadas à promoção de interesses de mercado, elas perdem a sua missão de dar aos alunos um amplo senso da história e de debater os valores e de apresentar pontos de vista respaldados por evidências (O GLOBO, 2019).

Caminhando este diálogo para o final, vejo que o futuro da democracia no Brasil, tentando responder ao tema da mesa, tem a ver com certa repolitização, em todos os campos, além de uma

ressignificação dos regimes de verdade, das produções discursivas, das relações entre saberes e poderes e outras formas de dizibilidades e de visibilidades. O que isso significa para a construção de um futuro democrático é o que você pode estar se perguntando.

Antes de tudo, repolitizar implica examinar os nossos tesouros culturais com o olhar distanciado, situando-nos ao lado dos vencidos: judeus, párias, camponeses, mulheres, proletários, putas, veados, bichas e toda sorte de multidão *queer*, e propor uma certa cartografia do atrito que tenha muito mais a ver com fricção do que com confronto.

Uma educação libertadora é um caminho possível para o nosso futuro democrático, mas não sem encontros com o outro, perdendo-nos em uma torrente humana, em práticas sociais que reúnam ética e política. A revolução somos nós, rotina dilatada, cotidiano corajoso, rascunho da história, que passado a limpo, a contrapelo, como diria Walter Benjamin, é vida. Só a beleza salvará o mundo. Belos são vocês, belo sou eu. Viva eu, viva tu, viva o rabo do tatu. Obrigado!

Por uma escuta atenta e metódica na identificação das metamorfoses autoritárias

João Miguel Teixeira Lopes¹

Gostaria, mais uma vez, de reiterar meu agradecimento a Gimima, a Otávi, a Lúcia. A todas e todos, pois foram dias intensos, de muita troca e de muita aprendizagem.

É claro que falar agora é uma espécie de anticlímax, mas cada um com a sua sorte, e a culpa é minha, porque fui eu quem pediu para falar no fim. Por isso, a sorte também é uma criação nossa, e isso deriva da minha prudência em relação a este tema.

Repare bem que o painel de encerramento pretende que se discutam pistas sobre o futuro do Brasil. Quem sou eu para traçar essas pistas? Sou português, europeu e não vivo aqui, apesar de ser uma pessoa muito interessada em tudo aquilo que no Brasil se passa. Na minha faculdade, fizemos, eu e meu colega historiador Manuel Loff, um debate sobre o que estava se passando aqui. Reunimos centenas de estudantes, na maioria brasileiros. Foi um momento tenso, e como poderia deixar de ser tenso com o que se estava passando? Recorrendo aos versos de Pablo Neruda, quando os franquistas estão a invadir Madrid, o autor tem uma defesa que se percebe pelo contexto da poesia militante, em que diz “Como é possível se falar de metafísica? Como é possível falar de nuvens? Como que é possível falar de amor dilacerado, quando estão os franquistas à porta de Madrid? Eu vim de ver o sangue pelas ruas, eu vim de ver o sangue pelas ruas, eu vim de ver o sangue pelas ruas”.

Contudo, acredito que há muitas outras formas, que não têm de ser diretas ou panfletárias, como a intervenção/performance hoje mostrou, e que são excelentes dispositivos de agitação intelectual. Nem tudo tem de ser imediato, nem tudo tem de ser um panfleto partidário. E a arte tem essa imensa potencialidade.

¹ Diretor do Instituto de Sociologia e Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – FLUP. Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia – APS.

Já fiz referência àquela frase de Pazolini: “Tens que tirar o teu corpo para a luta”, e creio que, se há algo que os recentes movimentos sociais nos ensinam, é a importância dessa dimensão corporal.

Quando vocês veem as pancartas, os banners, como vocês chamam, ou, como nós chamamos, os cartazes de manifestações feministas ou de manifestações pelo ambiente, verificamos que há ali uma explosão poética, incomensurável, e que cada pessoa leva o seu próprio slogan, cada pessoa inventa o seu. Isso se discute muito no meu país, porque os velhos militantes de esquerda têm algum receio quando veem tais manifestações, pois entendem que pode se estar quebrando aquilo que era a visão unitária, coletivista.

Acredito que não seja por aí. Aquelas manifestações também são capazes de conciliar a subjetividade, a poética, a corporalidade ativa com causas coletivas e com uma grande vaga de solidariedade. Elas têm de ser sistemáticas e, também, motivo de incorporação de dispositivos.

Assim, agora, utilizo o meu jargão, o jargão da sociologia: como é que poderia ser de outra maneira? Disposições são maneiras de sentir, de agir, de pensar, ou seja, são duráveis e, por isso mesmo, resultado de uma estruturação. Por isso é que esses momentos têm de ser alvos de movimento. Foi isso que, nesses dias, tanto acentuei.

Deixem-me lançar uma outra pista a partir da Europa: o que está acontecendo este ano na Europa? Por que que a extrema direita está subindo na Europa? Há países como a Polónia, a Hungria, a Áustria, a Finlândia com uma pequena mudança política. O governo da Dinamarca inventou um destino, uma ilha para os imigrantes ilegais. Trata-se de um local que está contaminado, porque, durante várias décadas, foi alvo de experiências científicas que deixaram, inclusivamente, vírus perigosos. Perceba o simbolismo desse terror, desse absurdo. Veja como o Leste da Europa investe mais em uma política de polícia no Leste do Mediterrâneo do que em um orçamento. Não existe um orçamento europeu, sendo algo que está sendo discutido. Existe sim um mecanismo, cada vez maior, de divergência entre países do Norte e países do Sul.

Quando a Troika (conjunto do Banco Central europeu da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional) esteve em

Portugal, nós cunhamos um termo muito utilizado, que mostra bem como o capitalismo avançado precisa, cada vez mais, do autoritarismo de “políticas austeritárias”.

O austeritarismo é a conjugação das políticas de corte na despesa social, de corte no investimento público, com, ao mesmo tempo, um caris cada vez mais repressivo e autoritário. Os países do sul ficaram sob o jugo dessas instituições, o que fez com que a Grécia e, ainda mais, o meu país fossem considerados verdadeiros terrores sociais. A Grécia vive hoje uma situação de grande pobreza, com os serviços públicos destruídos e com uma política de terra queimada, que obrigou o governo grego a privatizar tudo que era privatizável. Como é muito discutível a posição do governo grego, não vou entrar neste assunto agora. Chegou-se, inclusive, a ser insinuado que algumas ilhas gregas poderiam ser privatizadas e poderiam ser destinadas ao turismo. Isso é o capitalismo, que precisa, cada vez mais, de se impor, contra a própria soberania popular e contra a soberania dos países. Aqui, creio que houve três posicionamentos, que importa serem analisados.

Falemos, então, do posicionamento da esquerda radical, da social-democracia e da direita tradicional, muito brevemente. Esquerda radical, termo de que gosto, significa ir à raiz, nunca esqueçamos disso. Ir à raiz dos problemas, ir às causas, trabalhar a fundojá, agora, com alguma insurgência também. Contudo, a esquerda radical teve algumas culpas, uma vez que se fragmentou e se sectarizou, sendo incapaz de estabelecer compromissos de trabalho. Com isso, deu também seu contributo negativo para alguma situação de “guetização”. Por seu turno, o que fez a social-democracia? Aproveitou-se da sua posição favorável junto aos sindicatos, junto à opinião pública. O fato de ter sido, historicamente, a criadora do contrato social na Europa, a social-democracia fez, de boa medida, o pior da política neoliberal. Foi sob a égide da social-democracia que muitas privatizações foram feitas, muitos serviços públicos foram diminuídos e o Estado social transformou-se, cada vez mais, em um Estado mínimo.

Como já dito aqui, a extrema direita cresce, ainda mais, quando há o recuo do Estado em suas funções, quando deixa de oferecer postos de saúde, escolas, quando se cria uma espécie de guerra civil permanente entre os pobres e quando as prestações sociais, e

isso é muito visível na Europa, implicam uma espécie de contrato individual com o Estado. Se merecer, você terá a prestação social, o rendimento mínimo, como é feito no meu país; se não merecer ou não se portar bem, você não terá tais direitos. Há uma espécie de culpabilização do pobre e de divisão permanente entre o bom pobre e o mal pobre, uma guerra civil entre pobres.

Era comum dizer-se que o cigano não merecia esse rendimento de inserção, assim como não merecia esse rendimento de inserção o pobre que não queria trabalhar. Essa espécie de estigma foi crescendo e, por isso, muitas vezes, a social-democracia fez aquilo que a própria direita não tinha força social para fazer. A direita tradicional, por seu turno, adotou a agenda da extrema direita nas questões securitárias, no recuo para outras questões culturais e as questões de costumes.

Com isso, acontece o que acontece sempre, e a história ensina isso, sendo devorada pela extrema direita. Por isso, hoje, essa é a situação na Europa. Vejam bem, o Partido Socialista francês está em vias de desaparecimento; o Partido Comunista, na Itália, desapareceu; o Partido Democrático está agora tentando ressurgir; o Partido Trabalhista está em grandes apuros. Uma série de partidos social-democratas, como o SPD, na Alemanha, está pelas ruas da amargura.

A social-democracia colapsou, e, com ela, está colapsando, também, a direita tradicional. Por isso, é importantíssimo que existam novas alianças, e, com elas, também, novos posicionamentos, particularmente, no que diz respeito à esquerda.

Deixe-me finalizar com algumas pistas, se é que assim posso chamar em relação às Ciências Sociais. O que as Ciências Sociais podem fazer para o futuro? Elas devem prosseguir naquilo que é o seu trabalho de acumulação. Se há algo de que eu gosto nas Ciências Sociais e na Sociologia, desculpe-me a defesa da dama, é que ela não desperdiça nada, pois não temos de desperdiçar nada. Tudo em Sociologia, todos os teóricos e todas as correntes nos servem, pois não estão desatualizados. Não há um caixote de lixo, há, pelo contrário, a possibilidade de, entre elas, estabelecermos vasos comunicantes fecundos. Por isso, a acumulação, isso não desperdício, é, portanto, um apelo para que sejamos pluriparadigmáticos. Atenção, pluriparadigmáticos não significa que sejamos

niilistas ou que não escolhamos ou que não façamos nossas opções, mas, sim, que somos capazes de importar e de exportar diferentes referências, diferentes autores, sem nos acantonarmos à partida, numa espécie de beco epistemológico.

Temos de ser, também, heterodoxos, pois de nada serve acumularmos e sermos pluriparadigmáticos se não formos heterodoxos, se não formos como a serpente, que está sempre mordendo a própria cauda, o próprio rabo, ou se não formos capazes de pensar com, contra e além dos nossos mestres; com, contra e além de todos aqueles que nos antecedem.

Altusser tem uma visão muito mecanicista do marxismo, da qual não partilho. O autor dizia, na sua teorização sobre os aparelhos ideológicos do Estado, que a música da escola era silenciosa, e, por ser silenciosa, era difícil de ser combatida, pois a música da dominação é silenciosa. Ela é multiforme e incorpora-se, sendo, também, carne viva, e, por isso, temos de saber escutar, mas temos, também que, simultaneamente, saber resgatar a música dos dominados.

Mal vai aquela Sociologia que vê nos dominados apenas o espelho dos dominantes; mal vai aquela Sociologia ou aquelas Ciências Sociais que não são capazes de entender as artes do fraco, como dizia o grande Michel de Certô, as táticas, as resistências, a ocupação dos espaços liminares. Aquilo que é, tantas vezes, também o riso, a troça, o entre sim popular, que cria uma visão do mundo que importa escutar e que nos dá preciosíssimas pistas de diagnóstico não só do que se está passando, mas também de futuro. E, finalmente, uma Sociologia pública, como diz Michael Burawoy. Uma Sociologia que seja capaz, mais do que responder às encomendas imediatas ou que um pronto assistir intelectual, de dialogar com seus públicos, que se tornam cada vez mais exigentes. Essa sociologia sai e vai ao encontro deles, vai pro mundo social. Há esse reforço mútuo, essa dialogia, essas complexidades, pois, claramente, o pensamento tem de ser complexo. O pensamento tem de ser complexo, mas não confunda, mais uma vez, complexidade com niilismo ou com qualquer versão ligeira da pós-modernidade. Complexidade é pensar em rede, com multimedicações, com multideterminações, com dialética e, evidentemente, pensar a partir dessa escuta atenta, metódica, do real.

Por isso, essa Sociologia pública é um grande desafio, que nos permitirá encontrar utopias viáveis e o caminho da gradação da utopia. Também nos permitirá, quem sabe, que sejamos nós, cientistas sociais, os especialistas da transformação do mundo.

Quando foi narrada, aqui, uma experiência pessoal tão dura, que eu conheço, mas com números muito imprecisos sobre a situação das execuções no Brasil e sobre a criminalização da pobreza, entendo que nós temos sempre de fazer esta pergunta: até quando vamos dizer que estamos vivendo em democracia?

Relembremos o que aconteceu na Europa no século passado: o partido fascista italiano subiu ao poder dentro de uma monarquia constitucional, não é verdade? Durante algum tempo, até houve um parlamento, inclusive um certo deputado socialista foi assassinado e criou-se uma comissão para investigar essa morte. Hitler subiu ao poder às costas da direita tradicional alemã. Então, pensemos que, provavelmente, esses tipos de ideias puros devem ser matizados e simplificados. Assim, quando, na Europa, acontece o mesmo que no Mediterrâneo; quando essa economia, como diz o Papa Francisco, mata o sentimento; e quando, aqui no Brasil, pelo que me dizem, há esses atos bárbaros de censura, execuções e pena de morte seletiva, podemos ainda estar falando em democracia ou começamos a falar de outras coisas?

Nós precisamos ter a coragem de pensar nessas metamorfoses autoritárias que estão acontecendo e de chamar os bois pelos nomes.

Permita-me terminar com dois versos do poeta português, que é também político, Manoel Alegre, que escreveu muitas das músicas de resistência ao fascismo. Algumas de suas músicas foram cantadas, entre outros, por Adriano Correia de Oliveira, e há um verso que acredito se aplicar muito ao que acabamos de ver: “Não há machado que corte a raiz ao pensamento (...) porque é livre como o vento, porque é livre”.

PESQUISAS SOBRE CIDADANIA E
RELAÇÕES DE PODER NA CENA
PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO

A organização social Apurinã, o poder e o neoconstitucionalismo latino-americano

Izaura Rodrigues Nascimento¹

Pablo Ítalo Batista Cunha²

André Luiz Machado das Neves³

Resumo: O artigo aborda as relações de poder engendradas na organização social Apurinã, a partir de um estudo bibliográfico, destacando o impacto do ciclo da borracha e da expansão da sociedade nacional frente aos territórios deste povo, bem como as interações mais recentes com a participação dos movimentos indígenas. Tais processos são analisados no contexto do debate sobre o neoconstitucionalismo latino-americano. Conclui-se que o Brasil não logrou uma ruptura substancial com o colonialismo. Apesar disso, as mudanças na Constituição de 1988, a agência do movimento indígena e a participação dos Apurinã têm conseguido pôr novas agendas nas relações de poder, a despeito das ameaças recentes.

Palavras-chave: relações de poder, movimento indígena, liderança indígena.

1. Introdução

Este artigo é uma tentativa bibliográfica de entender as relações de poder entre o povo Apurinã, a partir de um resgate

¹ Professora do mestrado profissional do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (PPGSP) e de graduação nos cursos de Direito e Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

² Graduando em Direito na UEA, desenvolveu dois projetos de Iniciação Científica com o tema “Direito estatal e relações de poder entre o povo Apurinã” (de agosto de 2017 a julho de 2018) e o tema “A organização social Apurinã – um olhar sobre o poder e o neoconstitucionalismo” (de agosto de 2018 a julho de 2019), ambos no Programa de Iniciação Científica da UEA, com bolsa do CNPq.

³ Professor do mestrado profissional do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (PPGSP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

de etnografias que descrevem os modos de vida e as influências oriundas do contato colonial e da expansão da sociedade nacional. Como eixos de análise, optou-se por dar ênfase às descrições etnográficas sobre os modos de vida e as relações sociopolíticas. Isso se deve ao fato de o pós-colonialismo trazer consigo a organização dos povos indígenas e uma estrutura política capaz de comportar sua agência.

Nesse aspecto, como ressalta Geertz (2000, p. 4), um dos maiores expoentes da antropologia contemporânea: “O homem (...) é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”. Assim, a análise da cultura deve estar munida de uma ciência interpretativa, que busca os significados dessa teia.

Antes de iniciar o tema central desta pesquisa, de maneira breve, construiu-se a seção de procedimentos metodológicos, que aponta os tipos de materiais que subsidiaram este estudo e o marco conceitual que serviu de lente para conduzir a análise.

A intenção desse artigo foi refletir, à luz de relatórios e de instituições de prestígios, a organização social, as relações de poder e o neoconstitucionalismo latino-americano, além de um breve ensaio sobre a necessidade de superação da perspectiva colonialista de produção do conhecimento, e, assim, questionar a colonialidade em todas as suas dimensões, com vistas à desconstrução dos discursos e às práticas hegemônicas, sob o olhar interdisciplinar.

2. Procedimentos metodológicos

Trata-se de um estudo bibliográfico e documental de tipo descritivo, no qual são utilizadas etnografias sobre o povo Apurinã, relatórios, notícias e documentos dos sites do Conselho Indigenista Missionário/CIMI, da Fundação Estadual do Índio-FEI/AM, da Fundação Nacional do Índio/FUNAI, do Conselho de Missão entre os Povos Indígenas/COMIN⁴.

⁴ O COMIN, criado em 1982, instituição vinculada à Igreja Luterana, atua nos municípios de Rio Branco, no Acre, e Boca do Acre e Pauini, no Amazonas, nas Terras Indígenas Peneri/Tacaquiri, Água Preta/Inari, Catipari/Mamoriã, Kapyra/Kanakury, Seruini/Mariênê, Tumiã, Baixo Seruini e Sãkoã/Santa Vitoria (Pauini) e Camikuã (Boca do Acre).

Do ponto de vista teórico-metodológico, toma-se como parâmetro o conceito de *fricção interétnica*, desenvolvido pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, o qual, a despeito de ter sido construído na década de 1970 do século XX, permite-nos aproximarmos das mudanças culturais ocorridas sob a influência colonial e da expansão da sociedade nacional. A fricção interétnica corresponde a uma realidade específica, que se encontra no contato entre grupos indígenas e a sociedade nacional. Nas últimas décadas, no entanto, a análise da interação dos povos indígenas e a sociedade nacional deve considerar, também, além das ondas de territorialização, a agência indígena e as condições do diálogo interétnico.

3. Apurinãs: poder e lideranças

3.1 A organização social Apurinã e o poder

Em 2010, havia 6.842 Apurinãs, distribuídos nos estados de Rondônia, Acre e Amazonas, de acordo com o Censo do IBGE. Apurinã é o nome, em português, atribuído a um grupo que, em sua língua, denomina-se *popūkare*. Conforme Schiel (2004), o povo é dividido em duas “nações”: Xoaporuneru e Metumanetu.

Por meio dos materiais analisados, foi possível compreender que os Apurinãs são exogâmicos em relação às nações referidas, mas, além dessas divisões, **há também a divisão em clãs**.

O *casamento* correto é entre Xoaporuneru e Metumanetu, pois casar dentro da mesma “nação” é o mesmo que casar entre irmãos. Esse é o termo, aliás, que dois membros da mesma metade podem usar ao dirigir-se um ao outro (*nutaru*, irmão; *nutaro*, irmã), assim como Xoaporuneru e Metumanetu chamam-se, por vezes, *nukero* (Cunhãda) ou *nemunaparu* (Cunhãdo). Os nomes das pessoas indicam à qual das “nações” ela pertence (INPA, 2007, p. 117, *grifo nosso*).

Conforme Schiel (2004, p. 64): “os casamentos parecem um jogo de forças complicado, onde entram estratégias e preferências das famílias – que indicam com quem ela quer estabelecer ou reforçar alianças –, nem sempre consensuais, e também estratégias e preferências da pessoa que se casa”.

Cabe destacar que a poligamia era comum, principalmente entre os chefes.

Outro aspecto que é importante destacar diz respeito à noção de *comunidade*, que varia muito, atualmente, entre os Apurinã. Por vezes, define-se comunidade “pela existência de um chefe (cacique, liderança), de um professor e de um agente de saúde” (SCHIEL, 2004, p. 67; INPA, 2007).

A *casa* é um elemento de destaque entre os Apurinã. “A casa, hoje, barraca, paraka ou aiko, é feita no mesmo modelo dos seringueiros. Alta, sustenta-se sobre esteios, madeira enterrada no chão. Cada casa é, em geral, habitada por uma família” (INPA, 2007, p. 117). Elas são bem diferentes das de antigamente, quando havia casas grandes, redondas, fincadas no chão. Conforme o relato dos entrevistados e as observações da antropóloga, “correspondem a barracas, do mesmo modo que era a dos seringueiros. A distribuição espacial é bem diversificada: inclui desde casas dispostas num mesmo terreiro, uma ‘aldeia’, até um conjunto de ‘colocações’ dispersas, podendo ser ainda a combinação desses dois padrões” (SCHIEL, 2004, p. 67).

Também foi possível identificar, nos materiais analisados (INPA, 2007), que o terreiro da casa é, na maioria das vezes, varrido, e, em dias de festa, retira-se os tocos para não ocasionar acidentes que possam causar algum tipo de ferimento.

Outro elemento importante são as *festas*, cujo nome genérico é Xingané, “são desde pequenas cantorias noturnas até grandes eventos, com convites para muitas aldeias, muita comida, vinho de macaxeira, banana, patauí e combustível para os participantes”. (SCHIEL, 2004, p. 69). Essas festas iniciam com um ritual de guerra que, no entanto, tornam-se dramáticas, visto que, em sua realização, pode ocorrer uma lembrança que desencadeie realmente uma guerra, em razão da existência de alguma vingança latente. Deve-se destacar que a vingança está presente na história da criação desse povo.

Alguns *alimentos* guardam um misto de “identidade meio secreta, meio orgulhosa”, como é o caso do beiju e dos manikini (tapurus), considerados: comida de indígenas e, ao mesmo tempo, objetos de vergonha e de identificação.

Os Apurinã são conhecidos, externamente, como índios guerreiros, desde os relatos dos viajantes até as etnografias atuais. Em sua autopercepção, esse é um dos elementos que compõe a identidade desse povo, embora as interpretações divirjam em alguma medida. Schiel (2004), por exemplo, destaca esse aspecto, a partir do relato de diversas pessoas que fizeram parte de sua pesquisa, e demonstra como esse *ethos* se transformou em vingança, atualmente, dadas as mudanças operadas na cultura por meio de lideranças cristãs – católica e evangélica –, bem como por intervenção do Estado e de movimentos indígenas, ou seja, por meio das fricções.

Link (2016) relativiza a interpretação, pois compreende que a atribuição de guerreiros resulta da visão dos colonizadores, inicialmente, em razão das diversas formas de resistências desse povo à exploração. No período da exploração da borracha, na área do rio Purus, esse aspecto também foi detectado, quando houve a resistência à exploração, empreendida de diversas formas, entre as quais a comercialização direta dos indígenas com os regatões, à revelia dos patrões, e que chegou a se manifestar em resistência armada, com o assassinato de patrões.

3.2 As lideranças Apurinã

Sobre a organização política e as lideranças Apurinã, pode-se destacar, com base em Schiel (2004), que a liderança nas famílias é dos homens, mas a liderança na unidade de moradia nem sempre se reflete na escolha dos caciques atuais, conforme aponta a autora: “por vezes, é a mesma pessoa; por vezes, a escolha recai sobre alguém mais jovem, às vezes, por ser letrado ou mais disponível para o mundo exterior” (SCHIEL, 2004, p. 68). Raramente, a liderança de referência é uma mulher. As lideranças da unidade de moradia tendem a ser oriundas das famílias mais numerosas, pois são aquelas que podem ser mais generosas.

É importante destacar a rejeição por um poder centralizado entre os Apurinã. Além disso, os conflitos internos e as brigas dificultam sua organização.

Muitos contam que, somente depois que membros do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e da OPAN (Operação Amazônia Nativa) começaram a trabalhar por esta paz entre os grupos, é que vizinhos de uma hora de distância passaram a se conhecer. Francisco Avelino Batista, coordenador da UNI (União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas) e Apurinã da região, diz que “as brigas melhoraram noventa e cinco por cento”, mas que tem que estar sempre tomando cuidado (SCHIEL, 2004, p. 84).

Os Apurinã tendem a rejeitar a autoridade formal, “entre nós, todos são chefes”, como comumente afirmam. A autoridade do pajé é a que tende a ser reconhecida por todos, visto que seus poderes transcendem os poderes dos homens comuns e podem controlar os poderes dos demais seres. Alguns autores, como Dal Poz (1985), segundo Schiel (2004, p. 85), acreditam que “atualmente, a situação estaria invertida, com a perda de poder por parte dos xamãs e o surgimento da figura do tuxaua”, contudo, nos relatos obtidos pela antropóloga, houve diversas referências a chefias.

A autora sugere que a participação dos Apurinã no movimento indígena ou sua organização como movimento indígena teve influência da presença do Estado e das possibilidades vislumbradas de obtenção de melhoria de vida. A própria realização de sua pesquisa é parcialmente explicada por esse contexto político, por demandas de lideranças Apurinã.

É neste contexto que saber a “história de antigamente” passa a ser algo solicitado, como o foi pela UNI e por Abdias, liderança do Mípiri, no igarapé Água Preta. Dialogando com este momento, e apoiando-se numa trajetória que começa na UNI, uma organização política, o trabalho de pesquisa foi um trabalho coletivo: muitos Apurinã têm interesse real nos seus resultados. A recuperação desta memória tem, portanto, um significado presente, que é essencialmente um significado político. Trata-se, como diria Sahlins, da força política da cultura ou das histórias locais no mundo contemporâneo (SCHIEL, 2004, p. 155).

A respeito da organização política desse povo, consta no Levantamento Etnoecológico realizado pela Funai:

A dinâmica política interna e a capacidade de algumas lideranças e/ou comunidades de compreender e atuar na política regional e nacional influenciaram o desenho das Terras Indígenas e as parentelas que se encontram dentro delas. Os processos políticos internos e externos são extremamente dinâmicos e nota-se que, hoje, velhos problemas passam a ser percebidos de outra forma e novas reivindicações começam a aparecer. A demarcação das Terras Indígenas e projetos como o da FUNASA levaram muitos Apurinã a acreditarem que têm direitos em investir em sua organização política.

Um fruto recente dessa organização política é a criação, na cidade de Pauini, de uma Associação Apurinã. Essa associação, pelo que foi relatado, tem como objetivo buscar organizar os Apurinã na busca de alternativas econômicas. Criada por iniciativa de lideranças da Terra Indígena Água Preta, ainda buscava atrair membros do restante da região de Pauini. As comunidades da Terra Indígena Água Preta parecem ser, hoje, as que contam com maior inserção política, tanto em Pauini-AM como em Rio Branco-AC (FUNAI *et al.*, 2008, p. 162).

Tanto a tese de Schiel (2004) quanto o Levantamento Etnoecológico (2008), do qual a tese também fez parte demonstram o quanto o movimento indígena dos Apurinã é recente. Isso aponta para uma nova leitura das possibilidades de sua própria existência, partindo da releitura de sua identidade cultural, questão que poderá ser aprofundada com a leitura de Link (2016).

De acordo com Link (2016), antes da conquista da América, há trabalhos etnográficos que indicam que os povos Aruak, entre eles os ancestrais dos Apurinã, faziam parte de uma rota comercial envolvendo a Cordilheira Andina, o Alto Orenoco e a Guiana. Aponta Link (2016, p. 257) que o comércio envolvia “produtos como curare, resinas, óleo de tartaruga, peixe moqueado, ouro, sal, arcos e flechas, cestas, poções, pigmentos, algodão e produtos a base de algodão, pérolas e conchas”. Os impactos da conquista teriam resultado na constituição de alguns cacicados, o que não teria ocorrido com os Apurinã, devido a resistências diante das formas de poder centralizado. Após a conquista da América, os Apurinã teriam ficado em uma fronteira de domínio entre Portugal e Espanha. Os séculos XVI e XVII foram marcados pela diminuição

da população, decorrente de doenças por epidemias.

De acordo com o autor, “a fragmentação em pequenas aldeias parece, assim, ter inviabilizado ou dificultado a conquista, de modo que o território Apurinã permaneceu um território do meio por muito tempo” (LINK, 2016, p. 262). É importante verificarmos como a explicação das condições atuais dos Apurinã reflete-se no mito de origem: uma parte dele trata sobre a terra do meio, onde estariam localizados (região do rio Purus). Destaca-se que o autor trata o mito como a materialização da história, diferentemente da percepção ocidental do mito, que, do ponto de vista científico, é tratado como uma interpretação da história. Esse aspecto é importante porque possibilita compreender o papel das lideranças e a agência dos Apurinã.

(...) o contexto mitológico é, pois, fundamental para compreender a agência dos povos indígenas (LÉVI-STRAUSS, 2013, p. 150). Por contexto mitológico, faço referência tanto à estrutura das histórias míticas quanto aos momentos em que essas histórias são contadas/acionadas, o contexto narrativo ou a estrutura da conjuntura narrativa que atualiza o mito (SAHLINS, 2008 [1981], p. 97-271).

O mito corresponde a uma reinterpretação decorrente das condições a que foram submetidos os Apurinã, e, embora pareça pessimista, ela projeta, na análise de Link (2016), a atuação das lideranças sem os erros do passado.

Em outras palavras, essa cosmovisão representa a condição humana, representa a realidade como ela é, ou seja, que as pessoas e os sistemas são falhos. No entanto, ela também quer apontar para o compromisso. A história é repetida na tentativa de se evitar o erro, de mobilizar as pessoas em função de alguma ideia, de algum objetivo. O discurso é assim utilizado para indicar a necessidade de união e de cooperação. (LINK, 2016, p. 275).

Na análise de Link (2016), não seria correto falarmos de líderes, mas, sim, de lideranças. Mas, quais seriam as lideranças? Poderiam ser os chefes, os guerreiros e os xamãs. De acordo com Link (2016), na atualidade, ao falar da figura do chefe, os Apurinã

utilizam palavras provenientes do contexto regional, como cacique e tuxaua.

De que modo os Apurinã controlam a formação de um poder coercitivo e centralizado? Em relação aos poderes externos, historicamente, as formas de resistência ao poder formal ou centralizado foram as guerras, as migrações e as alianças com outros grupos.

As lideranças políticas ocorrem a partir da ideia de que “todos são líderes”. Desse modo, a vingança seria latente, sempre uma ameaça à liderança local, pois, se ele não serve à coletividade, pode ser sujeito à vingança. A forma de reconhecimento da liderança política consiste em ser generoso com os locais (em contrapartida, não consegue acumular bens como condição de manter seu prestígio político). Além disso, tem um poder apenas local, ou seja, o poder é fragmentado.

No caso do Xamã, a invisibilidade é um dos elementos fundamentais de seu reconhecimento, o que inviabiliza adicionar os poderes sobrenaturais ao prestígio político, e a vingança também sempre pode ser acionada. No caso do guerreiro, sua função diverge da do chefe: este como apaziguador, e o outro, como desafiador. Trata-se, portanto, de uma sociedade contra o Estado. Nesse aspecto, o autor dialoga com Pierre Clastres, demonstrando que a estrutura social inviabiliza a concentração e a centralização do poder.

4. Movimento indígena e neoconstitucionalismo latino-americano

4.1 Movimento indígena e neoconstitucionalismo

Na formação dos Estados nacionais, na América Latina, no pós-independência, houve o ocultamento da diversidade cultural existente, genericamente, denominados índios. De acordo com Mata (2016, p. 11):

(...) serão reduzidos a uma única identidade racial, colonial e negativa: índios, um batismo que vai tentar converter os legítimos proprietários destas terras em um sujeito uniforme, considerado inferior e servil, enfim, uma condição inventada dentro do processo de dominação colonial para justificar as mais di-

versas violências, opressões, explorações, coação econômica e exclusões sociais e políticas.

No âmbito internacional, a Convenção 107 da OIT de 1957 propunha a integração e a assimilação das populações indígenas, tribais e semitribais, propondo “criar possibilidades de integração nacional, com exclusão de toda medida destinada à assimilação artificial dessas populações” (OIT, 1957, art. 2º).

Pensando eurocentricamente na integração e na assimilação desses povos, essa convenção foi a marca de um projeto eurocêntrico, de como trataram a questão colonial e como resultado da proposta de um modelo de assimilação/integração passando também a ideia de aculturação, a política territorial e a ideia de nação (DAN, 2015, p. 480).

Houve uma mudança significativa na Convenção 169, de 1989, e na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, em 2007. De acordo com elas, os governos deveriam promover “a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando a sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, e as suas instituições” (CONVENÇÃO 169, 1989, art. 2º).

De qualquer modo, tanto a Convenção 169 como a Declaração mencionadas anteriormente reduziriam a situação da descolonização a um problema de minorias, não contemplando países de maioria indígena, como a Bolívia, nem o reconhecimento de estados pluriétnicos, caso do Brasil.

O movimento indígena que ocorreu em toda a América Latina questionou a colonialidade. No final do século XX e início do século XXI, alguns movimentos indígenas conseguiram vitórias jurídicas fundamentais em suas constituições, casos da Bolívia (2009), do Equador (2008) e da Venezuela (1999).

Ao romper com o constitucionalismo de influência europeia, configurou-se o que foi classificado por alguns autores como novo constitucionalismo latino-americano, distinto do neoconstitucionalismo europeu. Enquanto este se ancorou nos direitos universais, direitos humanos, o novo constitucionalismo latino-americano reconheceu a diversidade.

Na análise de Bernardes (2017), o neoconstitucionalismo latino-americano traz novos elementos para a discussão do Estado e do direito. No neoconstitucionalismo latino-americano, há um resgate da teoria do comum. O comum é trazido, no coletivo, contra a unidade estatal. Esse movimento recupera os sujeitos de antes da colonização, silenciados por ela, e, posteriormente, pela colonialidade, sob os auspícios de constituições republicanas, herdeiras da tradição europeia. Mesmo com o fim do colonialismo, permaneceu a colonialidade, que corresponde à manutenção de estruturas sociais herdeiras da colonização, que se mantiveram a despeito da descolonização, mantendo as populações indígenas em condições subalternas nas sociedades nacionais.

No neoconstitucionalismo latino-americano, assim, parece haver o ingresso de novos sujeitos na construção jurídico-política. Um dos exemplos das consequências desse processo ocorreu na Bolívia. O estado plurinacional boliviano tem como precedentes uma série de lutas que possibilitaram a unificação dos povos das terras baixas e das terras altas, como a Guerra da água (2000) e a Guerra do gás (2003).

É importante ressaltar que, no final da Segunda Guerra, surge a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, fundando o direito internacional dos direitos humanos e consolidando-se o debate sobre a dignidade da pessoa humana. O multiculturalismo e o pluralismo emergem em um contexto em que há o deslocamento da discussão abstrata e universalista do direito da pessoa humana para as diferenças e peculiaridades dos diversos povos. Tais problemáticas estiveram muito presentes na Bolívia e no Equador. Conforme Bernardes (2017), naqueles países, foi ocorrendo, paulatinamente, uma “politização da cultura” e uma “culturalização da política”.

A democracia efetiva em sociedades pluriétnicas, por conseguinte, implica considerar-se os sujeitos que haviam sido excluídos no processo de formação do Estado-Nação, os quais passaram a exigir um diálogo intercultural. Esse processo constituinte implica a construção de uma nova subjetividade, uma nova cartografia de direito, com uma democratização que considere as especificidades.

O Brasil, apesar de experimentar mudanças significativas na Constituição de 1988, não logrou uma mudança substancial no que

se refere ao respeito à diversidade dos povos indígenas, permanecendo como um país monolíngue e sem reconhecer o pluralismo jurídico.

4.2 Movimento indígena e participação dos Apurinãs

A despeito do que se disse anteriormente, a democratização do país e a constituição de 1988 foram marcos fundamentais para o desenvolvimento do movimento indígena no Brasil. De acordo com Baniwa (2007, p. 128, *apud* CRUZ, 2018, p. 13): “movimento indígena, segundo uma definição mais comum entre as lideranças indígenas, é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades, as organizações e os povos indígenas desenvolvem de forma minimamente articulada em defesa de seus direitos coletivos”.

Conforme também observamos em Schiel (2004) e em Link (2016), a respeito dos Apurinã, Cruz (2018) opta por utilizar o termo liderança, visto ser este o termo utilizado pelos próprios representantes dos povos indígenas para se referirem aos líderes, sejam internos sejam externos aos grupos indígenas.

Em 1989, foi criada a Coordenação das Organizações Indígenas na Amazônia Brasileira – COIAB, representando setenta e seis organizações indígenas, cento e setenta e cinco povos indígenas, dos nove estados da Amazônia Legal, de acordo com Cruz (2018).

Após a Constituição Federal de 1988, houve novas configurações do indigenismo e da política indígena, com a inclusão de um capítulo exclusivo sobre os povos indígenas, Capítulo VIII – Dos Índios. Além do reconhecimento de seus direitos ancestrais “os próprios indígenas foram reconhecidos legalmente como agentes de reivindicação de seus interesses e direitos específicos junto ao Estado Nacional” (CRUZ, 2018, p. 39). O autor destaca uma profunda mudança ocorrida no movimento indígena.

Agora, com amparo legal para a participação política e jurídica nos assuntos que lhes dizem respeito, os povos indígenas passaram a se reorganizar politicamente para atuarem de forma “representativa” quanto à suas demandas e direitos (CRUZ, 2018, p. 40).

Alguns decretos presidenciais de fevereiro de 1991 favoreceram a inserção de representação indígena nos órgãos estatais. Com isso, a COIAB tornou-se o principal interlocutor dos povos indígenas da Amazônia e do Brasil, frente ao governo e à sociedade brasileira. Afirma Cruz (2018, p. 26) que, até o ano de 2005, “foram indicadas lideranças indígenas para ocupar vinte e três representações em órgãos federais e regionais (Amazônia Legal), dez estaduais (Amazonas) e três em nível internacional”.

Com a maior estruturação da COIAB nos anos 1990, Cruz (2018) observa uma mudança na forma de representação. A participação das bases dá lugar aos coordenadores da COIAB, aos “representantes” em um nível mais regional, uma nova identidade das lideranças, o que se observa não só no Brasil, mas, também, na América Latina de um modo geral. Assim, observa Cruz (2018) que existem as lideranças dos grupos indígenas internas e externas, sendo as internas os tuxauas e os xamãs, e as externas as que fazem a comunicação entre os interesses indígenas dos diversos grupos e a sociedade nacional por meio das organizações indígenas.

Sobre as lideranças indígenas, afirma Baniwa (2011, p. 33 *apud* CRUZ, 2018, p. 51): “Assim, posso testemunhar que na relação com os não índios, tanto no âmbito das políticas públicas quanto no âmbito da academia, não basta ser indígena ou uma prestigiada liderança indígena. Precisa-se também de status acadêmico, profissional e político”.

As parcerias com a Funasa e com outras instituições do governo federal possibilitaram uma nova atuação das organizações indígenas, exigindo novas habilidades, mas que também se converteram, em razão da perda de força política do movimento indígena e da COIAB, a partir de 2012, devido a problemas de prestação de contas. Com isso, houve uma crise financeira das instituições e das demais organizações envolvidas.

No Amazonas, as disputas internas entre grupos indígenas para a ocupação de cargos e espaços em instituições estatais (como a Fundação Estadual de Política Indigenista – FEPI, depois Secretaria Estadual dos Povos Indígenas – SEIND e, posteriormente, a Fundação Estadual Indígenas – FEI, atualmente em atividade) também se converteram em eventos que geraram problemas

nas articulações dos movimentos indígenas, o que Cruz (2018) denomina “faccionismo indígena”.

Destaca-se que Marcos Apurinã foi a única liderança Apurinã mencionada por Cruz (2018), diretamente identificada pela etnia. Destaca-se que diversas questões sobre lideranças observadas em Schiel (2004) e Link (2016) foram corroboradas por este estudo sobre o movimento indígena.

A participação dos Apurinã no movimento indígena e a criação de organizações indígenas próprias ocorreu a partir da década de 1980. No levantamento sobre organizações indígenas, no site do ISA, ong que documenta, sistematicamente, informações sobre os povos indígenas no Brasil, foram identificadas 6 (seis) organizações Apurinã.

A estrutura de oportunidades políticas resultou na participação de representantes Apurinã em assembleias do movimento indígena, como: eleição de um Apurinã na IX Assembleia Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira/COIAB e indicação, em 2018; 21ª Assembleia do Movimento Indígena do Purus; 6ª Assembleia Ordinária da Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP); e Marcos Apurinã como um dos candidatos a deputado federal pelo Amazonas.

Nesse processo, o movimento de mulheres indígenas da Amazônia também emergiu, e vem se fortalecendo, em decorrência da organização dessas mulheres indígenas. Diante disso, os casos de violência referidos por Schiel (2004), por outros pesquisadores e por organizações resultaram na constituição de uma agenda sobre a violência contra a mulher.

5. Considerações finais

O povo Apurinã foi submetido a diversas ondas de contato desde o período colonial. Destacou-se, aqui, o contato sistemático durante o extrativismo da borracha, que se desenvolveu na Amazônia ente o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Esse período deixou marcas profundas na cultura Apurinã, e as “colocações” estavam muito presentes na memória dos grupos que viviam na região do rio Purus, conforme apontaram as pesquisas de Schiel (2004) e Link (2016).

Mesmo com a descolonização, aos povos indígenas coube um espaço subalterno nos países da América Latina, e mudanças viriam ocorrer a partir do final da década de 1980. O neoconstitucionalismo latino-americano corresponde ao reconhecimento da diversidade étnica nas constituições de países dessa região, destacadamente Bolívia (2009), Equador (2008) e Venezuela (1999). Esse processo resultou da organização dos povos indígenas e se distingue do neoconstitucionalismo europeu.

No Brasil, desde a década de 1980, observou-se o crescimento do movimento indígena, com a criação de organizações pluriétnicas como a UNI, a COIAB e de etnias específicas e/ou por mais de uma etnia, por regiões. Entre os Apurinã, são consideradas lideranças os caciques ou tuxauas, os guerreiros e os xamãs. Além desses, há também as lideranças externas que representam o povo Apurinã nos movimentos indígenas. Cada uma dessas lideranças exerce uma função que é controlada pelas características de cada uma delas.

São observadas trajetórias lineares, no sentido de destaque de lideranças nos movimentos locais, regionais e, depois, a participação em nível nacional, inclusive com candidaturas ao legislativo brasileiro, bem como uma liderança feminina em ascensão, o que demonstra uma mudança importante, visto que a violência contra a mulher Apurinã é um aspecto destacado pelos estudos sobre esse povo.

Desde a década de 1980, os desafios das organizações dos povos indígenas na interação com a sociedade nacional estão, sobretudo, relacionados à construção de um diálogo interétnico, pautado pela eticidade, no qual as lideranças indígenas possam atuar, de fato, como interlocutoras, conforme aponta Oliveira (2000).

Nos últimos anos, a preocupação com a manutenção das políticas voltadas aos povos indígenas tem se intensificado, em razão do perfil do governo Bolsonaro, o qual, em seu alinhamento com os interesses do agronegócio, é avesso aos povos indígenas e a todas as formas de organização da sociedade civil.

Ao longo do artigo, procurou-se refletir acerca da iniciativa Apurinã, que, por meio da participação política, reconstrói sua identidade, buscando, a seu modo, a superação da colonialidade. Dessa forma, na presente discussão entre documentos, procurou-se problematizar a especificidade dos Apurinã, seu movimento político, agen-

ciamentos e modos de vida, parecendo ser esse o caminho mais direto, capaz de reorientar discursões sobre o exercício de construir epistemologias vinculadas à realidade amazônica.

Referências bibliográficas

BERNARDES, M. de S. A **(re)invenção do comum no novo constitucionalismo latino-americano: ecologia política, direito e resistência na América Latina**. 2017. Tese de Doutorado (Ciências Jurídicas) – Universidade Federal de Santa Catarina/Centro de Ciências Jurídicas/Programa de Pós-graduação, Florianópolis, 2017.

CRUZ, A. F. **“Representantes” indígenas no Estado brasileiro: análise da trajetória participativa da coordenação das organizações indígenas da Amazônia brasileira nas esferas do indigenismo estatal**. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal da Amazônia, 2018.

DAN, V. L. C. Por uma reflexão sobre o estado plurinacional boliviano. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 473-490, jul.-set. 2015.

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia. Rodovia BR-319 (Manaus-Porto Velho). *In*: Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia. Dossiê Amazônia: relatórios EIA-RIMA e outros documentos públicos sobre grandes projetos na Amazônia, 2007. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/BR-319/Documentos%20Oficiais/EIA-RIMA/Final%20version/Indigenas.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

LINK, R. S. **Vivendo entre mundos: o povo Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX**. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2016.

LINK, R. S. Religiosidades e religiões na construção identitária Apurinã. *In*: **I Seminários Internacional de Culturas e Desenvolvimento e V Seminário Catarinense de Ensino Religioso**. Blumenau: FURB, 2009. Disponível em <http://comin.org.br/publicacoes/interna/id/76>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MATA, J. F. da. **“Nunca mais a Bolívia sem os povos indígenas” [manuscrito]**: a trajetória do Estado-nação ao Estado plurinacional. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2016.

OLIVEIRA, J. P. Fricção Interétnica. *In*: **Dicionário de Ciências Sociais**, FGV. Disponível em: <http://jpoantropologia.com.br/pt/wp-content/uploads/2019/03/friccao-interetnica.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

OLIVEIRA, R. C. de. Povos indígenas e mudança sociocultural na Amazônia.

Série Antropologia, Brasília, 1973. Disponível em <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie001empdf.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PEIRANO, M. G. S. Desterrados e exilados: antropologia no Brasil e na Índia. *In: Estilos de antropologia*. RUBEN, G. R. (orgs.). Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

SCHIEL, J.; SMITH, M. Fundação Nacional do Índio – Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal. Cooperação Técnica Alemã – Deutsche Gesellschaft Für Technische Zusammenarbeit. (orgs.). Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Médio Purus I: Peneri/Tacaquiri, Água Preta/Inari, Catipari/ Mamoriá, Seruini/Marienê e Tumiã. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008. p. 168.

SCHIEL, J. S. **Tronco velho**: histórias Apurinã. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2004.

A Escola do Legislativo da ALEAM e as interfaces da participação política

Hérika Cardoso¹

Gimima Silva²

Resumo: Esta investigação aborda as interfaces da participação política da sociedade no âmbito das ações propostas pela Escola Legislativa do Estado do Amazonas, buscando identificar o alinhamento entre essa estrutura de poder político e o domínio social. Considera-se que a Emenda Constitucional nº 19/1988, ao estabelecer a obrigatoriedade legal da União, dos estados e do Distrito Federal em criar escolas de governo com o objetivo de proporcionar formação e o aperfeiçoamento dos servidores no campo do poder público, cria bases para um processo que poderia tanto democratizar a formação para cidadania na sociedade brasileira como reforçar a hegemonia política de regiões que historicamente tem ocupado o espaço na esfera do exercício do poder político no Brasil. Assim, pode-se observar, na atualidade, que a atuação de algumas dessas instituições se dá para além de sua finalidade primária, tendo contemplado os pressupostos da Constituição Brasileira no que tange à abertura dos locais públicos para a participação social. Outras seguem ainda numa atuação limitada ao plano formal sem, contudo, alinhar-se a tal processo de democratização de uma formação cidadã. Ao comparar as interfaces das formas das participações detectadas em relação a Escolas Legislativas de outros estados brasileiros, os dados evidenciam que a instituição investigada busca estabelecer uma relação social com os cidadãos, mas o viés de aproximação à sociedade ainda padece da efetiva participação popular no âmbito institucional.

¹ Mestre em Ciências Humanas pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas com Bolsa POSGRAD/FAPEAM. Membro do Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais do Amazonas.

² Pós-Doutorado pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Líder do Laboratório de Pesquisas em Ciências Sociais do Amazonas e do Observatório da Cidadania e Relações de Poder. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas.

Introdução

Na atual conjuntura, muitos falam em democracia e cidadania, mas refletir sobre a concepção e os princípios de tais conceitos é atitude que raramente se observa no âmago da sociedade. Deriva daí, muitas vezes, o apreço ao autoritarismo social e à hierarquização das relações sociais presentes, sobretudo, nos discursos sob a égide da democracia. Paralelo a isso, percebe-se certa inércia por parte das instituições públicas que deveriam servir de eixo articulador para uma cena democrática para além de uma visão estrita de regime político democrático.

A abordagem conceitual dos termos democracia e cidadania, ao longo dos tempos, norteia os princípios que fundamentam as reflexões aqui compartilhadas, levando em consideração a concordância de vários teóricos de que ambos os conceitos comunicam diferentes sentidos, interesses, desejos, esperanças, imagens, entre outros, mas que encontram na participação política o ponto de interseção fundamental para o presente investimento intelectual.

Partindo desse princípio apresentam-se alguns aspectos do trajeto traçado até aqui, alicerçado no regimento constitucional, que comporta a conjuntura política, econômica, social e filosófica, mostrando as dificuldades para a consolidação da democracia e da cidadania no Brasil, sobretudo na década de 1960, período em que os próprios elementos jurídicos mostram o retrocesso da democracia e da cidadania brasileira que, em parte, foram reconquistadas, com a atual Constituição da República do Brasil de 1988.

Contudo, a Constituição Brasileira de 1988 não pode ser vista como o estereótipo jurídico de perfeição, mas, sem dúvida, representa as lutas, as expectativas e os anseios de toda uma geração envolvida em um contexto de crise social e econômica graves. Eram vários os segmentos da sociedade que estavam em conflito nas relações entre Estado e sociedade. Durante todo esse processo, contou-se com a mobilização de pensadores políticos e sociais do país na elaboração de políticas públicas que dirimissem as discrepantes desigualdades sociais brasileiras, agravadas pela falta de acesso à educação e a conhecimentos que proporcionam oportunidades de melhores conquistas para o cidadão.

O acesso e a permanência na educação, em todos os níveis, são questões que se ligam intrinsecamente à promoção da igualdade; primeiro, por ser a educação importante mecanismo de transformação social, e, segundo, pelo fato de todos terem o mesmo direito a se educar, direito este inerente à condição humana (CROSARA; SILVA, 2018 p. 295). Assim, dedica-se este artigo à especial atenção no que diz respeito às ações propostas pelas Escolas Legislativas e, em particular, pela Escola Legislativa do Estado do Amazonas, como instituições às quais o papel de fortalecimento da democracia e promoção de uma educação política foi delegado.

1. O pensamento político-social no campo educacional num contexto de redemocratização

No período de democratização no Brasil, o campo educacional sofria alguns embates, representado por duas situações: de um lado, alguns deputados mobilizavam-se para solicitar verbas e auxílio para as escolas privadas e confessionais brasileiras, enquanto outros militavam pela escola pública, laica, gratuita e de qualidade para todos. Nesse emblema, encontravam-se vários pensadores, educadores, políticos, cuja reflexão em Weffort (2006, p. 328) possibilita entender que, durante a trajetória desses profissionais, eles notabilizaram um dos grandes problemas das elites na formação da sociedade brasileira: considera-se mais rentável reduzir os esforços na edificação de seu povo do que reconhecer o povo realmente existente, sobretudo se começassem emergir para as luzes do cenário político, social e educacional.

Nesse cenário, encontra-se o sociólogo e político brasileiro Florestan Fernandes, cuja formação acadêmica, estilo de pensamento e compromisso com os problemas do povo têm suas raízes na formação humana (IANNI, 19861, p. 8). É inevitável considerar a redemocratização brasileira no campo educacional sem considerar a trajetória de Florestan, pois ele se tornou, nos anos 1960, um grande batalhador pela escola. Para o sociólogo em questão, a escola passou a ser uma questão central, enquanto intelectual das humanidades, cuja preocupação era entender a escola como um ambiente de preparação de jovens para a vida, tendo como ferramenta de ensino os debates e os questionamentos sobre as

questões sociais, sobretudo, aquelas relativas às pessoas provenientes das classes menos favorecidas.

Para Florestan (1989, p. 18), aquilo que se poderia chamar de “educação para uma nova era”, ou educação para o século XXI, é, literalmente, uma educação que se lança em nosso presente, ou seja, nas necessidades psicológicas, culturais e políticas das classes trabalhadoras. O contexto socioeconômico que permeava o campo das escolas públicas era de o ensino livre à iniciativa popular, com amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive, mediante bolsas de estudo, ou seja, o estímulo à privatização era visível, conforme previsto na Constituição Brasileira de 1967, Art. 168: a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.

Era notória a falta de compromisso do Estado com o financiamento da educação pública para o incentivo à privatização do ensino. Nesse sentido, a literatura aponta que, durante o governo dos militares, as empresas da educação alcançaram notável expansão, à medida que o Estado criava mecanismos expressivos de ordem legal, a exemplo da Constituição de 1967, abrindo, assim, espaço à iniciativa privada, à educação como um negócio rentável, e o espaço de ensino público, como um local decadente, onde o que prevalecia eram: salários baixos dos docentes e demais funcionários; falta de contratação de recursos humanos tanto para a docência quanto para as demais áreas; e infraestrutura, de um modo geral, comprometida.

A trajetória de Florestan perpassa o campo educacional, sendo fundamental para os acontecimentos que nortearam o processo de redemocratização brasileira. O sociólogo Florestan, titular nas comissões de cultura e esportes, da comissão da família, da ciência e tecnologia e da comunicação, foi, ainda, suplente da subcomissão de defesa do Estado, da sociedade e de sua segurança, a comissão da organização eleitoral, partidária e garantidora das instituições. Suas contribuições sempre compreenderam o conjunto de pensamentos inerentes à sua formação acadêmica, e, embora tenha atuado em outras frentes, a trajetória de Florestan Fernandes foi um marco diante do descaso para com a educação pública e da democratização do ensino brasileiro.

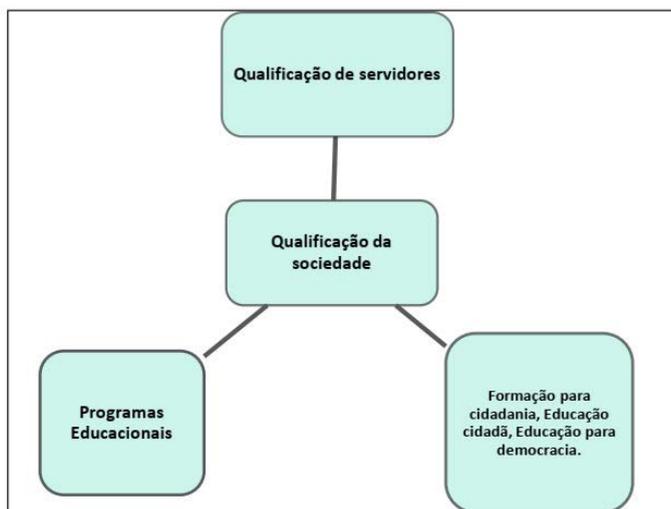
O deputado Florestan ficou marcado por seus discursos incisivos, os quais contestavam o ensino privado e elitizante. Esses discursos pressionavam para a manutenção dos direitos já adquiridos, assim como voltavam-se para a aquisição de tantos outros direitos, o que reforçava sua militância em prol da educação brasileira, com vistas às escolas públicas de alta qualidade como um requisito fundamental para a existência da democracia. [...] “por isso, peço a todos que votem comigo, com o PT, com os partidos democráticos desta Casa: verbas públicas para a escola pública”! (FERNANDES, 1989, p. 21). Florestan Fernandes é considerado, por outros sociólogos, um dos vetores de modernização das relações sociais, podendo ser o maior difusor de uma consciência científica da sociedade e um importante agente de mudança social. Por ser sociólogo, Florestan não tratava das questões educacionais com o olhar restrito ao espaço da escola, chamada por ele de educação escolarizada, e, sim, para o processo educacional no seu sentido mais amplo.

2. Democracia e cidadania: como a participação se manifesta nas Escolas do Legislativo

As Escolas do Legislativo (EL), presentes, hoje, nas Assembleias Estaduais e nas Câmaras Municipais do Brasil, vêm tentando se constituir como ambiente de participação, de formação política, não apenas para os servidores e parlamentares, mas para a sociedade como um todo (ROCHA; VIEIRA, 2011, p. 104). Para Martins e Barros (2018, p. 149), as habilidades desenvolvidas nas práticas das atividades de educação política são levadas ao cotidiano dos alunos, onde a intensidade desse processo educativo e interativo promove maior participação posterior na política local. De certa forma, esses locais não deixam de representar a maneira como os homens vêm se organizando, ao longo dos tempos, para produzir a sua existência material e intelectual, ou seja, a forma de educação social que constroem para viver e reproduzir o modelo de pensamento nas diversas sociedades humanas, historicamente contextualizadas.

Dessa forma, a educação nas Escolas do Legislativo é a representação da dimensão social da cultura humana nas instituições democráticas que evidencia o seu caráter reprodutor da ordem

social. Portanto, a relação das Escolas do Legislativo para com a sociedade perpassa, atualmente, àquela estabelecida para qualificação profissional dos funcionários, ou seja, ganha uma dimensão social para com os cidadãos, conforme indica a figura abaixo, que trata das ações das Escolas do Legislativo.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora do estudo, 2021.

Observa-se que a atuação das escolas abriu espaço para a capacitação da sociedade, sobretudo, quanto à disseminação dos conhecimentos e das questões próprias do Parlamento, no que diz respeito à efetividade dos pressupostos de interação do Legislativo junto à sociedade. Dessa forma, é notória que a efetividade das ações práticas nesses órgãos públicos não está, somente, localizada na elaboração, em si, das leis e da regulamentação dos programas de qualificação para os servidores. Ela também se dá pelos modos como são organizadas suas ações em prol da promoção da cidadania, por meio da democratização das atividades educacionais, abrindo, assim, a possibilidade de acesso da sociedade a programas institucionais de educação e/ou formação política.

As ações promovidas nos espaços das EL propiciam um melhor entendimento sobre o exercício de poder que habita no agir dos homens, seja pela força da opinião ou pelo interesse de ideais semelhantes. Ainda sob o ponto de vista de apresentação das ações das escolas do Legislativo frente aos pressupostos da democracia e

cidadania, destaca-se que o fenômeno da participação foi se desligando de uma visão de escola para servidores para uma instituição que servisse de conexão entre as casas legislativas e a sociedade civil, propiciando o seguimento de estudos e de pesquisas que estimularam a adesão de termos voltados à participação da sociedade junto ao Legislativo, sendo esses: formação para cidadania; letramento político; alfabetização política; educação política; educação cidadã ou educação para democracia; entre outros.

Sobre a atuação das EL para além da função de qualificar o servidor, Cosson (2008, p. 14) entende que se trata da função de aproximar o Legislativo da sociedade e trabalhar para o fortalecimento da democracia, por meio da educação política, na oferta de “Programas Educacionais” voltados, com preferência, para os ensinos fundamental, médio e superior. O autor acredita que, aparentemente, há um consenso de que as EL devem manter uma relação privilegiada com os alunos de ensino básico e superior porque, talvez: acredite que faltam a esse público informações qualificadas sobre o Legislativo; julgue que esse público, mais que qualquer outro, necessite dessas informações; espere construir, nesse público, uma imagem positiva do Parlamento (COSSON, 2018, p. 23).

Madruça (2018) relata, na página de apresentação do Estatuto da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (ABEL), que as escolas do Legislativo representam espaços de reflexão política, onde se apresenta a discussão sobre a educação legislativa para a cidadania, que tem sido, nos últimos anos, tema de discussão nos encontros anuais promovidos pela instituição. Além do mais, as Cartas dos últimos encontros, XXXI ao XXXIV da ABEL, referentes aos anos de 2018 a 2019, marcam o posicionamento da instituição, ao mencionar a importância da participação do cidadão no âmbito das escolas e do “Programa Parlamento Jovem” para fomentar a educação política e cidadã das gerações futuras, os quais devem ser incentivados e difundidos.

Atesta-se, então, na esfera das Escolas do Legislativo, uma atuação voltada para a sensibilização e a conscientização dos agentes públicos, da sociedade e a importância da participação dos cidadãos na política e no processo Legislativo. Logo, torna-se possível estabelecer que o caminho das escolas parte da qualifi-

ção ao servidor à abrangência para a sociedade. Assim, observa-se e concretiza-se o trajeto das Escolas do Legislativo desde a sua criação, em Minas Gerais, no ano de 1993. Acerca da aproximação com o público escolar, faz-se necessário destacar que essa vertente cresceu tendo como base as experiências do pioneirismo das Escolas do Legislativo de Minas Gerais (ALMG) e de São Paulo (ALESP), com o Programa da Cidadania, que tem como referência o Parlamento Jovem Paulista e atende, preferencialmente, estudantes de 5º ao 8º anos do ensino fundamental regular, conforme o Art. 2º (§ 2º), Resolução nº 798/99. Na conjuntura de expansão das ações de aproximação do Legislativo à sociedade, propiciou-se um cenário de participação exponencial do cidadão, a partir de: quebra de paradigmas; disseminação do conhecimento; diálogos; debates; e reflexões que contribuam para os pressupostos democráticos. O tema democracia emerge nas ações das Escolas Legislativas, sendo apresentadas, atualmente, nas mais semelhantes nomenclaturas, tais como: educação para democracia, educação para cidadania, letramento político, formação política, formação cidadã, entre outros.

Nesse prisma, a página institucional do Programa de Cidadania da Câmara dos Deputados Federais traz o informe de que os programas e as atividades educacionais, referentes aos programas de cidadania, são aqueles “que buscam letrar, politicamente, o cidadão, e são, normalmente, promovidos pelas Escolas do Legislativo, tendo como alvo prioritário o público de todas as idades”.

Entretanto, observa-se que o processo de desenvolvimento da participação dos alunos de ensino superior nas ações das escolas do legislativo pode ser considerado um assunto em desenvolvimento, pois, ao visitar os endereços eletrônicos institucionais das escolas legislativas e os sites de notícias das regiões nas quais estão localizadas tais escolas, torna-se notória a preponderância nas ações que envolvem os alunos dos ensinos fundamental e médio, em detrimento do público universitário. Para sustentar a afirmação, foram averiguadas as atuações das Escolas Legislativas das Câmaras Municipais e das Assembleias Legislativas brasileiras. Essa verificação ocorreu tanto nos sites institucionais das escolas, Câmaras e Assembleias, como, também, nos portais de notícias de suas respectivas regiões. As informações desse levantamento se encontram no capítulo referente à análise dos resultados, onde

os dados foram devidamente tratados e analisados, produzindo conhecimento relevante para esta pesquisa.

Seguindo o entendimento de Barbosa (2020, p. 767), a preferência pelo público dos ensinos fundamental e médio nas ações das Escolas Legislativas compromete o despertar da consciência social e política dos alunos enquanto momento prévio do envolvimento, cidadão, na discussão e na resolução de problemas comuns, na defesa de direitos e na democratização das relações sociais em todas as esferas. O distanciamento de algumas Escolas Legislativas do público do ensino superior abre precedente para que se entenda uma devida falta de atenção às deliberações, aos diálogos, aos discursos e às competências de índole política. E isso, do ponto de vista de Barbosa (2020, p. 767), compreende uma análise do meio social, em termos ideológicos políticos ou doutrinários, cuja argumentação de pontos de vista politicamente contraditórios, divergentes e fraturantes, assim como a participação, a reivindicação e a mobilização, se limitam à volta de causas comuns.

Para Caron (2019, p. 15), não é aceitável que o exercício do poder levado a efeito pelo governo se promova distantemente da sociedade, pois é essa falta de aproximação que acarreta a decadência da legitimidade de uma democracia representativa e, consequentemente, o ciclo vicioso que estimula a ausência de participação cidadã. Essa deficiência para com o ensino superior se acentua na atuação das escolas legislativas (ALEAM-CMM) elegidas para esta pesquisa. As seções seguintes destinam-se à apresentação das Escolas do Legislativo, situada no município de Manaus-AM, seguida dos apontamentos críticos de suas ações que, em tese, difundem a democracia e a cidadania no que tange ao despertar da consciência social e política dos alunos enquanto momento prévio do envolvimento do cidadão.

3. A Escola do Legislativo da ALEAM Senador José Lindoso

No contexto das demais Escolas do Legislativo, no Brasil, verifica-se a criação da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, instituída pela Resolução Legislativa n°

379/2005, Art. 1º (XXVIII), que passa, então, a compor o quadro da estrutura orgânico-funcional da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, sendo, posteriormente, denominada Escola do Legislativo Senador José Lindoso, conforme Resolução Legislativa nº 429/2007, de 14/12/2007. O compromisso de aproximação junto à sociedade pode ser observado no site da instituição ALEAM, que pretende, enquanto missão, contribuir para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo, fortalecendo sua relação com a sociedade, propiciando formação política e educação para a cidadania (ALEAM, 2020).

Para o futuro, a ALEAM apresenta, como visão organizacional, a aspiração de ser referência em formação política, processo legislativo e em formação para a cidadania no estado do Amazonas. Para esse fim, no objetivo geral, a ALEAM vislumbra desenvolver processos formais de educação, por intermédio da formação permanente e continuada, visando fortalecer a atuação do Poder Legislativo, na construção de uma sociedade justa e igualitária (ALEAM, 2020). A estratégia para o alcance da missão e da visão institucional se dá na execução de ações perante a sociedade, seja por meio da própria Casa Legislativa quanto de sua Escola Legislativa, sobretudo, na oferta de cursos e demais atividades que possibilitem a interação com o público externo.

Conforme consta da página de notícias do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB/Interlig³), no Senado Federal (2019), o presidente da Escola do Legislativo da ALEAM, João Paulo Jacob, mencionou que, entre as ações da escola, há, também, forte atuação junto aos jovens, com três projetos de educação cidadã dirigidos a eles, nos quais, em onze anos, passaram 253 mil pessoas. João Paulo, inclusive, convidou a direção do ILB para participar do encerramento do Parlamento Jovem, em 17 de maio de 2019, evento no qual também esteve presente o ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski (BRASIL, 2019). A escola do Legislativo Senador José Lindoso está situada na região metropolitana

³ O Interlegis é um Programa do Senado Federal, executado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), e existe desde 1997. O objetivo do Interlegis é fortalecer o Poder Legislativo brasileiro por meio do estímulo à modernização e da integração das Casas Legislativas. Realiza sua missão, em grande parte, com a transferência de tecnologia e com ações de capacitação (BRASIL, 2021).

de Manaus-AM, no prédio anexo à ALEAM, Av. Mário Ypiranga Monteiro, nº 3.950, Bairro Parque 10 de Novembro. A imagem a seguir mostra a parte externa da escola da ALEAM.



Fonte: Google.com.br-imagens

Em sua dinâmica de relação com a sociedade, a Escola do Legislativo da ALEAM conta com oferta de cursos que vão desde atendimento ao público, noções de direito eleitoral, técnica legislativa, oratória, redação até direito do consumidor, assessoria parlamentar, mídias sociais, entre outros temas. No tocante às ações voltadas à comunidade estudantil, a Escola do Legislativo da ALEAM dispõe, na Resolução Legislativa nº 375/2005, sobre a criação do “Programa da Cidadania”, que compreende a “Instituição do Parlamento Jovem Amazonense”, cuja finalidade é possibilitar aos alunos das redes escolares públicas e privadas a vivência do processo democrático, mediante a participação em uma jornada Parlamentar na Assembleia Legislativa com diplomação e exercício do mandato (Resolução nº 375, Art. 2º, 2005).

No processo de investigação para conhecer a divulgação dos cursos à sociedade, a pesquisadora visitou o *site* institucional, em destaque na imagem a seguir, e construiu o quadro (1).



Fonte: Site da ALEAM.

Quadro 1: Estrutura do site da ALEAM conforme a figura do site da ALEAM

ASSEMBLEIA	
ESCOLA DO LEGISLATIVO	Pós Graduação
Asssembleia Viva	Cursos
Biblioteca Virtual	Certificados
Reeestr. da Const. do Amazonas	Declaração de palestras
	EDUCAÇÃO CIDADÃ
	Ficha de Inscrição - Conhecendo o Legislativo
	Programação Semanal da Escola
	Ficha de Inscrição - Palestra de Educação Cidadã
	Programação Mensal da Escola
	Educação Cidadã - Programação Semanal
	Seminário de Educação 2018
	Unialeam

Fonte: Elaborado pela pesquisadora do estudo, 2021.

O Parlamento Jovem da escola da ALEAM é realizado anualmente nas escolas públicas e privadas da capital amazonense e em algumas cidades do interior, que se inscrevem antecipadamente. O objetivo do programa é possibilitar aos estudantes a vivência do processo parlamentar. Eles participam de uma jornada completa na Assembleia Legislativa, tomam posse, discutem novas leis e apresentam projetos de lei. A escolha do deputado jovem e seu suplente ocorre nas escolas após palestras realizadas pelos coordenadores do programa.

Durante esse o encontro, são apresentados os objetivos e as metas, além da metodologia e das regras da eleição. Além da capital, a escolha dos representantes se dá, também, nas escolas do interior (ALEAM, 2020). A Escola do Legislativo da ALEAM não dispõe de um “Programa de Cidadania” com vistas ao público do ensino superior. A esses, cabem a oferta de cursos para a sociedade, a visitação técnica e a palestra de educação cidadã. Sobre a palestra de educação cidadã, a navegação no *site* dá acesso à opção de preenchimento de um formulário, inclusive, para o público universitário. Para o calendário de 2020, a Escola do Legislativo da ALEAM abriu uma pesquisa *online*, com a finalidade de identificar quais são os cursos, as palestras, os seminários ou os temas de maior interesse dos servidores públicos, acadêmicos e comunitários que, usualmente, participam das atividades de qualificação da unidade, com o objetivo de definir quais serão os cursos ministrados em 2020 (MANAUS-AM, 2019, p. 1).

Para Cosson (2008, p. 14), uma das funções das Escolas do Legislativo é aproximar o Legislativo da sociedade e trabalhar para o fortalecimento da democracia, por meio da educação política. Madruga (2018) relata, na página de apresentação do Estatuto da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (ABEL), que as Escolas do Legislativo representam espaços de reflexão política, onde se apresenta a discussão sobre a educação legislativa para a cidadania, que tem sido, nos últimos anos, tema de discussão nos encontros anuais promovidos pela instituição.

Nessa pesquisa, foram averiguadas as atuações das Escolas Legislativas das Câmaras Municipais e das Assembleias Legislativas brasileiras. Essa verificação ocorreu tanto nos *sites* institucionais das escolas, câmaras e assembleias como também nos portais de notícias de suas respectivas regiões. As informações desse levantamento se encontram na dissertação “Democracia e cidadania: abordagem crítica sobre a atuação das escolas do legislativo no município de Manaus-AM”, no capítulo referente à análise dos resultados.

Considerações finais

As ações investigadas como exemplos de aplicação das Escolas do Legislativo como ambientes voltados à democratização para a formação cidadã encontram suas origens na influência de experiências de São Paulo (SP) e Minas Gerais (MG), pois, em 1999, instituiu-se, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o Parlamento Jovem, modelo para as ações no âmbito das demais Escolas Legislativas no Brasil. Embora o programa de Minas Gerais tenha sido criado em 2004, já prevendo a participação do público acadêmico, a Assembleia Legislativa de MG instalou, definitivamente, na Escola do Legislativo, em 1993, uma série de atividades junto à sociedade civil, as quais já se faziam presentes. Em 1986, entidades de classe, entre outros representantes da sociedade civil, foram convidadas a participar do Simpósio Minas Gerais e da Constituinte Estadual. Essa experiência norteou as demais atividades da ALEMG e, conseqüentemente, das demais Escolas dos Legislativos brasileiras na interação com a sociedade civil.

Embora, o processo das ações dessas escolas seja democratizar os seus espaços, a realidade contemporânea das interações entre a sociedade e as escolas da região Norte (ALEAM e CMM) demonstra preceder de uma série de entraves, típicos das organizações públicas, permeadas pela cultura colonialista e positivista que continua por influenciar as organizações brasileiras. Para Medeiros e Teixeira (2017, p. 169), a epistemologia positivista e colonialista, como premissa a ser rompida no processo de democratizar, resulta em exclusão social e destruição do meio ambiente. Assim, esses déficits são resultado da lógica cujo objetivo principal se reduz à produção de riqueza e à maximização do lucro.

Levando em consideração que a verdadeira democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa, sem distinção, dos cidadãos na vida pública, faz-se primordial observar as interações entre atores, processos, sociedade, Estado e organizações, alertando para a necessidade de uma análise permanentemente crítica, visando evitar o reducionismo, o determinismo, a disjunção e a unilateralidade entre os níveis ou as dimensões dos fenômenos individuais, coletivos e organizacionais que se investigam (DE BONA; BOEIRA, 2018, p. 218).

Referências

- ALEAM – Escola do Legislativo do Estado do Amazonas. **Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas**, 2020. Disponível em: <http://www.ale.am.gov.br/escola-do-legislativounialeam/institucional/>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- AMAZONAS inicia Parlamento Jovem. **União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – UNALE**, [2022]. Disponível em: <https://unale.org.br/amazonas-inicia-parlamento-jovem/>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Título I - Princípios Fundamentais. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 mar. 2020.
- BRASIL. Direitas já: rejeição da Emenda Dante de Oliveira marca a história do País. Brasília: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/431737-direitas-ja-rejeicao-da-emenda-dante-deoliveira-marca-a-historia-do-pais/>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- COSSON, R. Entre dois modelos: o Cefor como escola de governo. **E-legis**, Brasília, n. 1, p. 42-44, 2008.
- COSSON, R. **Escolas do legislativo, escolas de democracia**. Brasília-DF: Câmara dos Deputados. Colóquios de Excelência, n. 1, p. 14, 19-30, 2008.
- COSSON, R. **Letramento político: a perspectiva do legislativo no estudo do Programa Estágio**. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, p. 23, 2018.
- CROSARA, D. de M.; SILVA, L. B. A Constituição Federal de 1988: os caminhos das políticas de democratização do acesso e permanência na educação superior como direito fundamental. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 7, n. 2, p. 295, 2018.
- ESCOLA do Legislativo José Lindoso atendeu mais de 10 mil pessoas em 2019. **Fato Amazônico**, 2022. Disponível em: <https://www.fatoamazonico.com.br/escola-dolegislativo-jose-lindoso-atendeu-mais-de-10-mil-pessoas-em-2019/>. Acesso em: 25 fev. 2020.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974. p. 106-120.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 350-356.
- FERNANDES, F. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966. p. 347-376
- FERNANDES, F. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 17-21.
- IANNI, O. (org.). **Florestan Fernandes: sociologia**. São Paulo: Ática, 1986, p. 8.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 124-125; 188-190.

MADRUGA, F. A. C. Estatuto da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL. Brasília-DF, 2018, p. 1.

MARTINS, L. M.; BARROS, A. T. de. Influências do parlamento jovem no comportamento político dos egressos: análise da autopercepção dos jovens participantes. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 27, dez. 2018, p. 149.

PARLAMENTO Jovem. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, [2022]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/transparencia/participe/parlamento-jovem>. Acesso em: 20 fev. 2020.

PARLAMENTO Universitário. Balanço de atividades 2019. **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, [2022]. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/escoladolegislativo/parlamentouniversitario>. Acesso em: 23 fev. 2020.

WEFFORT, F. C. **Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens**. São Paulo: Ática, 2006, p. 328.

Representações sobre democracia e política: jovens de Brasil e Portugal numa perspectiva comparada

*Gimima Silva*¹

Resumo: Este artigo resulta das impressões obtidas a partir de breve análise comparativa entre as representações de jovens portugueses e brasileiros em relação a conceitos próprios do debate sobre democracia e participação política. Considerando que esses sujeitos vivenciam comunidades políticas organizadas, em algum nível, de bases democráticas e que guardam, em seu histórico, elementos de semelhança e de diferença, relativamente, quanto à forma como se organiza a dimensão política dessas sociedades, pode-se inferir que a forma como se organizam as estruturas sociais de relações de poder exerce uma influência que pode ser determinante na construção das representações que estes sujeitos apresentam na atualidade sobre a democracia, sejam elas mais voltadas a uma concepção republicana ou a uma concepção comunitária desse regime político.

Palavras-chave: democracia, relações de poder, juventude, participação política.

Introdução

O investimento intelectual voltou-se à análise comparativa entre grupos culturais distintos, mas com configurações sociopolíticas marcadas por eventos que retratam as tramas das relações de poder político, observando os efeitos que daí decorrem no que diz respeito à construção das representações que a juventude elabora sobre a política, notadamente sobre cidadania e democracia. Para tanto, a presente pesquisa, de caráter qualitativo, lançou mão do método comparativo para atingir o objetivo proposto.

¹ Pós-Doutorado pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Líder do Laboratório de Pesquisas em Ciências Sociais do Amazonas e do Observatório da Cidadania e Relações de Poder. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas.

Considerando que o estudo das semelhanças e das diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para maior compreensão do comportamento humano, este método propõe realizar comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências, no que se refere à forma como a organização sociopolítica pode influenciar a construção de representações que a juventude expressa sobre a dimensão política da vida em sociedade. Assim, considera-se este estudo adequado ao propósito de compreender quais representações sobre a política são construídas pelos dois grupos culturais predeterminados. Os conceitos próprios do debate político, como democracia e participação política, são apresentados a ambos os grupos, por meio de dinâmica realizada no âmbito de atividade de extensão universitária em escolas de Ensino secundário.

A base de dados primários constituiu-se a partir das experiências junto aos projetos “Elementos para a Alfabetização Política entre jovens do Amazonas”, realizado de agosto/2017 a julho/2018, em escolas públicas de Manaus, e nos registros da ação de extensão universitária “Debates sobre Política e Cidadania em Escolas de Valongo”, sob a perspectiva da promoção da alfabetização política, envolvendo jovens de duas escolas do concelho de Valongo, no Porto, Portugal, no mês de janeiro/2020.

A pesquisa bibliográfica teve foco na análise de produções acerca do exercício do poder político, do poder simbólico e das visões contrastantes sobre a democracia. Assim, a análise desenvolvida parte de bases conceituais no campo das Ciências Humanas e Sociais, correspondendo a um diálogo com o aporte interdisciplinar que transita entre esses campos de saber para tratar das representações que os jovens apresentam sobre a política. Sendo essa dimensão um campo de ação que remete ao exercício do poder, é pertinente que a abordagem contasse com o aporte teórico da Antropologia Política sobre o Poder.

Nesse sentido, destacamos o apoio nas teses de George Balandier sobre o poder na modernidade e, ainda, sobre a tese da teatocracia nessas relações, que traz como referencial as ideias de Clifford Geertz. Juntam-se a essas referências as análises desenvolvidas na Sociologia e nas Ciências Políticas, como as reflexões acerca do poder simbólico, desenvolvidas por Pierre Bourdieu, e

a construção de corpos dóceis a partir do exercício de um poder disciplinar em Michael Foucault.

Em Chauí (2008), destaca-se a compreensão de que a aversão que muitos cidadãos têm no tocante à matéria política deve-se a uma das possíveis manifestações deturpadas da essência do termo política. A esse respeito, pode-se citar, também, Nogueira (2001), que, ao abordar a temática na obra “Em defesa da política”, aponta, pelo menos, três entendimentos existentes para o termo. Um desses entendimentos enquadra-se com a visão pejorativa da política, a qual se caracteriza pelo uso do poder em benefício próprio e não da coletividade e que se utiliza de estratégia de caráter duvidoso para alcançar seus objetivos, bem ao estilo do que foi descrito por Nicolau Maquiavel, em sua obra clássica, “O Príncipe”.

Contudo, acredita-se que a essência do poder político – apontada por Bobbio (2005), em “Estado, Governo e Sociedade”, defendida, também, por Nogueira (2001) e Chauí (2008), a qual dá conta do poder político enquanto um poder exercido pelos governantes, mas que deve se operar em benefício do coletivo – deve ser difundida e massificada, a fim de reverter esse processo de distorção sofrido pelo termo e levando a um processo de apatia que faz surgir mais e mais analfabetos políticos, aos moldes de como retratou Bertold Brecht em seu poema da década de 1950.

O analfabeto político não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política (BRECH, 1950).

Considerando essas perspectivas, os importantes posicionamentos teóricos de Geertz (1980), Bourdieu (1989) e Balandier (1997) podem ser utilizados como base analítica, a partir de suas formulações quanto ao aspecto simbólico que está presente no exercício do poder político e os efeitos por ele alcançados.

A contribuição de Geertz (1980) dá conta de que as visões sobre o Estado, geralmente, reduzem os aspectos semióticos e simbólicos a folclore, em sentido pejorativo. Essas visões escondem a

exploração, incham a autoridade ou moralizam o procedimento. Assim, afastando-se das correntes que fundamentam o poder numa coerção ou no segmento das elites, entende que o que caracteriza o ser humano não é o fato de viver num mundo material, circunstância por outra parte comum com o resto das espécies animais, mas sim o fazê-lo segundo um esquema significativo de que só a humanidade é capaz. Por isso, adverte-se: não se pode pensar o plano simbólico como algo menos real que o prático.

Sendo assim, o poder político não pode dar-se a existir sem o poder simbólico, pois este se relaciona com o objetivo de atingir o sucesso, ou seja, poder e simbolismo estão intimamente relacionados. Porém, esse tipo de poder, assim presente, encontra-se mascarado, razão pela qual são necessários investimentos metodológicos para compreendê-lo, tal como também adverte Bourdieu (1989):

O poder corresponderia a uma espécie de círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma - é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, (...) o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BORDIEU, 1989, p. 7-8).

Cabe, aqui, questionar se, no universo político das nossas sociedades, o que se opera não seria a constante presença de uma política-teatro, como destaca Balandier (1997):

Todo o universo político é um palco ou de uma maneira geral um lugar dramático onde são produzidos efeitos. O que mudou particularmente desde alguns decênios são as técnicas utilizáveis para este fim, cuja utilização se modifica segundo o tipo de sociedades (BALANDIER, 1997, p. 98).

Desse modo, segundo esse último autor, as novas condições técnicas e culturais, em seu significado mais amplo, subvertem os dispositivos necessários ao funcionamento da teatrocracia, que corresponderia a uma encenação na qual o poder se mostra com outra aparência, distinta da sua essência. Como bem assinala Balandier (1997), essa teatrocracia faz com que o poder político esteja a efetivar-se por intermédio do acesso a novas fontes relativas à

tecnologia, ao simbolismo e ao imaginário político, adequando-se ao contexto social ao qual pretenda se aplicar.

Em Foucault (2008), temos uma discussão que aponta o poder disciplinar como produtor de corpos e mentes docilizadas. Nesse sentido, o poder disciplinar seria um construtor de subjetividades carentes de subjetividade, ou seja, sujeitos passíveis de manipulação externa à sua vontade, por estar imbricada, em seu comportamento, a disciplina resultante de processos disciplinares. Os efeitos das relações de poder na modernidade refletem-se nas relações entre os sujeitos e as instituições disciplinares por eles frequentadas ou às quais se submetem, referenciando, aqui, nossa análise com base na teoria relacional sobre o poder.

Assim, ao estimular os sujeitos à reflexão crítica sobre os efeitos de sua participação ou não nos processos que envolvem a dimensão política da sociedade, foi possível perceber, a partir da manifestação da compreensão desses sujeitos sobre a política e seus termos usuais, o que Nogueira (2001) preceitua em seu livro “Em defesa da política”. Na obra, essa política encontra-se na berlinda, sendo necessário estimular o resgate de sua essência, no âmbito das representações que os sujeitos apresentam sobre ela, e o alcance de seu envolvimento mais efetivo nesta dimensão social.

Complementando essa argumentação teórica, temos as análises de Fernandes (1997), acerca da relação das formações sociais e o poder político, na obra “A sociedade e o Estado: sociologia das formações políticas”, na qual destaca:

Um Estado que pretende assegurar a democracia e tornar viável a liberdade de cada um dos indivíduos pressupõe e fomenta, ao mesmo tempo, a intensidade e a diversidade da vida associativa. (...) Estas condições asseguram a garantia de uma relativa democraticidade, em contínuo aperfeiçoamento, e do aparecimento de pessoas verdadeiramente empenhadas na solução dos problemas coletivos (FERNANDES, 1997, p. 55-56).

Já na obra “Olhares contrastantes sobre a democracia”, Fernandes (2016) nos fornece uma caracterização de dois princípios assumidos pelas sociedades democráticas na contemporaneidade. No primeiro, o autor percebe que há um enfoque na existência de instituições representativas que, em síntese, existem para

garantir a alternância do poder e manter afastada a possibilidade do despotismo, podendo ser compreendido como uma concepção “republicana” de democracia onde a liberdade é tida como um valor primordial que orienta o regime.

No segundo princípio, o enfoque se dá na atividade dos cidadãos no processo de sua própria governança, vendo a participação como um direito básico dos membros da sociedade, podendo ser compreendido como uma concepção “comunitária” de democracia e, nesse princípio, a igualdade seria o valor primordial que orienta esse formato de democracia.

Foi com base nesse arcabouço teórico que a análise das divergências e das similitudes entre as representações sobre a política elaboradas por representantes de dois grupos culturais distintos se desenvolveu. Assim, teve-se como objetivo contribuir para o debate acerca dos efeitos que as relações imbricadas por relações de poder implicam nas representações que se constroem acerca do significado da ação política e de seus efeitos para o comportamento político dos jovens cidadãos na atualidade.

1. Juventude manauara e representações da política

Como anunciado anteriormente, a pesquisa aqui relatada pretendeu abordar a temática da relevância da alfabetização política na promoção da cidadania crítica e reflexiva, realizando uma análise comparativa sobre as representações da política entre as juventudes brasileira e portuguesa, após três décadas de um processo de pretensa redemocratização política nessas duas sociedades. A pesquisa partiu, inicialmente, da análise das ações adotadas no âmbito de projetos acadêmicos de extensão universitária e Iniciação Científica, desenvolvidos pela coordenadora da pesquisa no estado do Amazonas, entre os anos de 2016 e 2018.

Os projetos de extensão desenvolvidos nesse período na cidade de Manaus tiveram o intuito de acessar as representações que a juventude expressa em relação à política, bem como popularizar o domínio conceitual de termos próprios da dimensão política da vida em sociedade, ao difundir a importância que a política tem na promoção do bem comum. Acreditamos, ainda, que esses projetos poderiam contribuir para um comportamento cívico mais crítico,

no sentido de compreender com mais propriedade os processos de atendimento às demandas coletivas da vida em sociedade a partir do resgate do sentido originário, atribuído à ação política pela Filosofia Política Clássica.

No projeto desenvolvido na Iniciação Científica, entre 2017 e 2018, buscou-se refletir sobre a importância de ações dessa natureza. A vivência da cidadania, num jovem contexto de sociedade democrática no Brasil, instaurada após a promulgação da atual Constituição Federal de 1988, está em contradição com o cenário político brasileiro na atualidade, em que, pelo uso de meios democráticos, a sociedade se apresenta propensa a manifestar sua participação na mesma linha de comportamento, identificada por José Murilo de Carvalho, que a sociedade brasileira do início do século XX, denominada pelo autor cidadania-negativa.

Desenvolvidos no âmbito da extensão universitária e da Iniciação Científica, os projetos em tela promoveram maior integração entre a universidade e a sociedade, a partir de uma participação mais efetiva dessa instituição no processo de construção da cidadania de seus alunos e da comunidade externa. A partir daí, foram sendo construídas, dialogicamente, reflexões sobre a dimensão política da sociedade tanto pelos alunos das escolas alvo do projeto, a partir da textualização sobre o tema em dinâmicas em grupo, quanto pela equipe do mesmo, no formato de artigo publicado em anais de evento acadêmico internacional sobre educação criativa.

A abordagem do público-alvo para fins dessa análise comparativa se deu a partir da realização de roda de debates em escolas da rede pública estadual e de um instituto federal, com formação integrada com ensino profissional entre os meses de agosto de 2017 e junho de 2018. Também ocorreu na modalidade de evento “Portas Abertas”, com duas Escolas convidadas a realizar uma visita guiada às dependências da Escola Superior de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Amazonas – ESO/UEA, em 06/10/2017, no âmbito de um evento que teve apoio do edital PAEP – CAPES 2017, a saber, o “IV Encontro de Perspectivas: alfabetização política, relações de poder e cidadania”.

Encontros realizados em escolas de Manaus

Data	Escola	Turmas
22/Jun/2017	E.E. João Bosco Evangelista	1 turma de 3º ano
06/Out/2017	E.E. Dom Milton Corrêa.	2 turmas de 1º ano
06/Out/2017	E.E. Sebastiana Braga	2 turmas 1º ano
09 e 13/Nov/2017	E.E. Maria da Luz Calderaro	3 turmas de 3º ano; 1 turma de 1º ano; 2 turmas de 2º ano; 1 turma de 3º ano
21/Jun/2018	Instituto Federal do Amazonas Campus Manaus Distrito Industrial -IFAM/CMDI	2 turmas 1º ano

Fonte: Relatório final do projeto “Elementos para Alfabetização Política entre Jovens de Manaus”, agosto/2018.

Quando questionados acerca do que poderia representar o termo **democracia**, os sujeitos apresentaram, em grande medida, a compreensão de que a palavra se referia a algo como o “poder do povo”. Embora não exemplificassem mais a fundo o que isso poderia representar, seria numa expressão, frequentemente, associada a ideias como “liberdade”, “liberdade de manifestação” e “liberdade de escolha”. Quanto à palavra **cidadania**, as poucas pessoas que se arriscaram a expor uma compreensão se limitaram a reproduzir um entendimento genérico, que diz respeito à ideia de conjunto de direitos e deveres contidos na Constituição.

Porém, registrou-se que os termos variados, apresentados para o debate com os jovens estudantes em escolas de Manaus, no estado do Amazonas – **voto, eleição, poder, governo** dentre outros utilizados a partir da dinâmica do “Giro Político” em quase todas as turmas de estudantes das escolas-alvo do projeto – eram associados ao termo “corrupção” e a muitos outros termos negativos, como “roubalheira, pilantragem, malandragem” e expressões como “comprar pessoas” e “compra de votos”. Esse entendimento pode ser compreendido a partir do cenário de recorrentes denúncias provenientes dos meios de comunicação, em que a conduta duvidosa, por parte de quem detém mandato de cargo público, é associada a uma condição quase natural.

A esse respeito, Nogueira (2001), quando sai em defesa da política, define haver, pelo menos, três políticas, a saber: a política dos técnicos, que seria segundo ele, a política sem política nenhuma, pois supervaloriza a técnica em detrimento do debate

aberto e da busca do bem comum; a política dos políticos, que seria diferenciada da política dos cidadãos, por ser caracterizada como política com pouca política; e a dos cidadãos, caracterizada como a política com muita política.

Para esse entendimento, o autor afirma que a política dos políticos, também chamada de “política com pouco política”, é aquela política dita da “arte do possível e do indicado”, que também adota a ideia de que “não se faz política sem vítimas”, pautando-se, essencialmente, no realismo. Esse tipo poderia se transferir para uma política chamada política dos politikeiros, pautada nas “pequenas ambições”, nos “grupelhos” e na política miúda.

Por outro lado, segundo Nogueira (2001), a política dos cidadãos pauta-se na “busca do bem comum”, “na valorização do diálogo, do consenso e da comunicação”, em que o grupo, a coletividade, assume o papel principal. Nessa política, os partidos políticos assumem um destaque especial, a fim de aglomerar as vontades do coletivo.

A partir dessa perspectiva, a temática da participação política foi abordada nesses projetos, buscando promover a reflexão e minimizar o que teria sido identificado por Carvalho (2002) como cidadania negativa.

Em alguma medida, a universidade se posiciona a uma certa distância em relação à dinâmica da sociedade, com um registro, em geral, muito tímido, no que diz respeito a ações que envolvam a população que está em seu entorno, no sentido de popularizar o domínio do conhecimento produzido em seu interior. Acredita-se que a universidade pública deve buscar a elaboração e a execução de mais projetos que estreitem essa relação, tendo em vista que a financiadora dessa instituição é a própria população, por meio de seus tributos. É justo, portanto, que, em contrapartida, a população receba de volta alguma forma de benefícios da comunidade acadêmica, centro privilegiado do saber em construção.

Nesse sentido, considera-se como adequada a tais iniciativas a análise que Vieira (1989) emite, ao posicionar-se mais claramente quanto à ligação da universidade pública com a sociedade e a quem essa instituição deve servir: “é preciso empenhar-se na defesa de uma universidade que possa beneficiar a maioria e não colabore no pacto de exclusão social dos despossuídos” (p.12 ,1989).

Essas experiências contribuíram, ainda, para a formação acadêmica e cívica dos alunos da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, bolsistas e voluntários dos projetos, e dos alunos do ensino médio de escolas públicas, beneficiadas com os encontros proporcionados no âmbito da realização destes eventos. A partir das dinâmicas elaboradas para a execução dessas atividades, essas pessoas foram estimuladas a realizar uma verdadeira construção dialógica da compreensão desses termos e, conseqüentemente, da abrangência que a dimensão política da sociedade assume nas suas vidas.

Nesse processo, guardadas as devidas ressalvas, denota-se que as representações que os jovens constroem acerca do fazer político tendem a se embasar na forma como grande parte dos parlamentares brasileiros deixa transparecer suas ações, cotidianamente. Ou seja, o uso do poder político em benefício próprio e não do coletivo tende a tornar-se, para esses jovens, a representação do que é a regra, sobrepondo-se ao que o significado, em essência, da política preceitua. Contudo, ao passo que os sujeitos são apresentados à essência do fazer político como promoção do bem coletivo, pode-se vislumbrar que as representações que formulam sobre a política tomem outro formato, o qual aponte para uma postura diferenciada daquela apresentada na atualidade por grande parte dos que ocupam os postos de representação política. Adotaria-se, assim, uma condição de cidadania crítico-reflexiva, pautada na solidariedade, em detrimento de uma condição de apatia ou de “cidadania negativa” como percebeu Carvalho (2002). Sob esse aspecto, segundo Fernandes (2016): “A solidariedade de cidadania é mais exigente do que a solidariedade de humanidade, pois implica, ao mesmo tempo, a realização de uma certa igualdade de chances e uma proximidade de níveis de vida” (2016, p. 16).

Com base nas ações que envolveram essas experiências, julgou-se relevante refletir o quanto estratégias de promoção da cidadania crítico reflexiva são fundamentais para a percepção do poder político enquanto meio efetivo de intervenção no ordenamento da vida em sociedade, ou ainda, o quanto as relações em sociedade são permeadas e determinadas por relações de poder. Nesse sentido, considera-se importante que os cidadãos, sobretudo a juventude, segmento a partir do qual podem erguer-se as novas personalidades que ocuparão cargos de representação política,

tenham capacidade de atentar para tal fato, estando, assim, mais capacitados a refletir sobre os efeitos que eventos marcantes no cenário político podem surtir nas várias dimensões da vida em sociedade.

2. Representações políticas e juventude de Valongo

Os encontros com as turmas de ensino secundário em Portugal ocorreram por meio de horário estabelecido pelas direções das escolas parceiras em articulação com a equipe da Casa da Juventude de Valongo. Foram duas escolas na freguesia de Campo e Sobrado, visitadas ao longo do mês de janeiro de 2020, totalizando quatorze turmas de ensino secundário, entre o 9º e o 11º anos, localizadas no conselho de Valongo, região norte de Portugal, conforme apresentamos a seguir.

Encontros realizados em escolas de Valongo, Portugal

Data	Escola	Turmas
09/Jan/2020	Escola Profissional de Valongo	(4 turmas)1º AS; 2º AG; 1º CAB; 3º COM
10/Jan/2020	Escola Profissional de Valongo	(3 turmas)2º PROG + 1º PROG; 2º AS
13/Jan/2020	Escola Básica e Secundária de Campo	(4 turmas)11º D; 10º B; 10º C; 10º A
16/Jan/2020	Escola Básica e Secundária de Campo	(2 turmas) 11º A; 11º C
21/Jan/2020	Escola Básica e Secundária de Campo	(1 turma) 11B

Fonte: Relatório de realização do Projeto Debates sobre Política e Cidadania em Escolas de Valongo, fevereiro/2020.

Nesses encontros, realizava-se uma apresentação das intenções do projeto pela coordenadora, resgatando seu histórico de desenvolvimento junto a jovens estudantes de Manaus, no estado do Amazonas, Brasil, bem como as impressões obtidas a partir dessa ação ao longo dos anos de sua realização. Seguida a essa breve apresentação da explicação da dinâmica denominada “Giro Político”, era formada uma “Roda de Debate”.

No decorrer da dinâmica do “Giro Político”, desenvolvida no âmbito da ação de extensão “Diálogos sobre política em escolas de Valongo”, quando questionados quanto ao significado do termo

democracia, rapidamente, o mesmo foi associado às expressões “igualdade”; “poder de voto”; “tomada de decisão”; “poder de escolha”; ao passo que à **ditadura** foram associadas ideias como “escravidão”; “sem liberdade”; “sem poder de voto”; “sem poder de escolha”; “sem opinião”. É válido ressaltar que, na discussão sobre o significado do termo **constituição**, explicado como o conjunto de direitos e deveres que orientam a relação entre Estado e sociedade, quando solicitados a dar exemplos de direitos de um cidadão, o termo **igualdade** também surgiu como representação de direito de **cidadania**.

As críticas manifestas sobre a dimensão política por esses sujeitos recorriam mais intensamente em relação a demandas por melhores serviços de atenção à saúde e por geração de renda, por exemplo. Destacam-se, ainda, preocupações sobre tolerância às diferenças, no que se refere à forma como as gerações mais velhas encaram a comunidade LGBTQ+. Esse ponto foi tocado como exemplo no momento em que se discutia o conceito de **sociedade**, e, para um grupo expressivo que fez referência a essa temática, a mudança social não é bem encarada entre gerações, o que lhes causa angústia. Ao perceberem um olhar de maior aceitação à diversidade, ainda assim, não encontram espaço para ruptura ampla de preconceitos que são alimentados pela recusa a essa aceitação.

Ressalta-se que, em todas as turmas, foi possível exercitar a memória dos jovens quanto a um fato político marcante na história de Portugal, que diz respeito à luta coletiva dessa sociedade na mudança de um regime concentrador de poder político para um cenário democrático, em que há a garantia da divisão dos poderes e resguardo às liberdades individuais. Esse evento, a Revolução de 25 de abril de 1974, sempre que colocado em debate, fazia com que os jovens exercitassem a reflexão quanto à compreensão de uma definição do conceito de **multidão**, desenvolvido por Negri (2002), para expressar a união de sujeitos de distintos segmentos sociais na busca do interesse em comum, ou seja, a multidão como potência de transformação motivada pelo “comum”.

Segundo Nogueira (2001), a política dos cidadãos pauta-se na busca do bem comum, na valorização do diálogo, do consenso e da comunicação, em que o grupo, a coletividade, assume o papel prin-

Considera-se que algumas reflexões acerca dessas experiências puderam se apresentar como relevantes para a realização de uma análise comparativa sobre como os jovens pensam a dimensão política, podendo envolver, nesse quadro, dois cenários diferentes. As representações que os jovens fazem acerca da política poderiam estar fundamentadas em bases histórico-culturais distintas, mas com semelhanças histórico-políticas, por compartilharem de um cenário recente de redemocratização, marcado pela mudança de um regime ditatorial para um regime democrático.

Com base em teses desenvolvidas no âmbito das Ciências Sociais brasileiras, sobre as relações de classe, tais como “Circuito fechado”, por Florestan Fernandes (1974); “A elite do atraso”, por Jessé Souza; e o “O pêndulo da democracia”, por Leonardo Avritzel (2019), pode-se supor que essas representações que os jovens amazonenses/brasileiros constroem, em linhas gerais, muito negativas, sobre a dimensão política da sociedade, estejam articuladas a um perfil sociocultural marcado por um histórico de relações de poder que vão embasar um cenário sociopolítico marcado pela divisão de classes e, conseqüentemente, pela definição de ocupação dos espaços de tomadas de decisão no exercício do poder político por um segmento em particular.

Essas representações muito negativas, manifestadas na aversão ao debate da política, foram explicitadas nas várias manifestações de rua ocorridas ao longo do ano de 2013, contra a corrupção na política. Originam-se daí questões acerca da existência de similaridades e/ou diferenças entre esses dois grupos, quando se considera, de início, a questão da existência ou não de um histórico de relações coloniais como determinante para a definição dessa relação dos jovens com a política e, em seguida, o cenário mais recente de transformação na esfera do regime político implantado nessas sociedades.

De outro lado, considera-se compreensível a forma menos negativa pela qual os jovens portugueses constroem suas representações acerca da política, tendo em vista tratar-se de um grupo que não comunga do mesmo histórico de relações coloniais que marcam tão profundamente o perfil cultural do primeiro grupo. A sociedade em que vivem experimentou, assim como o Brasil, o regime político autoritário, marcado pela impossibilidade de

participação política, do qual se libertou há quatro décadas. Esse evento histórico de mudanças no cenário político marcou significativamente outras dimensões dessa sociedade. Como analisam Pinto e Pereira (2006), as mudanças sociais e a inconsistência institucional decorrentes dos eventos que se sucederam após a Revolução de 1974 em Portugal constam do imaginário popular. Esse evento é lembrado, com vigor, a cada ano, pois tornou-se feriado nacional, mobilizando toda a esfera pública em torno do seu significado: “Dia da Liberdade”.

No caso brasileiro, Carvalho (2002) destaca que, até 1930, a participação política da sociedade era muito restrita, pois, segundo o autor, até 1930, não verificava-se um povo organizado politicamente nem um sentimento nacional consolidado. O autor refere-se a esse cenário como uma “cidadania negativa”, trazendo à tona a questão do sentimento de nacionalidade como ingrediente que compõe as condições para um processo de envolvimento mais efetivo da sociedade junto às dinâmicas da esfera política.

Embora o Brasil também tenha vivenciado um período de mais de duas décadas sob o regime ditatorial, não houve uma data específica que marcasse a mudança para o regime democrático, como ocorreu, de forma simbólica, em Portugal, com o advento da “Revolução dos Cravos”, em 25 de abril de 1974.

A saída do regime ditatorial no Brasil ocorreu de forma gradual, iniciando com a promulgação da lei de anistia, a qual permitia que opositores políticos daquele governo pudessem retornar ao país sem que fossem considerados presos políticos. Gradualmente, após uma eleição realizada ainda de forma indireta, em 1984, tomou posse o primeiro presidente civil, rompendo como o ciclo de militares ocupando o cargo de chefe da nação desde 1964. E, finalmente, a realização da Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou a nova Constituição Federal, promulgada em 1988.

Esse histórico de transição da ditadura para o regime democrático, ocorrida mediante acordos políticos operados na esfera das relações de poder, é prática que persiste ao longo dos anos. A dimensão política finda por sofrer forte influência da dimensão econômica, tendo em vista a composição das bancadas parlamentares, que se organizam em setores de representação. O setor que

defende os interesses de produtores ruralistas permanece expressivo ao longo de todo o histórico da sociedade brasileira até a atualidade.

Assim, tem-se mais um elemento relevante a se considerar no âmbito da análise compativa ora proposta, visto que o sentimento de nacionalidade não parece ser algo recente ou ainda em construção na sociedade portuguesa, muito embora tenha experimentado, há pouco mais de quatro décadas, os efeitos de um processo de mudança no cenário político, objeto de várias reflexões realizadas em colóquio organizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto sob o título “Portugal: 30 anos de democracia (1974-2006)”.

Daí, ressalta-se a relevância do estudo ora proposto, que se voltou a uma análise comparativa entre realidades sociais distintas, mas com configuração sociopolítica marcada por eventos que retratam as tramas das relações de poder político e os efeitos que daí decorrem na construção das representações que a juventude constrói sobre a política e a forma como dela participam ou não.

Essa dinâmica buscou abordar a política de forma descontraída e até lúdica, mas valorizando sua importância como uma dimensão cujas decisões afetam todas as outras dimensões da vida em sociedade. Uma dimensão que, se conduzida com base na busca do bem coletivo, faz com que a vida em sociedade seja possível. Nesse sentido, Dias (2010) destaca que os alunos, quando encarados como agentes sociais ativos, que vivenciam uma carga de problemas cotidianos para os quais buscam discussão e consequente solução, muitas vezes, encontram somente nas instituições educacionais o espaço para tal ação, pois, com o acúmulo de tais experiências de discussão e pesquisa de soluções de problemas, novos saberes são construídos.

Nesse sentido, ao ignorar os problemas sociais vividos pelos alunos, como algo passível de investigação científica, os profissionais do ensino podem estar a deixar de contribuir efetivamente para a solução desses problemas sociais. Com base nas ações que envolveram essas experiências, julga-se relevante, ainda, refletir o quanto estratégias de promoção da cidadania crítica e reflexiva são fundamentais para a percepção do agir político em bases democráticas enquanto meio efetivo de intervenção no ordenamento da vida em sociedade, em que a juventude pode e deve estar inserida.

4. Educação para a cidadania

É válido ressaltar que as representações que os sujeitos criam sobre a realidade originam-se, de fato, a partir das experiências concretas. No caso das representações sobre política no imaginário da juventude, o que é observado e o que lhes é ofertado, no âmbito do processo educacional, têm grande relevância nessa construção. Assim, destacamos um último aspecto dessa análise comparativa entre essas duas sociedades, no que se refere à oferta de componentes curriculares voltados à promoção da visão crítica, à compreensão e à vivência da cidadania.

No caso português, o documento que aborda as Aprendizagens Essenciais do componente curricular de Ciência Política para o Ensino Secundário é datado de agosto de 2018, e destaca:

A identificação das aprendizagens essenciais da disciplina de Ciência Política tem por base as unidades didáticas do documento curricular em vigor, bem como as finalidades, os objetivos gerais, os objetivos específicos e os conteúdos aí considerados. O principal critério que presidiu à seleção dos conhecimentos para a elaboração das Aprendizagens Essenciais foi integrar aqueles que não são objeto de estudo noutras disciplinas, nomeadamente, Filosofia, História e Economia, mantendo-se, no entanto, a perspectiva de que deverá privilegiar-se uma relação interdisciplinar entre os mesmos. Os contributos da disciplina de Ciência Política para o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PA) decorrem da própria natureza da disciplina e pressupõem o recurso a metodologias de ensino-aprendizagem centradas em atividades a realizar pelos alunos, na utilização de materiais extraídos dos media e na discussão de temas da vida política contemporânea. Pretende-se assim que os alunos se familiarizem com os grandes problemas políticos do seu tempo, que se informem sobre os mesmos, que adquiram uma perspectiva crítica que lhes permita aferir os diferentes interesses em jogo e adquirir autonomia para refletir e decidir por si próprios (APRENDIZAGENS ESSENCIAIS DO COMPONENTE CURRICULAR DE CIÊNCIA POLÍTICA PARA O ENSINO SECUNDÁRIO, 2018, p. 1-2).

O documento produzido, com o detalhamento do conteúdo e com estratégias de aprendizagem a serem adotadas, destina-se a disciplinar o ensino deste componente curricular aos alunos do 12º ano do Ensino Secundário. Sendo uma ação de governo, percebe-se que há, ao menos, uma intencionalidade na formação para a cidadania no processo educacional ofertado aos estudantes portugueses, pelo menos no que diz respeito ao conteúdo do documento relacionado ao tema.

No Brasil, no que diz respeito ao que está vigente na atualidade como currículo para o Ensino Médio, correspondente ao Ensino Secundário em Portugal, sabe-se que foi aprovada a Base Nacional Curricular Comum – BNCC, em 2017, na qual os componentes de Sociologia e Filosofia, que teriam juntos conteúdo equivalente aos temas abordados pelo componente Ciência Política no Ensino Secundário em Portugal, foram considerados, após a reforma curricular ocorrida em 2016, componentes não obrigatórios.

É fato que, historicamente, quando as esferas de poder buscam manter um *status quo*, a estratégia é manter o controle sobre o exercício do pensamento crítico, e o controle sobre o processo educacional é o meio mais eficaz. Quando se trata, por exemplo, do ensino de Sociologia no Brasil a partir do século XIX, nota-se que a disciplina foi, num primeiro momento, inserida no nível médio e, posteriormente, nos cursos preparatórios de professores do Ensino Básico.

Com a reforma “Rocha Vaz”, de 1925, houve a introdução da disciplina nos cursos de magistério e, logo após, no nível médio e superior. Em 1931, com a reforma Francisco Campos, a Sociologia manteve-se no currículo do ensino secundário e, com a “Reforma Capanema”, em 1942, seu ensino foi desobrigado na escola secundária.

Com o golpe militar de 1964, o ensino de Sociologia encontrou dificuldades para continuar seu curso. A disciplina foi extinta dos currículos, sendo substituída por outras disciplinas mais alinhadas às doutrinas que deram sustentação ao regime militar. Já na década de 1980, houve a promulgação da Lei nº 7.044/82, e a Sociologia foi retomada em alguns estados da Federação.

É somente em 2008, com a Lei Federal 11.684/08, que o componente Sociologia retorna como obrigatório no currículo

nacional do Ensino Médio, sendo vítima de um retrocesso histórico, por meio da Medida Provisória (MP) nº 746, de 22 de setembro de 2016. O texto aponta, mais uma vez, para a não obrigatoriedade desse componente no ensino médio.

Acredita-se necessário promover o pensamento crítico, como forma de promover a análise crítica da realidade em que os sujeitos estão inseridos, mesmo na contramão das reformas curriculares. Vale ressaltar, ainda, que, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada no Brasil em 1998, Filosofia e Sociologia são considerados componentes curriculares “necessários ao exercício da cidadania”, mas, como mais uma vez se pôde constatar, componentes que estimulam o pensamento crítico sofrem avanços e retrocessos, a cada reforma educacional que delibera sobre o currículo e a oferta desses conteúdos, estando diretamente vinculados ao contexto político e ideológico no qual se realizam essas reformas.

Nesse sentido, o processo educacional finda por ser definido por uma atmosfera de relações de poder, que produz, no Brasil, na contemporaneidade, uma forma de cidadania, identificada por José Murilo de Carvalho, no Brasil, do final do século XIX e início do XX. Corroborar para essa constatação a visão de Karl Mannheim (2007), para quem as metas e os objetivos do processo educacional são socialmente definidos e, conseqüentemente, o tipo de cidadão que se quer produzir.

A proposta de educação sadia, segundo Mannheim *apud* Rodrigues (2007), contribuiria para a criação e a formulação de projetos educacionais que ampliassem o horizonte do homem, superando as divisões em blocos políticos e ideológicos, algo que só poderia ser colocado em prática em virtude da moderna democracia estabelecida após os regimes totalitários, como o nazismo e o fascismo.

Considerações finais

Em 22 de janeiro de 2020, logo após a conclusão das atividades do projeto de extensão desenvolvido nas Escolas de Valongo, Portugal, a revista britânica “The Economist” divulgou o Relatório Anual, elaborado pela “The Economist Intelligence Unit”, que aponta a classificação dos países em relação à condição de suas democracias. São quatro as classificações utilizadas, a saber:

democracias plenas; democracias falhas ou imperfeitas; regimes híbridos; regimes autoritários.

No relatório relativo ao ano de 2019, o Brasil recebeu nota 6,8, numa escala de vai de 0 a 10, e caiu dois pontos em relação ao ano de 2018, ocupando a 52ª posição no rol dos países considerados “democracias falhas” ou “democracias imperfeitas”. Isso significa dizer que se trata de um país em que há eleições livres e justas, no qual as liberdades básicas são respeitadas. Contudo, os outros indicadores apontam para fragilidades significativas na gestão do governo; cultura política insuficiente; e participação popular reduzida no destino das políticas adotadas.

Esse mesmo relatório registrou que Portugal, com nota 8,03, foi elevado ao grupo dos 22 países classificados como “democracias plenas”, um grupo encabeçado por Noruega, Islândia e Suécia, que ocupam as três primeiras posições no *ranking*. Vale ressaltar que, de acordo com o Índice de Democracia de 2019, 76 dos 167 países avaliados – 45,5% de todos os países – podem ser considerados democracias. Os critérios avaliados pelo estudo para qualificar a democracia presente nesses países dizem respeito a: processo eleitoral e pluralismo; funcionamento do governo; participação política; cultura política e garantias das liberdades civis.

Com o desenvolvimento da análise das representações dos jovens sobre esses aspectos da dimensão política da sociedade em que vivem, percebe-se que, embora não sejam a maioria e não tenham, ainda, conhecimento desse relatório analítico da qualidade das democracias de seus países, ao serem requisitados para expressar a compreensão sobre conceitos próprios do debate político, alguns alunos demonstraram uma noção de que o fazer político na atualidade não se opera como, em tese, deveria ocorrer, ou seja, em benefício do coletivo, como preceitua toda a filosofia política clássica.

Contudo, com base na experiência de alguns anos no desenvolvimento desse projeto com jovens estudantes de escolas públicas em Manaus, no estado do Amazonas, Brasil, acredita-se que a ausência de debates frequentes que popularizem os significados conceituais – associados ao tema entre a juventude – bem como a ausência de iniciativas de cunho prático partindo do poder público – no sentido de estimular a ação política que promova o envolvi-

mento e a reflexão dos sujeitos em torno dessas práticas —, contribuem para que, no Brasil, haja um distanciamento desses sujeitos em relação à problemática e, conseqüentemente, à construção de representações negativas sobre ela.

Percebe-se, ainda, que os jovens estudantes brasileiros da cidade de Manaus manifestam uma visão, em linhas gerais, muito negativa no que se refere ao fazer político. Esse fato, na atualidade, acredita-se guardar relação com a crise de representação vivenciada naquela sociedade desde as manifestações de rua de 2013, inicialmente pautadas contra a corrupção na política. Os jovens portugueses, embora, eventualmente, manifestem uma crítica negativa à dimensão política da sociedade, expressam muito mais a crítica ao alcance das ações políticas, no sentido de atender às necessidades da sociedade.

Acredita-se que elementos históricos e simbólicos contribuem para essas representações distintas, sobre a política e a democracia, manifestadas por esses dois grupos sociais. Em Portugal, a “Revolução dos Cravos”, ocorrida em 1974, que deu fim a quatro décadas de um regime ditatorial, permeia a memória dos sujeitos de forma presente, o que pode contribuir para a valorização da sociedade organizada em bases democráticas e seu interesse em que a política possa atender às demandas sociais, vislumbrando a democracia muito mais na perspectiva da promoção da igualdade. Vale ressaltar que há, inclusive, um artigo próprio na Constituição Portuguesa, vigente desde 1976, destinado à igualdade como um princípio da República portuguesa, Art. 13º “Princípio da Igualdade”.

No Brasil, a história política recente também vivenciou um regime ditatorial, mas a saída desse regime não foi por meio de uma revolução popular, que caracteriza o exercício da democracia comunitária. No Brasil, verificou-se uma saída gradual, conquistada mediante negociações e acordos entre setores conservadores e progressistas do parlamento brasileiro, em que a influência do poder econômico, frequentemente, manifesta-se no sentido de resguardar a defesa dos interesses de uma elite detentora do poder econômico. Essa prática política que, costumeiramente, ocorre mediante acordos de interesses, permeia o fazer político de tal forma no Brasil que não são raras as notícias de que os jovens

têm acesso sobre desvio de finalidade das ações políticas por meio de seus agentes. Assim, a ideia da democracia nessa sociedade apresenta-se bem mais voltada a uma perspectiva republicana, que prioriza mais intensamente o exercício da liberdade em relação ao princípio da igualdade, embora ambos sejam citados como valores da república na Constituição brasileira de 1988, alcunhada “Constituição Cidadã”.

Seja como condição básica para garantia da liberdade seja como condição necessária à promoção da igualdade, percebe-se que há um simbolismo no que se refere à compreensão da democracia como regime político, em que o poder emana do povo. Há muito de teatralidade na esfera dos discursos políticos de agentes públicos no Brasil, muitos dos quais fazem uso dessa definição clássica da democracia subvertendo os sentidos desse regime político. A democracia tem na liberdade e na igualdade valores que a fundamentam, sendo necessário que o povo se perceba como um coletivo para o qual o exercício do poder político deve estar a serviço, vislumbrando a possibilidade de concretizar a passagem de uma democracia formal para uma democracia material.

Nesse sentido, ao captar as representações que os jovens cidadãos apresentam quanto à ação política e às formas que propiciam essa ação, entende-se, ainda, que é relevante que eles sejam constantemente estimulados a refletir sobre os efeitos que eventos marcantes no cenário político podem surtir nas várias dimensões da vida em sociedade. Torna-se evidente que a sociedade portuguesa, ao romper com um regime político autoritário em 1974, ao contrário do Brasil, o fez de forma definitiva, ao seguir valorizando o processo de conquista, de manutenção, de defesa e de exercício da democracia como regime político que mais oferece possibilidades de promover a liberdade e a igualdade na busca e na conquista de uma comunidade política autônoma.

Referências

- AVRITZEL, L. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, B. de S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002, p. 561-597.
- BALANDIER, G. **O contorno: poder e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- BRECHT, B. **Poemas 1913-1956**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BUTLER, J. Negar as ciências humanas nos deixa à deriva num mundo movido por fofocas econômicas. **O Globo**, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/negar-as-ciencias-humanas-nos-deixa-deriva-num-mundo-movido-por-forcas-economicas-diz-judith-butler-23647897>. Acesso em: 21 nov. 2022.
- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CHADE, JAMIL. **Brasil cai em índice que mede democracias no mundo**. Uol Notícias, 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/01/22/brasil-cai-em-indice-que-mede-democracias-no-mundo.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2020
- CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- DIAS, R. **Introdução à Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- FERNANDES, J. T. **A sociedade e o Estado: sociologia das formações políticas**. Porto: Afrontamentos, 1997.
- FERNANDES, J. T. **Olhares contrastantes sobre a democracia**. Porto: Afrontamentos, 2016.
- GARCIA, E. G. **De olhos bem abertos: a política presente em nosso cotidiano**. São Paulo: FTD, 2005.
- NEGRI, A.. Para uma definição ontológica da multidão. **Revista Lugar Comum – Estudos de Mídia Cultura e Democracia**, Rio de Janeiro, n. 19-20, LATeC/UFRJ e Rede Universidade Nômada, p. 15-26.
- NOGUEIRA, M. A. **Em defesa da política**. São Paulo: SENAC, 2001.
- ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM. Apresentação, Valongo. Disponível em: https://opjv.cm-valongo.pt/PageGen.aspx?WCMCM_PaginaId=28680. Acesso em: 20 mai. 2020.
- PAIVA, I. B.; JIMENEZ, S. A Sociologia no Ensino Médio: uma revista crítica de estudos selecionados. **Revista Eletrônica Arma Crítica**, n. 2, dez. 2010, p. 277-292.

PEREIRA, M. A; CARVALHO, E. **Boaventura de Sousa Santos**: por uma nova gramática do político e do social. São Paulo: Lua Nova, 2008, p. 45-58.

SILVA, G. B. M. *et al.* Construção dialógica do alfabeto político em escolas de Manaus. Anais do VII Fórum Internacional de Inovação e Criatividade e II Seminário da Rede internacional de Escolas Criativas. Goiânia: Editora UFG, 2015. p. 561-571, setembro.

THEECONOMISTINTELLIGENCEUNITLIMITED. **Democracy index 2019: A Year of Democratic Setbacks and Popular Protest**. <https://www.eiu.com/n/>, 2020. Disponível em: <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2019/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

VIEIRA, S. L.. A democratização da universidade e a socialização do conhecimento. *In*: FÁVERO, M. de L. A. (org.). **A universidade em questão**. São Paulo: Cortez, 1989.

“

A publicação em tela resulta de atividades inseridas na proposta do Projeto "Cidadania negativa no Brasil e contexto atual após 30 anos de constituição cidadã", que incluiu uma série de atividades de pesquisa e extensão, propondo a reflexão sobre a redemocratização brasileira, tendo como marco referencial a promulgação da Constituição Federal de 1988, a chamada "Constituição Cidadã". Os textos aqui inseridos resultaram de pesquisas desenvolvidas em diferente níveis acadêmicos: Iniciação Científica, Mestrado e Pós-Doutorado, bem como dos debates estabelecidos em mesas temáticas que integraram a programação do V Encontro de Perspectivas, evento promovido pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que realizou, ao longo de três dias, no mês de junho de 2019, uma série de debates em torno do tema central "Poder e Simbolismo em três décadas de cidadania e redemocratização brasileira".

”

